

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

LOIDE SULAMITA MENDES DO NASCIMENTO

**DA ORIGEM A FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM  
AUTONOMIA DO SUJEITO NO CURSO DE GESTÃO E  
EMPREENDEDORISMO DO SETOR LITORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO PARANÁ**

MATINHOS

2017

LOIDE SULAMITA MENDES DO NASCIMENTO

**DA ORIGEM A FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM  
AUTONOMIA DO SUJEITO NO CURSO DE GESTÃO E  
EMPREENDEDORISMO DO SETOR LITORAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Área de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

N244d Nascimento, Loide Sulamita Mendes do  
Da origem a formação em desenvolvimento regional com autonomia do  
sujeito no curso de gestão e empreendedorismo do Setor Litoral da  
Universidade Federal do Paraná / Loide Sulamita Mendes do Nascimento ;  
orientadora Mayra Taiza Sulzbach.  
135 f.  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,  
Matinhos/PR, 2017.  
  
1. Autonomia – Paulo Freire. 2. Gestão e Empreendedorismo. 3. UFPR – Setor  
Litoral. 4. Projeto Político Pedagógico – UFPR Litoral. 5. Desenvolvimento regional.  
I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial  
Sustentável. II. Título.  
  
CDD – 378.03

Marcos Vinicius Fidencio CRB-9/1811



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor LITORAL

Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

ATA Nº38

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia trinta e um de Outubro de dois mil e dezessete às 09:30 horas, na sala 31A, Prédio A, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **LOIDE SULAMITA MENDES DO NASCIMENTO** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **Da origem a formação em desenvolvimento regional com autonomia do sujeito no Curso de Gestão e Empreendedorismo do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MAYRA TAIZA SULZBACH (UFPR), LENIR MARISTELA SILVA (UFPR), VALDIR FRIGO DENARDIN (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MAYRA TAIZA SULZBACH, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 31 de Outubro de 2017.

  
MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
LENIR MARISTELA SILVA

Avaliador Externo (UFPR)

  
VALDIR FRIGO DENARDIN

Avaliador Interno (UFPR)

*Às acadêmicas e aos acadêmicos do Curso de Gestão e Empreendedorismo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu companheiro, Evandro Cardoso do Nascimento, por todo o apoio, carinho e paciência.

À minha orientadora, Mayra Taiza Sulzbach, pelo cuidado com este trabalho.

Aos familiares, amigos, colegas, professores e instituições que sustentaram a minha caminhada.

Aos estudantes, com os quais aprendo sempre e renovo as forças para continuar.

A CAPES, pelo apoio financeiro para a concretização desta pesquisa.

Agradecimento especial à Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, por me permitir perceber o mundo de maneira mais crítica e acreditar nas possibilidades de desenvolvimento do meu território. Dentro desse espaço também agradeço à equipe do Curso de Gestão e Empreendedorismo e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, pelo apoio em diversos momentos.

Obrigada!

*A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima.*  
Ignacy Sachs

## RESUMO

O presente trabalho aborda diferentes concepções de desenvolvimentos, com foco no desenvolvimento regional, proposta do Curso de Gestão e Empreendedorismo, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, bem como outro fim a que se institui: a autonomia do sujeito, esta a partir de Paulo Freire. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo documental explicativa e aplicada com uma abordagem predominantemente qualitativa. Para a identificação da origem da ideia do desenvolvimento regional e da autonomia no Curso, foi realizado um levantamento dos documentos que deram origem ao Setor Litoral e ao Curso, considerando os Projetos Políticos Pedagógicos destes. Os desenvolvimentos foram categorizados pelas adjetivações e a autonomia foi tratada como um método. As categorias de desenvolvimento foram identificadas e analisadas sob a perspectiva do desenvolvimento regional nas ementas dos Planos de Ensino e referências bibliográficas, após, suas concepções foram levantadas a partir dos autores indicados, a fim de identificar as concepções de desenvolvimento transmitidos à formação do Gestor e Empreendedor. Autonomia do sujeito, como método, foi identificada na metodologia proposta pelo Projeto Político Pedagógico do Setor e adoção no Curso, puxada pelo Projeto de Aprendizagem. Os resultados da pesquisa demonstram que o desenvolvimento regional é desenhado na proposta de expansão das vagas do ensino superior do Governo Federal, quando da criação do Setor e adotado no Curso para apoiar o desenvolvimento local, através dos estudantes, mas que parece diminuir-se com o Plano de Adaptação do Curso. A autonomia, prevista para a gestão administrativa e pedagógica de uma universidade, se estende ao estudante no Projeto Político Pedagógico, com base na autonomia do sujeito na construção do seu conhecimento, se apresenta como métodos que orientam os Projetos de Aprendizagem dos estudantes do Curso, os quais, com o Plano de Adaptação, são em parte abordados.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Autonomia. Projeto Político Pedagógico. Curso de Gestão e Empreendedorismo.



## **ABSTRACT**

The present work deals with different conceptions of development, with a focus on regional development, a proposal of the Management and Entrepreneurship Course of the Federal University of Paraná - Setor Litoral, as well as another purpose to which it is established: the autonomy of the subject, Paulo Freire. The research methodology is characterized as an explanatory and applied document type with a predominantly qualitative approach. In order to identify the origin of the idea of regional development and autonomy in the Course, a survey of the documents that gave origin to the Coastal Sector and to the Course was carried out, considering the Pedagogical Political Projects of these. Developments were categorized by adjectives and autonomy was treated as a method. The categories of development were identified and analyzed from a regional development perspective in the Plans of Teaching and bibliographical references, after which their conceptions were drawn from the indicated authors in order to identify the development conceptions transmitted to the Manager's formation and Entrepreneur. Autonomy of the subject, as a method, was identified in the methodology proposed by the Sector's Political Pedagogical Project and adoption in the Course, drawn by the Learning Project. The results of the research demonstrate that regional development is designed in the proposal of expansion of the posts of higher education of the Federal Government, when the Sector was created and adopted in the Course to support the local development, through the students, but that seems to diminish with the Course Adaptation Plan. The autonomy, foreseen for the administrative and pedagogical management of a university, extends to the student in the Political Pedagogical Project, based on the autonomy of the subject in the construction of his knowledge, presents itself as methods that guide the Learning Projects of the students of the Course, which, with the Adaptation Plan, are partly addressed.

**Keywords:** Development. Autonomy. Political Pedagogical Project. Course of Management and Entrepreneurship.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DESENVOLVIMENTOS NO PPP .....	38
FIGURA 2 - DESENVOLVIMENTOS NO PPC 2010.....	47
FIGURA 3 - DESENVOLVIMENTOS NO PPC 2015.....	51
FIGURA 4 - DESENVOLVIMENTOS NOS PLANOS DE ENSINO DO PPC 2010... .....	75
FIGURA 5- DESENVOLVIMENTOSNAS FICHAS DOS PLANOS DE ENSINO – PPC 2015.....	81

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ASPECTOS E CATEGORIAS ANALISADOS.....	24
QUADRO 2 – GRADE CURRICULAR DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO – PPC 2010.....	56
QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA NOS EIXOS FTPS, PPC 2010 .....	57
QUADRO 4 – ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES –PPC 2010..	59
QUADRO 5 – GRADE CURRICULAR DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO – PPC 2015.....	62
QUADRO 6 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO PRODUÇÃO E MERCADO.....	63
QUADRO 7 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO DESENVOLVI- MENTO E TERRITÓRIO.....	65
QUADRO 8 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO MUNDO DO TRABALHO.....	66
QUADRO 9 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – MÓDULOS OPTATIVOS.....	66
QUADRO 10 – DESENVOLVIMENTOS NOS EIXOS - PPC (2010) .....	71
QUADRO 11 – DESENVOLVIMENTOS NOS EIXOS - PPC (2015).....	78
QUADRO 12 – DESENVOLVIMENTOS ABORDADOS NOS EIXOS PM, DT E MT, NOS PPCS .....	82
QUADRO 13 – PLANO DE ENSINO DOS PROJETOS APRENDIZAGEM NO PPC 2010.....	87
QUADRO 14 – PLANO DE ENSINO DOS PROJETOS APRENDIZAGEM NO PPC 2015.....	94
QUADRO 15 – DESENVOLVIMENTOS NAS EMENTAS DOS PLANOS DE ENSINO DOS PPCS DE 2010 E 2015.....	99

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	–	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COUN	–	Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná
DT	–	Desenvolvimento e Território
EaD	–	Ensino a Distância
FTPs	–	Fundamentos Teóricos-Práticos
GE	–	Gestão e Empreendedorismo
GTI	–	Grupo de Trabalho Interministerial
ICH	–	Interações Culturais e Humanísticas
IFES	–	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	–	Ministério de Educação e Cultura
MT	–	Mundo do Trabalho
PA	–	Projetos de Aprendizagem
PA	–	Projetos de Aprendizagem
PDI	–	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	–	Programa Especial de Treinamento
PM	–	Produção e Mercado
PNE	–	Plano Nacional de Educação
PPC	–	Projeto Político Pedagógico do Curso
PPCs	–	Projetos Políticos Pedagógicos
PPP	–	Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral
PROGRAD	–	Pró-Reitoria de Graduação
REUNI	–	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>19</b>
2.1	ETAPA I – DETERMINAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E DO OBJETIVO .....	20
2.2	ETAPA II - DEFINIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FONTES .....	20
2.3	ETAPA III - DEFINIÇÃO E TRATAMENTO DAS CATEGORIAS.....	21
2.4	ETAPA IV - PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
<b>3</b>	<b>A CRIAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO .....</b>	<b>26</b>
3.1	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	27
3.2	PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL.....	29
3.2.1	Primeira Fase – Programa Expansão I (2003 - 2007) .....	30
3.3	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – UFPR (2002-2006).. .....	31
3.4	O SETOR LITORAL DA UFPR E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....	32
3.5	O CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO A PARTIR DOS SEUS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS.....	39
<b>4</b>	<b>GRADES CURRICULARES DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS.....</b>	<b>53</b>
4.1	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO (2010).....	55
4.2	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2015 E PLANO DE ADAPTAÇÃO	60
<b>5</b>	<b>OS DESENVOLVIMENTOS E A AUTONOMIA: MECANISMOS DE IMPLANTAÇÃO .....</b>	<b>68</b>
5.1	OS DESENVOLVIMENTOS NOS PLANOS DE ENSINO.....	68
5.1.1	Os Desenvolvimentos nos Planos de Ensino do PPC 2010 .....	68
5.1.2	Os Desenvolvimentos nos Planos de Ensino do PPC 2015 .....	76
5.2	AUTONOMIA NOS PLANOS DE ENSINO DO PROJETO DE APRENDIZAGEM .....	83
5.2.1	Autonomia nos Planos de Ensino do PPC (2010) .....	84

5.2.2	Autonomia nos Planos de Ensino do PPC (2015) .....	93
<b>6</b>	<b>ANÁLISE TEÓRICA DA BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO.....</b>	<b>98</b>
6.1	DESENVOLVIMENTOS.....	98
6.1.1	Conceitos de desenvolvimento x crescimento e desenvolvimento econômico .....	99
6.1.2	Desenvolvimento sustentável e suas dimensões/multidimensões.....	102
6.1.3	Ecodesenvolvimento e suas dimensões .....	106
6.1.4	Desenvolvimento local e socioeconômico .....	107
6.1.5	Desenvolvimento territorial e sustentável .....	112
6.2	AUTONOMIA .....	118
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação representa alguns avanços e angústias que permearam a minha trajetória. Nasci em Paranaguá - PR, no dia 19 de janeiro de 1988, mas com menos de 15 dias eu já estava morando em Curitiba - PR. Fiquei lá até quase seis anos de idade e depois minha mãe e meu pai voltaram para Paranaguá - PR, onde meu irmão nasceu.

Esse retorno a Paranaguá me trouxe muitas angústias por conta de todas as circunstâncias novas que me rodeavam, pois passei por um processo de desterritorialização e modificação no ambiente familiar.

No início da juventude ingressei no curso de Letras Português e Respectivas Literaturas, na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, no final do Curso eu tinha convicção de que queria ser professora, mas não me sentia preparada e por isso comecei a fazer um curso pré-vestibular, a fim de me preparar para tentar outra graduação. Foi por intermédio deste que tive a oportunidade de conhecer a feira de profissões da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, na qual eu decidi prestar o vestibular para o Curso de Gestão e Empreendedorismo.

Passei! E minhas primeiras semanas na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral foram chocantes. A palavra autonomia me foi apresentada numa sexta-feira e eu passei alguns dias refletindo sobre ela. Toda a proposta diferenciada do Setor afetou o meu modo submisso de ser. Sentia que a proposta focava na autonomia do conhecimento, mas esse processo despertou em mim a irreverência à submissão que até então me era imposta em outros espaços da vida.

No segundo ano do Curso, no módulo “Perspectivas de Desenvolvimento”, me foi apresentado um desenvolvimento diferente de crescimento econômico e aquilo foi tão estrondoso que eu passei o resto da noite lendo Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen. Outro momento marcante ocorreu no módulo de “Reconhecimento do Território”, o qual despertou em mim a necessidade da conexão com o espaço em que eu estava. Comecei a me sentir pertencida, não só ao município de Paranaguá, mas ao Litoral do Paraná.

Num processo de vencer a submissão, conhecer meu território e entender o desenvolvimento eu dediquei alguns Projetos de Aprendizagem a entender o conceito de crescimento e desenvolvimento a partir do turismo no litoral, num processo de construção do conhecimento.

Outros espaços elementares a esse processo de construção foram alguns módulos das Interações Culturais e Humanísticas, especialmente pela multiplicidade de conhecimentos que emergiam nos encontros. Cursei por duas vezes o módulo de “Educação, Filosofia e Política”, no qual passei por mais um processo de reconstrução relacionado à minha concepção sobre educação.

Pelo menos os três primeiros anos no Curso me causaram grandes transformações. Nesse período, resolvi enfrentar o medo e começar a lecionar e a experiência foi singular... Também me casei! Eu e meu companheiro escolhemos Matinhos para morar, talvez a minha empolgação com tudo o que acontecia comigo nesse município tenha interferido em nossa escolha.

Nessa empolgação com a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, exclusivamente, eu motivei mais sete pessoas a tentarem algum curso no Setor. Dentre elas, o meu companheiro, que juntos tentamos o processo seletivo do Mestrado, na sua primeira seleção (2014). Eu com um projeto de pesquisa que dava continuidade às minhas construções nos Projetos de Aprendizagem, mas infelizmente não consegui ingressar no Programa naquele momento. Resolvi me afastar da sala de aula por um tempo, para ingressar num projeto de pesquisa relacionado ao turismo, no intuito de ampliar meus conhecimentos sobre esse termo e assim melhorar o meu projeto de pesquisa para tentar o mestrado no outro ano.

Nesse ínterim, surgiu a oportunidade de participar da Iniciação Científica e do Programa de Educação Tutorial – Litoral Social, em que se pesquisava sobre as perspectivas dos jovens do litoral do Paraná sobre a educação e o trabalho, com a minha, então, orientadora. Saí do projeto de turismo e me dediquei completamente às pesquisas desses espaços. Foi um momento de grande crescimento, no sentido de entender o que é e como se relaciona o ensino a pesquisa e a extensão nos processos de aprendizagem. Desfrutei outros espaços da educação, diferente do de estar em sala de aula. Nesse tempo eu estava no último ano do Curso de Gestão e



Empreendedorismo e resolvi apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso antes de tentar o processo seletivo do mestrado novamente.

Por conta de a educação estar sempre presente em minha trajetória, comecei a pensar em um projeto de pesquisa com essa temática e resolvi partir do Curso de Gestão Empreendedorismo. A ideia de analisar as concepções de desenvolvimento e o processo de autonomia emergiu da minha vivência e mais, surgiu de uma angústia ao final do Curso de Gestão e Empreendedorismo, por não conseguir compreender como o desenvolvimento e a autonomia são abordados nos trabalhos finais. E de tentar compreender: de onde surge a ideia de formar para o desenvolvimento regional e a autonomia do sujeito, fins do Curso? Quais as concepções de desenvolvimento discutidas? Como a autonomia se processa? Com a mudança da grade curricular, como estes foram tratados?

Diante do exposto, esta pesquisa busca responder: como são concebidos e implementados o desenvolvimento regional e a autonomia do estudante no Curso de Gestão e Empreendedorismo do Setor Litoral da UFPR?

Para responder as problemáticas determinou-se como objetivo principal desta pesquisa: analisar as concepções de desenvolvimento espacial, sustentadas na formação do Curso de Gestão e Empreendedorismo, e a metodologia de promoção à autonomia dos estudantes do Curso.

Para tanto, os objetivos específicos são:

- Investigar a origem da ideia do desenvolvimento regional e da autonomia do sujeito, inerentes ao Curso de Gestão e Empreendedorismo;
- Investigar o tempo de exposição ao conteúdo aos fins a que se estabelece o Curso de Gestão e Empreendedorismo;
- Conhecer as concepções teóricas que dão sustentação à formação de Gestor e Empreendedor em desenvolvimento e autonomia.

Este trabalho conta com introdução, cinco capítulos e as considerações finais. No capítulo de “Processos Metodológicos” são apresentados como cada etapa da pesquisa foi realizada para responder às problemáticas. No capítulo seguinte, a primeira investigação da origem do desenvolvimento e autonomia

ocorre a partir dos documentos que deram origem ao Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná e ao Curso de Gestão e Empreendedorismo. A investigação da implementação dos fins do Curso na formação se inicia no capítulo que procede, a partir do tempo de exposição dos estudantes aos objetos de análise, observados através das grades curriculares do Curso de Gestão e Empreendedorismo dos PPCs 2010 e 2015. No capítulo seguinte, a investigação dos mecanismos de implantação procede, a partir dos conteúdos e referências bibliográficas dos Planos de Ensino dos módulos dos Fundamentos Teóricos-Práticos para o desenvolvimento, e dos módulos dos Projetos de Aprendizagem para a autonomia. Por fim, é apresentada uma rápida exploração: das concepções de desenvolvimentos relativos ao espaço geográfico ou simbólico, a partir dos autores e referencial bibliográfico dos Planos de Ensino; e dos métodos que conduzem a autonomia do sujeito, a partir de Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), indicada no Projeto Político Pedagógico do Setor.

## 2 PROCESSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que em decorrência dos seus objetivos é tratada como uma pesquisa explicativa e que se utiliza de procedimentos técnicos de uma pesquisa documental.

A abordagem qualitativa se justifica pela análise de informações descritas e capturadas em documentos da instituição e de concepções baseadas em autores. No caso específico, as análises ocorreram após descrição das informações coletadas em cada etapa, que permeia desde a origem até a implementação que dão origem o Curso de Gestão e Empreendedorismo no Setor Litoral da UFPR.

Trata-se de uma pesquisa explicativa, que passa pela: exploração, criando familiaridade ao tema; pela descrição, que elenca e estabelece relações entre categorias; e pela análise, que promove conexão entre as partes. A pesquisa partiu da exploração do que poderia ter determinado os fins ao que se propõe o Curso de Gestão e Empreendedorismo, bem como dos meios de como são implementados, explicando as categorias investigadas por meio de descrições.

Segundo Gil (2010), a pesquisa documental é assim denominada pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, cujas fontes geralmente estão arquivadas em instituições. No caso específico desta pesquisa, as fontes documentais foram encontradas em sítios eletrônicos da Universidade Federal do Paraná, no setor administrativo da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná e na Coordenação do Curso de Gestão e Empreendedorismo do Setor Litoral.

Para a realização de uma pesquisa documental, de acordo com Gil (2010), é necessário seguir algumas fases metodológicas que vão desde a definição dos objetivos da pesquisa até a redação final do trabalho. As fases propostas por Gil (2010) são as seguintes: a determinação dos objetivos da pesquisa, a elaboração do plano de trabalho, a identificação das fontes, a localização das fontes e obtenção do material, o tratamento dos dados, a confecção das fichas e redação do trabalho, a construção lógica e a redação do trabalho, texto final.

Tomando como base as fases metodológicas de Gil (2010) e os métodos específicos explicativos, esta pesquisa se resume em quatro etapas, em que se reúnem as fases: (1) determinação da problemática e objetivo; (2) definição, identificação e localização das fontes; (3) definição e tratamento das categorias (variáveis); (4) percurso metodológico. (QUADRO 1).

## 2.1 ETAPA I – DETERMINAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E DO OBJETIVO

A problemática de pesquisa foi determinada pela trajetória da pesquisadora nos espaços de aprendizagem, no Curso de Graduação em Gestão e Empreendedorismo, que colocam em evidência o desenvolvimento regional e a autonomia do estudante. Estes acabaram por definir como objetivo geral: analisar as concepções de desenvolvimento espacial, sustentadas na formação do Curso de Gestão e Empreendedorismo, e a metodologia de promoção à autonomia dos estudantes do Curso.

## 2.2 ETAPA II - DEFINIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FONTES

Em decorrência da especificidade do objeto de investigação: os fins que se propõe um curso de bacharelado de um setor de uma universidade mantida por recursos públicos do governo federal, alguns documentos base de investigação foram externos a instituição, especialmente os que viabilizaram a ampliação de vagas em cursos de graduação no âmbito do governo federal; e outros internos da instituição: da UFPR, do Setor e do Curso.

Entre os documentos externos a instituição levantados e referentes à educação superior estão: o Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2001 e em vigência quando da criação do Curso; o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) intitulado “Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira”, elaborado em 2003, que analisa a ampliação de vagas e interiorização das universidades públicas no Brasil; e o Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais, elaborado em 2012, que ao analisar o Programa de

Expansão das Universidades Federais descreve os fins ao qual o Programa foi proposto.

Entre os documentos internos da Universidade Federal do Paraná, estão: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2002-2006, que direcionava as ações da instituição, num espaço de tempo que poderia justificar a expansão de vagas da UFPR; o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral (PPP), elaborado em 2008, que define o projeto pedagógico de educação a serem adotados nos cursos do Setor, vinculado, entre eles, o de Gestão e Empreendedorismo; o currículo, que distribui a carga horária mínima entre os espaços, eixos e fases estruturadas à formação; os conteúdos e referências bibliográficas adotados à formação no Curso de Gestão e Empreendedorismo, com mais de 10 anos de existência, em dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs), o de 2010 e o de 2015; e o Plano de Adaptação, que justifica a transição das duas grades de formação.

Trata-se de documentos institucionais que norteiam a educação superior nacional e local.

Com exceção do Plano de Adaptação, que foi obtido na Pró-Reitoria de Graduação - UFPR (PROGRAD), e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo de 2015, obtido na Coordenação do Curso de Gestão e Empreendedorismo, os demais documentos foram localizados em endereços eletrônicos (sites) das instituições competentes.

Além das fontes documentais, o trabalho se baseia em fontes bibliográficas para a captura das concepções de desenvolvimento e dos métodos explicativos da autonomia do sujeito a partir de Freire (1997). As fontes bibliográficas utilizadas foram as indicadas nos documentos.

### 2.3 ETAPA III - DEFINIÇÃO E TRATAMENTO DAS CATEGORIAS

Com base no objetivo geral da pesquisa, selecionou-se como categorias à investigação nos documentos o termo “desenvolvimento” e suas adjetivações e os métodos inerentes a “autonomia” do sujeito nos processos pedagógicos, estes, norteadores do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Os métodos de autonomia foram identificados somente a partir do Projeto de Aprendizagem, porque este é apresentado no PPP como o principal

articulador a autonomia. Desse modo, quatro métodos foram identificados no espaço de aprendizagem Projeto de Aprendizagem: os projetos propostos a partir da realidade social do estudante; construído a partir do diálogo entre conhecimento científico de domínio específico do Curso e com outras áreas de conhecimento e saberes; realizado na livre investigação/ação do estudante; e antecipando a vivência profissional do estudante.

Pelo escopo interdisciplinar que se propõe o Curso, não seria possível fechar o desenvolvimento e/ou a autonomia na essência das palavras.

O objetivo da proposta pedagógica que está sendo desenvolvida na UFPR LITORAL é apresentado no PDI pela união da pesquisa, da extensão e do ensino-aprendizagem desde o início do curso, como estratégia para a consolidação de aprendizagens associadas à realidade e próxima das questões sociais vividas pela população local. Objetivo este que marca o compromisso com a realidade de inserção do *campus*, com a interação entre teoria e prática, o caráter interdisciplinar e multidisciplinar como eixos para sustentar a formação política, filosófica, humana e profissional. (PPC, 2010, p.6).

As ciências disciplinares pesquisam campos específicos, que se cruzam pelos comuns da universidade. Os conhecimentos interdisciplinares se fazem pelas ciências disciplinares e outros saberes comuns para a humanidade. Nesse sentido, os termos desenvolvimento e autonomia são os comuns que, no caso, do Curso de Gestão e Empreendedorismo se tornam específicos.

## 2.4 ETAPA IV - PERCURSO METODOLÓGICO

De posse do PNE, do Relatório do GTI, do PDI 2002-2006, do PPP do Setor e dos PPCs de 2010 e 2015 do Curso foram investigados em que contexto os termos desenvolvimento e autonomia estavam sendo utilizados, recebendo um tratamento qualitativo.

De posse da Grade Curricular, que distribui a carga horária obrigatória nos espaços de aprendizagem à formação de bacharel em Gestão e Empreendedorismo dos PPCs de 2010 e 2015, a investigação do termo desenvolvimento toma no corpo nos títulos de módulos dos eixos específicos do Curso, e a autonomia como método imerso aos módulos dos Projetos de Aprendizagem.

Ainda com base nos PPCs de 2010 e 2015 do Curso de Gestão e Empreendedorismo, porém agora nas Fichas dos Planos de Ensino, a investigação do desenvolvimento toma forma nos conteúdos, referências bibliográficas básicas e referências bibliográficas complementares, e a autonomia nos métodos concebidos no conteúdo das Fichas dos Planos de Ensino do PA.

Cada um dos métodos, decorrentes dos elementos que constituem as fontes, dão origem a um capítulo, que após a descrição da investigação, segue com uma análise: vezes comparativas ao fim com que se estabelece o Curso; vezes relacionadas aos diferentes contextos em que as categorias aparecem; vezes relativas ao número em que aparecem; vezes evidenciando as concepções nelas estabelecidas.

Contextualizada a origem da ideia de desenvolvimento e da autonomia do sujeito (PNE, Relatórios, PPP e PPCs), e como se dá implementação destes (grade curricular e plano de ensino) no Curso de Gestão e Empreendedorismo, era o momento de entender quais as concepções destes conhecimentos estavam sendo propostas, se estes respondiam aos fins com que o Curso havia sido criado. Dada a subjetividade dos desenvolvimentos enunciados nos títulos dos módulos dos Planos de Ensino e referenciados nos conteúdos dos Planos de Ensino de FTPs, prosseguiu-se com a leitura dos desenvolvimentos relacionados ao espaço referenciados nos conteúdos, a partir das bibliografias básicas ou complementares.

Apesar da referência bibliográfica da autonomia estar no mesmo capítulo do desenvolvimento, o processo de busca na literatura não foi o mesmo. Desde a exploração do objeto de análise já se tinha conhecimento que a bibliografia que respaldava a autonomia do sujeito como método era oriunda de Paulo Freire, assim, buscou-se nesta bibliografia observar os métodos que estruturam a metodologia da autonomia do sujeito no PPP do Setor Litoral, e nos métodos propostos no Projeto Aprendizagem.

QUADRO 1 – ASPECTOS E CATEGORIAS ANALISADOS

(continua)

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Categorias a serem levantadas</b>	<b>Indicadores escolhidos</b>	<b>Fontes</b>	<b>Técnicas de levantamento</b>	<b>Formas de organização e análise da informação</b>
Investigar a origem da ideia de desenvolvimento e da autonomia do sujeito, inerente ao Curso de Gestão e Empreendedorismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento e suas adjetivações;</li> <li>- Concepções e métodos da Autonomia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Termo;</li> <li>-Concepções;</li> <li>- Métodos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Nacional de Educação (2001);</li> <li>- Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial intitulado “Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira” (2003);</li> <li>- Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais (2012);</li> <li>- PPC 2010;</li> <li>- Plano de Adaptação;</li> <li>- PPC 2015.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos termos;</li> <li>- Identificação das concepções;</li> <li>- Identificação dos métodos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrição dos contextos em que os termos de desenvolvimento e as concepções e métodos da autonomia foram localizados nos documentos, em ordem cronológica;</li> <li>- Análise da recorrência dos termos e dos métodos e suas correlações no mesmo documento; entre os documentos; e com os objetos de pesquisa.</li> </ul>
Investigar os mecanismos de implementação aos fins a que se estabelece o Curso de Gestão e Empreendedorismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento e suas adjetivações;</li> <li>-Autonomia: Projeto de Aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carga horária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grade curricular do PPC 2010;</li> <li>- Plano de Adaptação;</li> <li>- Grade curricular do PPC 2015;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos termos desenvolvimento;</li> <li>- Identificação dos métodos da autonomia e suas correlações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrição dos espaços de formação individual ou implementação dos fins a que se instituem pelos PPCs 2010 e 2015;</li> <li>- Análise do tempo de exposição dos indivíduos aos mecanismos de implementação dos fins, pelos dois projetos políticos pedagógicos do Curso e a alteração destes.</li> </ul>



(conclusão)

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Categorias a serem levantadas</b>	<b>Indicadores escolhidos</b>	<b>Fontes</b>	<b>Técnicas de levantamento</b>	<b>Formas de organização e análise da informação</b>
		- Conteúdo, bibliografias básica e complementar nos Planos de Ensino dos PPCs 2010 e 2015.	- Planos de Ensino dos FTPs e PAs dos PPCs 2010 e 2015.		- Descrição dos termos adjetivados e da metodologia nos espaços de aprendizagem ou implementação dos fins a que se instituem pelos PPCs 2010 e 2015; - Análise da recorrência dos termos adjetivados e dos métodos e sua correlação com o objeto de pesquisa.
Conhecer as concepções teóricas que dão sustentação à formação de Gestor e Empreendedor em desenvolvimento e autonomia.	- Desenvolvimentos adjetivados; - Métodos da Autonomia.	- Expressões; - Métodos.	- Material bibliográfico.	- Levantamento das obras; - Apropriação das concepções, conceitos e/ou definições teóricas.	- Descrição das concepções teóricas dos termos e métodos utilizados na formação individual no Curso de Gestão e Empreendedorismo; - Análise das concepções teóricas e métodos utilizados na formação com relação ao fim que se propõe o curso de Gestão e Empreendedorismo.

FONTE: A autora (2017).

### 3 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO

Gestão e Empreendedorismo é um dos cursos ofertados na UFPR – Setor Litoral, desde 2006, com uma proposta de *educação como totalidade*<sup>1</sup>, que tem como finalidade promover a autonomia dos estudantes e o desenvolvimento da região do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira. (PPC, 2010).

O Curso de GE é resultado de uma análise socioeconômica da região, que apontou para essa demanda. De acordo com o exposto no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), de 2010, o propósito de instalação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral era o de contribuir com o desenvolvimento da região litorânea do Paraná e Vale do Ribeira, as quais são descritas como seriamente comprometidas socioeconomicamente. Essa descrição se dá por conta dos estudos realizados por Estades<sup>2</sup> (2003 citado por PPC, 2010), Andriguetto Filho e Marchioro<sup>3</sup> (2002 citado por PPC, 2010) e Raynaut *et al*<sup>4</sup> (2002 citado por PPC, 2010), especificamente quando estes autores apresentam as atividades econômicas e a complexidade das heterogeneidades ambientais e sócio-econômicas do litoral paranaense, bem como a dicotomia entre as riquezas locais e o quadro sócio-econômico. O PPC 2010 também elenca o reduzido número de postos de trabalho e a sazonalidade das atividades produtivas nos municípios que dependem do turismo de sol e mar como causa aos problemas socioeconômicos. Diante dessas condicionalidades, o PPC 2010 julga necessário implementar alternativas que promovam o desenvolvimento no local sede do Curso:

[...] do reconhecimento de que as atuais condições de vida – desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras – colocam diversos desafios e impõem a necessidade de buscar e implementar alternativas que promovam o

---

<sup>1</sup>Entende-se por educação como totalidade o processo em que o ensino, a pesquisa e a extensão estão indissociáveis e que ocorre a partir da integração nos diferentes espaços curriculares e da produção social e crítica dos sujeitos (PPP, 2008).

<sup>2</sup> ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

<sup>3</sup> ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: Raynaut, C. et al. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba: ed. da UFPR, 2002, cap. 2, p. 159-194.

<sup>4</sup>RAYNAUT, C. et al. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: Raynaut, C. et al. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba: ed. da UFPR, 2002, p. 235-248.

desenvolvimento no litoral do Paraná (com extensão no Vale do Ribeira). (PPC, 2010, p.17).

Como o propósito de instalação do Setor era o de contribuir com o desenvolvimento da região litorânea do Paraná e do Vale do Ribeira e o Curso de Gestão e Empreendedorismo é criado para implementar alternativas que promovam esse desenvolvimento, nesse momento da pesquisa é necessário verificar o processo de criação do Setor para compreender o porquê dessa proposta de desenvolvimento.

O Setor é resultado da primeira fase do processo de expansão do ensino superior federal, Programa Expansão I (2003 a 2007<sup>5</sup>), instituído pelo Plano Nacional de Educação, de 2001, do Governo Federal, durante a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional, da Universidade Federal do Paraná, de 2002 a 2006.

Nesse sentido, esta seção apresenta, de forma descritiva, a identificação dos fins a que se propõe o Curso de GE, a partir dos documentos que nortearam a criação do Setor Litoral, bem como do Curso de GE, identificando nestes os termos desenvolvimento e autonomia, de forma analítica, como estes termos se apresentam.

### 3.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação, de 2001, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, vigorou por 10 anos e sua configuração como Plano foi constituída pelos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), pelos três níveis de governo (entes federados), e pela sociedade civil, tendo como objetivos:

[...] a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (PNE, 2001, p.27).

---

<sup>5</sup>Os programas de expansão do ensino superior federal aconteceram a partir de três fases: a primeira foi o programa “Expansão I” (pré-reuni ou programa Expandir); a segunda foi o Reuni; e a terceira foi a integração regional e internacional (MEC, 2012). Somente a primeira fase é abordada neste trabalho porque ela caracteriza os passos para a construção do Setor Litoral da UFPR.

O PNE encontra-se subdividido em seis seções, sendo a educação superior discutida na seção “Níveis de Ensino – Educação Superior”. No PNE, o termo autonomia aparece relacionado às diretrizes básicas da educação, enfatizando as esferas “didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.” (PNE, 2001, p.86), ou seja, faz referência ao pedagógico e ao administrativo. O termo autonomia também é descrito em uma das metas do ensino superior público: “5 - autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.” (PNE, 2001, p.89). A autonomia de saberes para se trabalhar as peculiaridades das regiões em que se inserem os programas de estudo é assegurada neste documento pela meta 11:

11 – Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem. (PNE, 2001, p.90-91).

Já o termo desenvolvimento é descrito no tópico “Objetivos e Metas”, fazendo referência ao país e à sociedade. O desenvolvimento aparece como resultado da apropriação dos saberes humanos depositados nas universidades e dos desafios destas em acompanhar as transformações sociais, regionais e internacionais de maneira a transmitir experiências culturais e científicas acumuladas pela humanidade.

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, *qualidade e cooperação internacional*. As universidades constituem a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos. (PNE, 2001, p.86).

Assim, no PNE, o termo autonomia proposto para uma instituição de ensino superior é pedagógico e de gestão, de maneira a garantir liberdades de produção e apropriação de conhecimentos humanos para serem transmitidos para o

desenvolvimento do país e da sociedade; e o desenvolvimento é direcionado a uma espacialização e um campo específico.

### 3.2 PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL

O PNE foi elaborado a partir de um diagnóstico que apontava o escasso número de vagas no ensino superior brasileiro e a necessidade da ampliação deste nível de ensino. É a partir dessa falta de vagas que o Governo Federal, em 2003, inicia o processo de expansão do ensino superior federal, com a primeira fase denominada Programa Expansão I, na qual teve origem o Setor Litoral da UFPR.

O processo de expansão do ensino superior federal foi resultado do relatório de trabalho: “*Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*”, elaborado pelo GTI <sup>6</sup>, instituído pelo Decreto de 20 de outubro de 2003 (Decreto publicado no Diário Oficial da União – Seção 1 Educação nr 204 de 21/10/2003, na página 3), para analisar a situação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e apresentar um plano de ação de reestruturação, desenvolvimento e democratização das mesmas. O Relatório deste Grupo sugeriu a expansão das universidades e propôs uma forma de captação e gerenciamento de recursos, preservando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades. O denominado “Pacto de Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo”, trata de um projeto para a expansão das universidades, promovido pela captação e gerenciamento de recursos, através de editais, com objetivo de combater as desigualdades sociais.

O Relatório, que serviu de base para o processo de expansão do ensino superior federal, manteve o sentido proposto de autonomia, apresentada no PNE. O de desenvolvimento sugere que as instituições de ensino superior incorporassem entre seus objetivos: combater as desigualdades sociais, apoiando o desenvolvimento da região.

---

<sup>6</sup> O Grupo era formado pelos membros: Cristovam Buarque, do Ministério da Educação; Carlos Antunes, do Ministério da Educação, Kátia dos Santos Pereira, da Casa Civil, Luiz Tadeu Rigo, da Secretaria Geral da Presidência da República, Marcelo Feitosa de Castro, do Ministério do Planejamento, Gustavo Sampaio, do Ministério da Fazenda, Jairo Celso Correia Marçal, do Ministério da Fazenda, Hélio Barros, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Soares Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, Edilson Collares, da Casa Civil, Luiz Eduardo Alves, do Ministério do Planejamento, e Wanderley Guilherme dos Santos, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

### 3.2.1 Primeira Fase – Programa Expansão I (2003 - 2007)

De acordo com o Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais, apresentado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC, 2012), da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012, o processo de expansão do ensino superior federal ocorreu em três fases. A primeira foi o Programa Expansão I (Pré-Reuni ou Programa Expandir), que compreendeu o período de 2003 a 2007. A segunda foi o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº 6.097/2007. Concomitantemente ocorreu a terceira fase, denominada de Integração Regional e Internacional, ambas vigoraram de 2008 até 2012.

Segundo Nascimento e Hebal (2015), na primeira fase, Programa Expansão I, não houve legislação como nas posteriores e os recursos para a implantação de novos campi eram disponibilizados mediante a aprovação de projetos enviados para o MEC.

De acordo com o Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais, o Programa Expansão I contemplava entre seus objetivos: prover às universidades condições “para ampliação do acesso e permanência na educação superior.” (MEC, 2012, p. 9); e como meta principal: “interiorizar o ensino superior público federal.” (MEC, 2012, p. 9). Para a interiorização do ensino superior estava prevista a autonomia financeira e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a promoção de novos conhecimentos.

No mesmo documento (2012), a universidade é referenciada como um espaço de conhecimento constituído com o compromisso de promover o desenvolvimento humano e ampliar o desenvolvimento social; de ser um instrumento de transformação social e de desenvolvimento sustentável; e que, a ampliação de unidades acadêmicas deveria colaborar para o processo de desenvolvimento regional.

Assim, no Relatório de Análise sobre a Expansão das Universidades Federais (2012) a proposta de autonomia é a mesma que no PNE e no Relatório de Trabalho do GTI, acrescida da ideia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O sentido do desenvolvimento, no documento, também é ampliado, em relação aos documentos que o antecede, já que a universidade (educação superior)

passa a ter compromisso com o desenvolvimento humano, social e sustentável, além do regional. Salienta-se que diferentes adjetivações de desenvolvimento passam a ser observadas.

### 3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – UFPR (2002-2006)

No contexto interno da UFPR, a expansão através do Setor Litoral ocorreu durante a vigência do PDI, 2002-2006. O PDI é um instrumento de orientação estratégica para ações futuras e para aferir qualidade da gestão, bem como garantir transparência da administração universitária.

O documento (PDI) inicia com uma análise das informações relacionadas aos cinco anos anteriores, 1996-2001, de maneira a ilustrar os avanços obtidos pela UFPR. A partir da análise, o documento passa a descrever a missão da instituição para o quadriênio, que era de “fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano do Paraná e do Brasil.” (PDI, 2016, p.15), e de seus objetivos estratégicos, que eram: a busca de maior eficiência acadêmica; a ampliação e consolidação da pesquisa e da pós-graduação; a promoção da inovação tecnológica dos cursos de graduação; o apoio e a consolidação aos/dos cursos de graduação criados a partir de 1999; a integração da produção científica com a disseminação do conhecimento; a implantação de programa de avaliação institucional; o aperfeiçoamento da gestão da Universidade; a ampliação de captação de recursos externos; a expansão de oferta de vagas no ensino profissional e na graduação; a implantação de política de marketing institucional; e o aperfeiçoamento a gestão da Universidade.

O aperfeiçoamento da gestão é objetivado como uma forma de ampliação de autonomia da Universidade (PDI, 2016, p.16), como indicado pela UNESCO: uma administração universitária com “estruturas organizacionais horizontais e com plena autonomia de suas instâncias orgânicas.” (PDI, 2016, p. 45).

Com base no PDI, a expansão acadêmica, através de cursos de graduação e pós-graduação e da pesquisa, seria possível a partir de projetos que combinassem “as necessidades acadêmicas, infra-estrutura física e tecnológica e os recursos disponíveis.” (PDI, 2016, p.52).

A partir do PDI 2002-2006 da UFPR, a expansão dos cursos de graduação seria possível desde que combinados com capacidades “físicas”. As capacidades didático-científicas não são colocadas como limites à expansão de cursos. É neste contexto interno que se origina o Curso de Gestão e Empreendedorismo na UFPR.

No PDI, o desenvolvimento referenciado é o humano com vistas a atender uma população restrita: paranaense e brasileira, ou seja, não trata de desenvolvimento humano, trata de uma população localizada no espaço. Por vez, a autonomia proposta no PDI é específica à gestão universitária.

### 3.4 O SETOR LITORAL DA UFPR E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O PDI do quadriênio 2002-2006 da UFPR não tinha como objetivo a expansão ou a criação do Setor Litoral ou de qualquer outro campus ou setor. A expansão da Universidade começou a se configurar a partir do Programa Expansão I (2003-2007), que ocorreu durante a vigência deste PDI.

O Setor Litoral da UFPR foi criado como Campus, vinculado ao Gabinete do Reitor, através da Resolução nº 39/04, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (COUN), tendo como responsável ao acompanhamento à implantação o Professor Valdo José Cavallet, designado pela Portaria nº 1267/04. A estrutura física do Campus derivou do Termo de Cooperação nº 2/04 entre o município de Matinhos, o estado do Paraná e o Governo Federal. A criação do Campus Litoral teve como objetivos: ampliar as vagas no ensino superior; e atender uma região geográfica com debilidade econômica.

O Conselho Universitário da UFPR, em 2008, aprovou o processo nº 021540/2007-33, transformando o Campus Litoral em Setor Litoral. Em março de 2008 ocorreu a primeira eleição<sup>7</sup> para a direção do Setor, na qual o professor Valdo José Cavallet foi eleito como Diretor e a professora Vera Lúcia Isabel como Vice-Diretora, ambos foram empossados para o mandato de 2008-2012, conforme a Portaria nº 1121/2008 e nº 1122/2008, respectivamente. Também em 2008, a 2ª Câmara do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou o PPP do Setor Litoral da UFPR.

---

<sup>7</sup> A eleição foi realizada com chapa única.



Instalado no município de Matinhos, o Setor Litoral da UFPR teve como compromisso apoiar o desenvolvimento socioeconômico, cultural e sustentável do litoral do Paraná e Vale do Ribeira.

Percebendo-se como uma instância de fomentos públicos, a UFPR Litoral alicerça os seus compromissos com as regiões do Estado do Paraná, localizadas no litoral e região do Vale do Ribeira, que se mostram ávidas por oportunidades de um desenvolvimento sócio-econômico e cultural. O foco desse apoio passa a se dirigir aos lugares onde os acordos de poderes públicos podem fazer diferença, se gestados em prol de uma educação universitária, pública e gratuita, com vistas a tecer e disponibilizar os produtos da ciência e do conhecimento especializado para um desenvolvimento sustentável. (PPP, 2008, p.02).

O desenvolvimento sustentável é um dos desenvolvimentos citados no PPP. Nos princípios gerais, a ser alcançado por intermédio do estímulo de “alternativas viáveis de formação do homem como ser integral e parceira na geração de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.” (PPP, 2008, p.08); e no objeto, para “a construção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável dessa região.” (PPP, 2008, p.10). O desenvolvimento sustentável também é contemplado na metodologia, como um “desafio e essência desse projeto.” (PPP, 2008, p.29) e na proposta pedagógica, em que “o trabalho pedagógico mais intenso para fazer frente aos desafios de desenvolvimento sustentável está focado na formação continuada dos professores em todos os níveis educacionais [...] e nas ICH”. (PPP, 2008, p.29).

No PPP do Setor, a universidade é uma instituição criada para a sociedade. Existindo para a sociedade, especificamente a do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira, ela se propõe a desenvolver projetos com as comunidades locais e para o “desenvolvimento econômico, ecológico e cultural”. (PPP, 2008, p.10).

O desenvolvimento regional sustentável é outro desenvolvimento que é tratado no PPP. O PPP se apresenta como “um projeto institucional de Desenvolvimento Regional Sustentável, com grande papel na Educação Pública do Litoral do Paraná”. (PPP, 2008, p. 35).

Outros desenvolvimentos são citados, tal como os desenvolvimentos educacional, sociocultural e econômico da região geoeconômica, como contribuições para o desenvolvimento integral, a partir de cursos de licenciatura e programas de capacitação ministrados aos professores da “rede pública, de ensino

fundamental e médio, orientados para o desenvolvimento educacional, sociocultural e econômico da região geoeconômica”. (PPP, 2008, p.13).

O desenvolvimento integral aparece no PPP como o desenvolvimento que ocorre a partir do compromisso da educação de totalidade concreta ao estudante, que acontece a partir do conjunto das relações sociais e das contradições que lhe movimentam, existindo a partir da produção social de seus sujeitos. Além da “intencionalidade das atuais políticas públicas de interiorizar a educação superior, a UFPR Litoral tem o direito e o dever de explicitar a compreensão fundante de seu processo educativo”. (PPP, 2008, p.10).

O PPP apresenta a educação de totalidade concreta em detrimento à educação instituída pelo capitalismo. De acordo com o PPP, a educação instituída pelo capitalismo tem as classes dominantes se utilizando da educação formal para alcançar seus objetivos, por intermédio da meritocracia e de ensinamentos que geram conhecimentos fragmentados. O detrimento se daria porque a educação de totalidade concreta, numa perspectiva emancipatória<sup>8</sup>, tem por objetivo o desenvolvimento integral e não conhecimentos fragmentados.

A intenção do processo educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades. O papel dos conteúdos e tempos está intrinsecamente conectado com a participação dos indivíduos como sujeitos de processos culturais, econômicos e acadêmicos da sociedade e das instituições de educação. (PPP, 2008, p.11).

No PPP, o objetivo da educação de totalidade concreta é possibilitado pela interação dos diferentes espaços curriculares, a fim de promover a capacidade da criticidade do indivíduo; e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, rompendo com o modelo disciplinar e fragmentado, dando espaço a um currículo flexível que tem os projetos de aprendizagem como principal articulador dessa concepção de educação. (PPP, 2008).

No PPP, os projetos de aprendizagem são citados como o principal articulador da concepção de educação como totalidade, que promove o desenvolvimento integral, porque os projetos são criados a partir da realidade social

---

<sup>8</sup> De acordo com a proposta de pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1997).

do sujeito, em que o indivíduo se compreende como ser social, assumindo a condição de sujeito, discutindo questões a partir das realidades concretas na comunidade escolar e extra-escolar e a partir do diálogo entre os saberes. (PPP, 2008).

A formação que se dá por intermédio dos projetos de aprendizagens, mediados pelos demais espaços curriculares, é descrita no PPP como uma formação que privilegia investigação/ação, num diálogo com professores e meio social, em que o indivíduo vai “construindo as condições objetivas viabilizadoras de sua autonomia, aqui entendida como um processo emancipatório.” (PPP, 2008, p. 12) e que resulta numa formação de cultura crítica, que demandará a apresentação de “posições e de compreensões de conhecimento, tensionadas constantemente pelas realidades distintas dos sujeitos desse processo, em um devir histórico”. (PPP, 2008, p. 12). No PPP, esses movimentos são os que possibilitam os sujeitos tomarem posições diferenciadas nos espaços educativos e na comunidade, promovendo o desenvolvimento integral do sujeito.

A educação de totalidade é fundamentada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e é apresentada no PPP como resultado do movimento da produção social de seus sujeitos, exigindo um currículo flexível, articulado, e com múltiplas relações, rompendo com a “concepção disciplinar e fragmentada.” (PPP, 2008, p.11).

Nessa proposta de educação de totalidade, a formação discente é pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade, buscando dar suporte aos sujeitos.

As sínteses desencadeadas por esse processo educacional darão suporte aos sujeitos desse processo educativo para tomar novas posições e realizar novas proposições, construindo condições objetivas para novos saltos qualitativos no processo de formação acadêmico e na realidade das comunidades envolvidas. (PPP, 2008, p.12).

O Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral centraliza a proposta de educação por projetos. Não só para os indivíduos que buscam uma formação, os responsáveis pela gestão da instituição e os docentes também desenvolvem projetos, com especificidades e focos diferentes. (PPP, 2008).

Os responsáveis pela gestão da instituição (Setor) elaborariam e executariam Projetos Institucionais, promovendo ações integradas com políticas públicas. Os docentes desenvolveriam seus Projetos de Ação Docente, direcionados às ações na região. E os estudantes desenvolveriam Projetos de Aprendizagem, de acordo seus interesses, orientados e estimulados pelos docentes. (PPP, 2008).

É com base na educação de totalidade que o PPP propõe os espaços de aprendizagem: Projeto de Aprendizagem, que aparece como um espaço que dá ênfase à realidade concreta do meio em que o estudante está inserido; Interações Culturais e Humanísticas, bem como os Fundamentos Teóricos – Práticos, buscam propiciar a troca de saberes. (PPP, 2008).

No Projeto de Aprendizagem, o estudante tem a autonomia na construção do seu conhecimento. Tal autonomia é baseada na proposta pedagógica da obra *Pedagogia da Autonomia* (1997), de Paulo Freire. Embora essa proposta norteie todo o Projeto Político Pedagógico do Setor, o Projeto de Aprendizagem é o espaço de aprendizagem destacado como espaço de maior concretização da autonomia do estudante. (PPP, 2008).

De acordo com o PPP (2008), o PA tem quatro métodos que promovem a autonomia do estudante: o projeto parte da realidade social do estudante; contribui para a educação como totalidade, por intermédio do diálogo com os demais espaços de aprendizagem e comunidade externa; ocorre a partir da livre investigação/ação do estudante, fomentando, assim, a sua autonomia; e antecipa a sua vivência no exercício profissional.

O PA é o principal articulador para romper com a concepção fragmentada da educação, sendo um projeto de autonomia do estudante que parte da realidade social.

A concepção do processo educativo fundado na realidade social provoca a organização de um currículo flexível, de forma articulada e com múltiplas relações. Rompe com a concepção disciplinar e fragmentada para trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. (PPP, 2008, p. 11).

O PA dialoga com os demais saberes e demais espaços de aprendizagem: FTPs e ICH, contribuindo para a educação de totalidade, ou seja, superando a

proposta fragmentada de educação e fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão. (PPP, 2008).

O PA se dá por meio da livre investigação/ação do estudante, o qual vai fazendo a sua leitura da realidade concreta e, assim, “vai construindo as condições objetivas viabilizadoras de sua autonomia, aqui entendida como processo emancipatório.” (PPP, 2008, p. 12). E também “o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional.” (PPP, 2008, p.29).

As Interações Culturais e Humanísticas são espaços de aprendizagem interdisciplinar e se propõem a possibilitar ao estudante a articulação dos saberes culturais, científicos, pessoais e populares para a construção de um olhar mais amplo e crítico da realidade. (PPP, 2008).

Nos Fundamentos Teóricos–Práticos estão contempladas as diretrizes curriculares de cada curso. Neste espaço, o estudante recebe conhecimentos que o auxiliam na realização de seus projetos. (PPP, 2008).

O modelo de ensino por projetos, proposto no PPP, parte do pressuposto de que a emancipação se baseia na concepção do conhecimento da sociedade e do homem, de tal modo que o “lugar”<sup>9</sup> é o que rege essa concepção. Assim, o PPP assume que a proposição de emancipação dos estudantes é construída a partir da apropriação do conhecimento promovido na universidade e na realidade.

Portanto, ao definir o papel social da universidade como agente fomentador de leitura crítica da realidade e, fundado nela construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade e possibilitem a construção de novas teorias, a Universidade e seus atores se vêem impelidos a construir um Projeto Político-Pedagógico a partir de um paradigma social que assume a técnica como suporte e não mais como definidora da formação. Assim sendo, o conhecimento recupera sua condição de totalidade não idealizada, mas com a clareza de que sua construção se dá no tensionamento dialético entre o modelo epistemológico dominante e o modelo epistemológico emancipatório e entre o todo e a parte. (PPP, 2008, p.8).

O comprometimento que uma universidade deve ter com os interesses coletivos é citado como a justificativa da existência do Setor, contribuindo com a população, buscando promover ações e reflexões com ela. O Setor justifica sua

---

<sup>9</sup>De acordo com o conceito descrito por SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (2006 citado por PPP, 2008).

existência no PPP (2008, p. 10) pela realidade do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira “para desenvolver, juntamente com essas comunidades, um projeto que tem como pressuposto a ação coletiva e a ação de protagonismo de seus sujeitos”.

O PPP do Setor se constitui num documento que firma o compromisso da Universidade com diferentes desenvolvimentos: desenvolvimento socioeconômico, cultural e sustentável de um local específico: litoral do Paraná e Vale do Ribeira, para promover o desenvolvimento integral dos sujeitos, bem como do desenvolvimento científico e da instituição.

Estes compromissos vão de encontro à proposição da expansão de cursos de graduação e de projeto integrado, previstos no PDI; e das propostas de desenvolvimento apresentadas no Programa de Expansão I. Os propósitos tanto do PDI como do Programa de Expansão I são contemplados no PPP do Setor Litoral, servindo de guia para o proposto nos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de Gestão e Empreendedorismo, embora no PPP o termo desenvolvimento sustentável seja o mais referenciado, sendo citado cinco vezes no documento, e os demais desenvolvimentos apareçam uma única vez (FIGURA 1).

FIGURA 1 - DESENVOLVIMENTOS NO PPP



FONTE: A autora (2017).

Já a autonomia, implícita no PPP, é a financeira, de gestão e pedagógica. No PPP, a autonomia também é referenciada como a autonomia para a tomada de

decisão universitária, em que todos os membros da comunidade universitária participariam. O documento também faz referência à autonomia do estudante, com base na proposta pedagógica apresentada por Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1996), através da educação de totalidade.

A autonomia do estudante foi concebida no PPP do Setor a partir da formação crítica, baseada na flexibilidade curricular, no protagonismo do estudante à elaboração de seu Projeto de Aprendizagem, na interação/ação com a sua realidade social, e nos espaços aprendizagem que promovem diálogos.

Em suma, o PPP do Setor Litoral atua para uma formação voltada para a realidade local, estimulando o estudante à proposição de ações e pesquisas voltadas à resolução dos problemas provenientes deste local.

### 3.5 O CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO A PARTIR DOS SEUS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

O Curso de Gestão e Empreendedorismo, desde a sua criação, teve dois Projetos Políticos Pedagógicos, PPC de 2010 e PPC de 2015, registrados na PROGRAD. O primeiro, apresentando o currículo e os conteúdos programáticos que nortearam o Curso desde 2006, teve abertura do processo em 26 de novembro de 2009, sob número 230751.112191/2009-20, aprovado pelo CEPE disposto sob a Resolução nº 28/11. O segundo, apresentando o currículo e os conteúdos programáticos que norteiam o Curso desde 2015, teve o processo aberto em 02 de outubro de 2014, sob número 23075.042786/2014-78, com aprovação pelo CEPE disposto na Resolução nº 11/15. A existência de dois PPCs se justificou, de acordo com o Núcleo Docente Estruturante, pela necessidade de alterações e demandou de um Plano de Adaptação Curricular que foi aprovado pela Portaria nº 065/2015-PROGRAD/UFPR, em 12 de junho de 2015.

O Curso de GE foi criado como bacharelado em 2006, a partir do reconhecimento das condições socioeconômicas do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira. (PPC, 2010).

O Curso objetivava, no PPC 2010: orientar o estudante na elaboração e gerenciamento de projetos alternativos de sustentabilidade, por intermédio de incubadoras, arranjos produtivos locais, cooperativas, entre outros; e formar um

gestor empreendedor como agente de desenvolvimento capaz de articular a cooperação entre as pessoas e as organizações e de contribuir para a criação de novas possibilidades de geração de trabalho e renda e de promoção de desenvolvimento da região nas dimensões: política, institucional, cultural, ambiental, social e econômica.

No PPC 2010, a formação do estudante de GE como agente de desenvolvimento é voltada para a possibilidade de atuação em diversos campos: criação de novos negócios, assessoria, consultoria e gestão e em instituições de planejamento e desenvolvimento territorial, dada a sua aptidão à elaboração, construção, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento. Sua formação lhes permite empreender ou atuar nos espaços de ensino de empreendedorismo.

De acordo com o PPC 2010, o agente de desenvolvimento, também chamado de gestor e empreendedor, seria capaz de intervir na realidade pelos conhecimentos dos aspectos que a estruturam.

Um gestor que entenda a importância do ser humano, da cooperação, dos sistemas de rede, da democracia, do comércio justo e relações solidárias, para atuar como empreendedor e gestor, fomentando o desenvolvimento sustentável da região. (PPC, 2010, p.17)

No PPC 2010 foram estabelecidas oito habilidades que o agente de desenvolvimento estaria apto a realizar:

Habilidade 01 - Solidariedade e Ecosociodesenvolvimento: Desenvolver capacidade de construção e mobilização de redes sociais e organizacionais para a gestão, economia solidária e para o ecosociodesenvolvimento.

Habilidade 02 - Iniciativa e Consciência: Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional. Compreender a complexidade da vida e das relações de trabalho como parte integrante da vida.

Habilidade 03 - Problemas e Decisões: Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e difundir conhecimentos e exercer em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão.

Habilidade 04 - Lógica, Crítica e Análise: Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas, bem como com a complexidade das interações humanas, presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de



articulação entre pessoas, grupos e/ou instituições. Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.

Habilidade 05 - Adaptabilidade e Conectividade: Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional flexível e adaptável.

Habilidade 06 - Esfera da Produção: Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob sua responsabilidade.

Habilidade 07 – Projetos: Desenvolver capacidade de elaborar, implementar, avaliar e consolidar projetos em organizações de diversas naturezas.

Habilidade 08 - Expressão e Comunicação: Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, bem como com as relações interpessoais de maneira geral e nas atividades intergrupais (PPC, 2010, p. 22-23).

No PPC 2010, essas habilidades são aliadas para formar um indivíduo capaz de articular os conhecimentos promovidos na universidade e na sociedade, cooperando para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento da região foi o que justificou a criação do curso de Gestão e Empreendedorismo, de acordo com o PPC (2010, p.15):

A Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral instala-se em 2005 no litoral paranaense com o propósito de contribuir para desenvolvimento da região litorânea (com extensão no Vale do Ribeira), que apresenta sérios problemas socioeconômicos. O curso de Gestão e Empreendedorismo, por sua vez foi criado em agosto de 2006 com o intuito de contribuir com os objetivos do Setor Litoral.

Nos estudos socioeconômicos apresentados no PPC 2010, “os problemas socioeconômicos decorrem, principalmente, pela ausência de postos de trabalho formais.” (PPC, 2010, p.16) e são intensificados fora do período de sol e praia, que ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. “Buscar alternativas de geração de trabalho e renda para estes municípios é um desafio e uma necessidade para o desenvolvimento da região”. (PPC, 2010, p.17).

E desse modo, o curso de Gestão e Empreendedorismo é concebido no litoral do Paraná e no Vale do Ribeira:

[...] desemprego e desigualdade, degradação e riscos ambientais, padrões insustentáveis de consumo, entre outras – colocam diversos desafios e impõem a necessidade de buscar e implementar alternativas que promovam o desenvolvimento no litoral do Paraná (com extensão no Vale do Ribeira)

em suas múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, cultural, política e institucional.(PPC, 2010, p.17).

O desenvolvimento da região é mencionado na metodologia do documento que orienta o Curso, de maneira a promover uma formação que perceba a “importância do ser humano, do capital social, da cooperação [...], para atuar como empreendedor e gestor, fomentando o desenvolvimento da região”. (PPC, 2010, p.24).

Além do desenvolvimento da região, o desenvolvimento sustentável é recorrentemente mencionado no PPC 2010, na referência ao do PPP do Setor: “Reconhecimento da necessidade de ações na região do litoral do Paraná viabilizando o desenvolvimento sustentável.” (PPC, 2010, p. 6); nos objetivos principais que fazem menção ao litoral do Paraná e ao Vale do Ribeira: “em que os projetos pessoais possam ser criados e inseridos em uma proposta de desenvolvimento sustentável.” (PPC, 2010, p.07) e da participação “na construção de um ciclo de desenvolvimento sustentável, com ações imediatas, progressivas e permanentes.” (PPC, 2010, p.07).

O desenvolvimento sustentável também é referenciado nas competências do perfil profissional de Gestão e Empreendedorismo, em que o estudante dialoga e é orientado à “ações para elaboração, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável entre os atores sociais”. (PPC, 2010, p. 22). Na metodologia do PPC 2010, o desenvolvimento sustentável aparece como integralização do Curso de GE à proposta pedagógica do Setor:

Destaca-se ainda que o projeto diferenciado da UFPR Litoral permite uma interação estreita entre comunidade universitária e população litorânea, pois tem como princípio norteador o Desenvolvimento Sustentável. (PPC, 2010, p.23).

O desenvolvimento sustentável regional é outro desenvolvimento que aparece na descrição do perfil do profissional em Gestão e Empreendedorismo “como empreendedor e gestor, fomentado o desenvolvimento sustentável da região”. (PPC, 2010, p.17). O “desenvolvimento sustentável regional” (PPC, 2010, p.31) também é descrito como projeto institucional do Setor a ser seguido pelos docentes.

O desenvolvimento local encontra espaço no PPC 2010 na defesa da formação continuada de docentes e técnicos administrativos:

Na formação continuada de docentes e técnicos administrativos faz-se necessária uma caminhada interativa com ações setoriais voltadas ao desenvolvimento local. (PPC, 2010, p.8).

E nos objetivos específicos da segunda fase (compreender e propor)<sup>10</sup> do Curso: “Contextualizar o desenvolvimento local com a noção de território, desenvolvendo metodologias de diagnóstico e planejamento.” (PPC, 2010, p.20).

O desenvolvimento sustentável local é mais um dos desenvolvimentos referenciados no PPC 2010, para a formação dos estudantes, que deve contribuir com “a proposta de desenvolvimento sustentável local e a inclusão social pelo trabalho, por meio de atividades acadêmicas como pesquisa, ensino e extensão.” (PPC, 2010, p.17). Essa mesma proposta é reafirmada na metodologia, de modo que os estudantes desenvolvam projetos de pesquisa e intervenção “que contribuam com a proposta de desenvolvimento sustentável local e a inclusão social pelo trabalho por meio de atividades acadêmicas.” (PPC, 2010, p.25).

O desenvolvimento sustentável local e global aparece como fim dos projetos de ensino, pesquisa e extensão: “São propostos projetos, utilizados como ferramentas de ensino, pesquisa e extensão, voltados para o desenvolvimento sustentável local e global”. (PPC, 2010, p.14).

Outro desenvolvimento citado no PPC 2010 é o desenvolvimento territorial:

O curso é baseado em módulos interdisciplinares, com ênfase na complexidade do ser humano, construções sociais, nas iniciativas coletivas, nas parcerias público-privadas, geração de trabalho e renda e desenvolvimento territorial. (PPC, 2010, p.14).

Esse desenvolvimento também é apresentado como perspectiva do gestor e empreendedor no objetivo geral da segunda fase do Curso (compreender e propor):

Possibilitar ao estudante o conhecimento de elementos teórico-práticos necessários para a coordenação e viabilização de unidades produtivas, capacitando-o a analisar e propor alternativas nas dimensões econômicas,

---

<sup>10</sup> O Curso é dividido em três fases temporais: fase I – conhecer e compreender, fase II – compreender e propor e fase III – propor e agir, seguindo a proposta pedagógica do Setor.

sociais, ambientais, culturais, políticas e institucionais, constituindo a identidade do gestor e empreendedor na perspectiva do desenvolvimento territorial, bem como capacitá-lo para refletir sobre o significado do trabalho e suas implicações sociais na sociedade contemporânea. (PPC, 2010, p.19).

Igualmente é citado como um dos objetivos estratégicos do Curso, na proposição de: “Discutir conceitos e apresentar ferramentas que capacitem o estudante a propor alternativas de desenvolvimento territorial numa perspectiva multidimensional.” (PPC, 2010, p.20).

O desenvolvimento territorial ainda encontra espaço nas competências que se espera do estudante do Curso: “implementar práticas de gestão e redes favoráveis ao desenvolvimento do território”. (PPC, 2010, p.22).

O ecossociodesenvolvimento no PPC 2010 é proposto como habilidade de solidariedade: “desenvolver capacidade de construção e mobilização de redes sociais e organizacionais para a gestão, economia solidária e para o ecossociodesenvolvimento”. (PPC, 2010, p.22).

Saindo do âmbito espacial e focando no âmbito do sujeito, um desenvolvimento desta configuração citado no PPC 2010 é o desenvolvimento humano, este é reafirmado no documento como a missão da UFPR, o qual serviria de princípio norteador do Curso de GE: “Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano”. (PPC, 2010, p.4).

Entre outros desenvolvimentos citados, com foco no sujeito, estão o do gestor, o acadêmico, o do estudante e o integral.

O desenvolvimento do gestor é referenciado no PPC 2010 como:

o desenvolvimento do gestor – saber ser, viver juntos, fazer – sem o empreendedorismo como modismo, mas sim o conhecimento desses saberes como parte necessária para o desenvolvimento de alternativas possíveis para uma vida decente. (PPC, 2010, p.24).

O desenvolvimento acadêmico refere-se ao funcionamento do Setor, que realiza “ações de acompanhamento e assistência estudantil, atualização pedagógica e desenvolvimento acadêmico, com o objetivo de reduzir os índices de evasão e repetência”. (PPC, 2010, p.30).

O desenvolvimento do estudante é projetado na terceira fase do Curso (propor e agir), orientado para que o estudante seja capaz de: “Articular e sistematizar a síntese do conhecimento teórico-prático (ICH, FTP e Projetos de aprendizagem) como forma de registro do desenvolvimento do estudante ao longo do Curso.” (PPC, 2010, p.21).

E o desenvolvimento integral é mencionado nos espaços que dão suporte a formação: a biblioteca. De acordo com o PPC 2010:

[...] a Biblioteca UFPR Litoral atua no sentido de auxiliar o desenvolvimento integral do estudante, contribuindo para o aumento de sua capacidade crítica e de sua capacidade de agir proativamente. (PPC, 2010, p.42).

O desenvolvimento integral também corresponde ao proposto no PPC 2010 em que o sujeito, estudante, se desenvolve, tendo o processo educativo como “desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos, cognitivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo dos sujeitos e de suas coletividades. (PPC, 2010, p.11).

Em relação aos métodos de autonomia propostos no PPP do Setor, através do PA, os mesmos são reafirmados no PPC 2010. No PPC 2010, a ideia do PA é que este seja um projeto que parta da realidade social do estudante e que, dialogando com os FTPs, possa promover ações às problemáticas, objetos do projeto de investigação:

O eixo curricular de Projetos de Aprendizagem indica aos estudantes a utilização dos conhecimentos trabalhados no eixo de Fundamentos Teórico-práticos no exercício de elaboração de problemáticas locais e possibilidades de superação das mesmas. (PPC, 2010, p.9).

O PA é construído no diálogo dos espaços de aprendizagem e com diferentes atores, agregada a livre investigação/ação do estudante:

[...] toma como princípio a reflexão acerca da realidade concreta do lugar, como fonte primeira, para, em diálogo com o conhecimento sistematizado, tecer a organização curricular e o desenvolvimento de projetos que devem partir dos alunos e envolver os professores e a comunidade (PPC, 2010, p.10)

O destaque ao Projeto de Aprendizagem como articulador do diálogo entre os espaços de aprendizagem de modo a contribuir para o desenvolvimento integral se dá em outros momentos do PPC (2010), tais como: no item educação como totalidade, em que essa proposta da universidade é afirmada e estendida ao PPC (2010); no item de abordagens em perspectiva de totalidade orgânica; e no item de articulação entre teoria e prática.

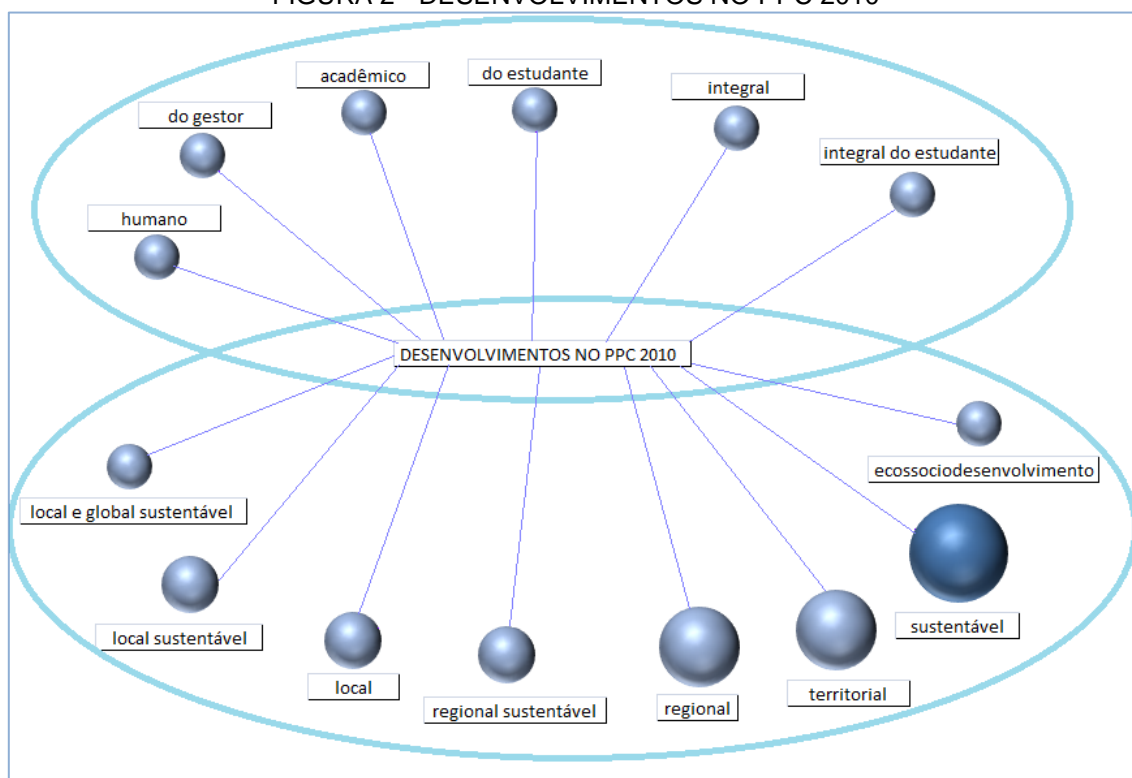
A concepção de que o PA deva partir da realidade social do estudante, está para a vivência do exercício profissional e para a investigação/ação do sujeito co-responsável de seu processo de aprendizagem, o que promove a sua autonomia:

O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea. Tais ações podem contemplar uma diversidade de possibilidades, desde que alie o aprofundamento metodológico e científico. Contemplam também uma transição para o exercício profissional. Na proposição do projeto, o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional. O aluno como sujeito co-responsável de seu processo de aprendizagem, aprende a significar um cotidiano balizado por valores locais. (PPC, 2010, p.13).

A sensibilização à formação para agir sobre o meio ao qual o estudante vive é contemplada nos objetivos específicos da 1ª fase temporal do Curso – conhecer e compreender: “Sensibilizar os estudantes sobre as possibilidades de interação nas comunidades, através dos projetos de aprendizagem.” (PPC, 2010, p.19).

No PPC 2010, o termo desenvolvimento é utilizado tanto para a promoção do espaço (sustentável, local, local sustentável, local e global sustentável, territorial, regional e regional sustentável) quanto para a promoção do sujeito (integral e do estudante) e da instituição (gestor e acadêmico). No PPC 2010, tanto o desenvolvimento regional, finalidade do Curso de GE, quanto o desenvolvimento territorial, que aparece no documento como sinônimo, é citado quatro vezes, inferior ao número de vezes que o desenvolvimento sustentável é citado (cinco vezes). Este último definindo a formação dos agentes de desenvolvimento do Curso (FIGURA 2).

FIGURA 2 - DESENVOLVIMENTOS NO PPC 2010



FONTE: A autora (2017).

A autonomia no PPC 2010 segue a autonomia referenciada no PPP, ou seja, faz referência ao desenvolvimento integral que protagoniza o sujeito. No PPC 2010, essa autonomia é voltada ao desenvolvimento regional, fazendo parte da formação do agente de desenvolvimento, sujeito que age no espaço, e dos limites de atuação de um gestor empreendedor.

Essa autonomia também corresponde à descrita no PNE, relativa à produção de saberes para trabalhar as peculiaridades de onde a estrutura esteja situada, e a do PA inclusa no PPP do Setor Litoral, em que os métodos que constituem o PA no PPP são contemplados no PPC (2010).

O Projeto Político Pedagógico do Curso de 2015 apresenta, em muitos momentos, o mesmo texto do PPC de 2010, de modo que os termos de desenvolvimento, citados no PPC de 2010, aparecem no PPC 2015 até nas mesmas páginas. O desenvolvimento que teve seu sentido alterado na proposição do documento foi o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável não é mais citado para afirmar que Setor é um exemplo de resultado de políticas educacionais inovadoras e de

responsabilidade social, passa a ser citado como “missão do Planejamento Estratégico da UFPR 2002-2006.” (PPC, 2015, p. 4), período em que o Setor foi criado. O termo também aparece nos objetivos principais da implantação do Setor: “projetos pessoais possam ser criados e inseridos em uma proposta de desenvolvimento sustentável.” (PPC, 2015, p.5) e continua a ser orientado pelas competências e habilidades gerais e específicas do estudante: “dialogar e orientar ações para elaboração, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável entre os atores sociais.” (PPC, 2015, p.21). E como “princípio norteador” do Setor Litoral (PPC, 2015, p.23).

O desenvolvimento da região é citado no PPC 2015 exatamente como foi citado no PPC 2010, como parte da justificativa do Curso, citado na página 15, como busca por alternativas de gerem trabalho e renda para o Litoral, visto como um desafio e necessidade, citado na página 17, para melhorar as condições de vida do litoral e do Vale do Ribeira, e citado na página 24, como parte da metodologia a ser desenvolvida no Curso.

O desenvolvimento sustentável regional é o que se almeja de um gestor empreendedor: “como empreendedor e gestor, fomentado o desenvolvimento sustentável da região”. (PPC, 2015, p.18). Deixando de ser citado na composição do corpo docente.

O desenvolvimento local continua a orientar “ações político-pedagógicas” (PPC, 2015, p.5) e “objetivos específicos da segunda fase do Curso” (PPC, 2015, p.20). Já o desenvolvimento sustentável local é referenciado como parte do propósito do Curso, em que o estudante contribui com “a proposta de desenvolvimento sustentável local e a inclusão social pelo trabalho, por meio de atividades acadêmicas como pesquisa, ensino e extensão.” (PPC, 2015, p.18). O desenvolvimento sustentável local é uma proposta reafirmada na página 25.

O desenvolvimento territorial não é mais referenciado na integração entre teoria e prática no PPC 2015. Mas o desenvolvimento territorial continua a ser referenciando no objetivo geral da segunda fase do Curso:

Possibilitar ao estudante o conhecimento de elementos teórico-práticos necessários para a coordenação e viabilização de unidades produtivas, capacitando-o a analisar e propor alternativas nas dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e institucionais, constituindo a



identidade do gestor e empreendedor na perspectiva do desenvolvimento territorial, bem como capacitá-lo para refletir sobre o significado do trabalho e suas implicações sociais na sociedade contemporânea. (PPC, 2015, p.19).

Sendo apresentado também como um dos objetivos estratégicos da segunda fase previstas no PPC: “Discutir conceitos e apresentar ferramentas que capacitem o estudante a propor alternativas de desenvolvimento territorial numa perspectiva multidimensional.” (PPC, 2015, p.20), e nas competências que se espera pelo Curso: “implementar práticas de gestão e redes favoráveis ao desenvolvimento do território”. (PPC, 2015, p.21).

O ecossociodesenvolvimento continua sendo proposto como uma habilidade a ser promovida durante o Curso: “desenvolver capacidade de construção e mobilização de redes sociais e organizacionais para a gestão, economia solidária e para o ecossociodesenvolvimento”. (PPC, 2015, p.22).

O desenvolvimento do gestor continua proposto no PPC 2015, o de saber ser, viver juntos, fazendo o empreendedorismo sem ser “modismo, mas sim o conhecimento desses saberes como parte necessária para o desenvolvimento de alternativas possíveis para uma vida decente”. (PPC, 2015, p.24).

O desenvolvimento do estudante continua a ser apresentado na terceira fase do curso, como proposta de “Articular e sistematizar a síntese do conhecimento teórico-prático (ICH, FTP e Projetos de aprendizagem) como forma de registro do desenvolvimento do estudante ao longo do Curso.” (PPC, 2015, p.21).

No PPC 2015, o desenvolvimento no âmbito espacial que deixou de ser citado foi o desenvolvimento sustentável local e global. Já no âmbito do sujeito, os desenvolvimentos que deixaram de ser referenciados foram: desenvolvimento acadêmico, desenvolvimento integral do estudante e desenvolvimento integral.

Embora o desenvolvimento integral não tenha sido contemplado no PPC 2015, a educação de totalidade é referenciada: “fica evidente que o Projeto Pedagógico do Curso se constitui em um processo dinâmico de constante construção, no qual a educação é compreendida como totalidade.” (PPC, 2015, p.7). Essa modificação reflete nos Projetos de Aprendizagem.

O PA permanece como o espaço em que os estudantes utilizarão os conhecimentos trabalhados no eixo de FTPs “no exercício de elaboração de

problemáticas locais e possibilidades de superação das mesmas.” (PPC, 2015, p.6). Fortalecendo, assim como o primeiro PPC do curso, a educação como totalidade. Porém, o PA passa a ser projeto articulado por semestre:

[...] os Projetos de Aprendizagem passam a ser projetos articulados por semestre, guiados por temáticas/problemas que dialoguem com os conteúdos do semestre que os mesmos devam apresentar complexidade crescente trabalhando habilidades relevantes na formação profissional, tais como trabalho em equipe, capacidade de solução de problemas, gestão de conflitos, perfil de liderança, dentre outros aspectos. (PPC, 2015, p.11).

Essa nova proposta de PA continua correspondendo ao método da autonomia de vivência do exercício profissional, mas deixa de corresponder às outras duas características do PA, propostas no PPP (2008) do Setor, já que o projeto não partirá da realidade social do estudante e sim da articulação com o semestre; e o processo de investigação/ação do estudante não se dará por intermédio da sua autonomia, mas será restringido à temáticas/problemas que dialoguem com os conteúdos do semestre e promovam as habilidades profissionais, exclusivamente.

Um dos objetivos específicos da 1ª fase do curso (conhecer e compreender), no PPC 2015, continua sendo o de “sensibilizar os estudantes, sobre as possibilidades de interação nas comunidades, através dos projetos de aprendizagem.” (PPC, 2015, p.19), mas não dá detalhes de como isso poderá ser feito, uma vez que o PA já tem um direcionamento especificado pelo semestre e limitado às temáticas/problemas dos conteúdos desse semestre, atrelados às habilidades profissionais.

A restrição da autonomia do estudante em desenvolver seu PA, partindo de sua livre investigação/ação e da sua realidade social, é reafirmada pela obrigatoriedade de que o estudante deve cursar o PA do seu Curso. O PA passa a objetivar, exclusivamente, a formação do perfil profissional e não a autonomia na construção do conhecimento, de modo que o estudante não possui mais a liberdade de escolher outro tema de pesquisa que tenha interesse de pesquisar, que não seja para promover essa formação: “os Projetos de Aprendizagem passam a ser projetos articulados por semestre”. (PPC, 2015, p. 11).

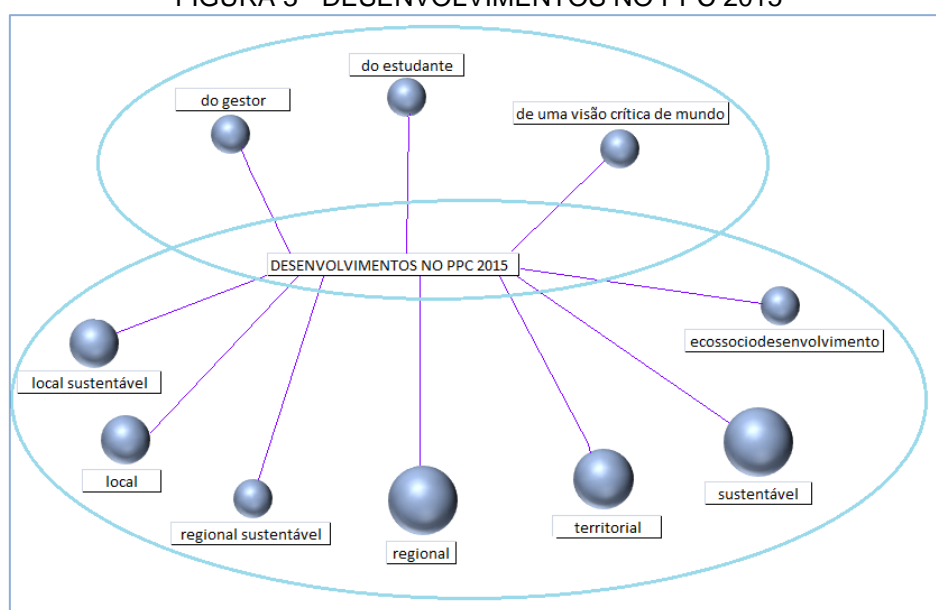
O PPC 2015 apresenta um novo desenvolvimento: o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo, citado entre os doze desafios que norteiam o projeto do Setor Litoral: “Uma concepção de educação que valorize tanto as dúvidas como as respostas promovendo o desenvolvimento de uma visão crítica de mundo.” (PPC, 2015, p.4).

A autonomia<sup>11</sup> mencionada ainda é a mesma referenciada no PPC 2010: “uma educação pautada na autonomia do educando é essencial para a formação do bacharel em Gestão e Empreendedorismo.” (PPC, 2015, p.24), mas se contradiz, porque o estudante perde a liberdade de escolher outro tema de pesquisa.

O desenvolvimento integral, específico à autonomia do Setor, deixou de ser citado, de modo que a autonomia do estudante foi reduzida, especificamente na proposta do Projeto de Aprendizagem. Com o plano de adaptação do Curso de Gestão e Empreendedorismo, o espaço de aprendizagem – PA deixa de ser o maior articulador da autonomia do estudante, já que não corresponde a todos os métodos propostos pelo Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR.

No PPC 2015, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento sustentável são citados na mesma proporção (FIGURA 3), havendo uma redução de citações de 27 para 20 e de 14 desenvolvimentos adjetivados para 10, em relação ao PPC 2010.

FIGURA 3 - DESENVOLVIMENTOS NO PPC 2015



FONTE: A autora (2017).

<sup>11</sup> Fazendo referência à obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1997).

Além dessas alterações na proposta do PPC do curso de GE, ocorreram alterações nas horas formativas e sua distribuição, bem como na alteração de módulos (exclusão, obrigatoriedade, inclusão, compactação, entre outros) e detalhamento dos planos de ensino.

#### 4 GRADES CURRICULARES DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Esta parte da pesquisa tem por objetivo explorar os mecanismos de implementação aos fins que se propôs o Curso de Gestão e Empreendedorismo: a autonomia do sujeito e o desenvolvimento regional. Para tal, apresenta uma leitura das grades curriculares dos dois Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) do Curso de Gestão e Empreendedorismo, em ordem cronológica, a partir da distribuição das horas formativas entre as fases temporais, espaços de aprendizagem e eixos específicos do Curso.

A formação em Gestão e Empreendedorismo, contemplada nos PPCs do Curso de Gestão e Empreendedorismo, é estruturada a partir de cinco espaços de aprendizagem, orientados pelo PPP do Setor: os Fundamentos Teóricos-Práticos, com conteúdos subdivididos em eixos específicos à formação em gestão e empreendedorismo (Produção e Mercado, Território e Desenvolvimento e Mundo do Trabalho); os Projetos de Aprendizagem; as Interações Culturais e Humanísticas; e dois espaços de aprendizagem definidos pelo Núcleo Estruturante do Curso: Módulos Optativos e Atividades Formativas Complementares, em que o estudante tem a liberdade de escolher quais módulos e atividades quer realizar, de acordo com o que é estabelecido pelo Núcleo Estruturante. A estrutura dos espaços é distribuída em três fases temporais: conhecer e compreender, compreender e propor e propor e agir.

*Fase I: conhecer e compreender (percepção crítica da realidade)*, nessa fase o objetivo é sensibilizar o estudante aos desafios da universidade, a partir da realidade concreta deste; um espaço de discussão.

*Fase II: compreender e propor (fundamentação teórica)*, nessa fase o objetivo é apresentar ao estudante elementos teóricos-práticos que o possibilitem refletir sobre as sociedades contemporâneas, bem como analisar proposições de alternativas às diversas dimensões da realidade regional.

*Fase III: propor e agir*, nessa fase o objetivo é proporcionar espaços para que o estudante possa propor ações condizentes com a atuação profissional, o que justifica a existência da universidade.

Dentro do PPP do Setor Litoral, os Fundamentos Teóricos-Práticos têm por objetivo propor conhecimentos específicos para a formação profissional, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e sustentável da região. De maneira específica, os FTPs do Curso de Gestão e Empreendedorismo, no PPC 2010, tiveram como objetivo: “contextualizar as questões do mundo do trabalho e suas implicações na estrutura de produção e mercado do território.” (PPC, 2010, p.21).

O PA é um espaço de aprendizado comum a todos os cursos do Setor. As elucidações a este no PPC 2010, são as mesmas contempladas no PPP do Setor. Os temas de “investigação/ação” tratados nos PAs são propostos pelo estudante, de maneira a permitir “o exercício da construção da leitura da realidade concreta.” (PPP, 2008, p. 12), sendo este, dialogando com os outros dois, um espaço de aprendizagem promotor da autonomia, transcrito no PPP como o:

[...] exercício, mediado pelos espaços dos fundamentos teórico-práticos e das interações culturais e humanísticas, no diálogo com seus pares, professores e o meio social, vai construindo as condições objetivas viabilizadoras de sua autonomia, aqui entendida como um processo emancipatório. (PPP, 2008, p. 12).

Igualmente ao PA, o espaço de aprendizagem das Interações Culturais e Humanísticas independe de decisões dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos<sup>12</sup>. Esse espaço é considerado como interdisciplinar, tendo como objetivo articular saberes científicos, culturais, pessoais e populares, contribuindo para uma formação baseada na complexidade do ser humano e na sua integração com o meio. Assim, o espaço da ICH pode ser compreendido como um espaço de troca de conhecimentos científicos construídos na escola, de saberes individuais trazidos pelo modo de vida dos estudantes de diferentes cursos e das pessoas da comunidade externa a universidade, que detém saberes específicos.

Os Módulos Optativos e as Atividades Formativas Complementares, específicos do Curso, têm como objetivo possibilitar à formação individualizada do estudante, através da escolha entre módulos ofertados pelo Curso, ofertados na

---

<sup>12</sup> Com docentes nomeados em Portaria Interna a responder a estruturação do Curso por período determinado, suas ordenações são propostas no PPP.

UFPR e por atividades realizadas dentro ou fora da instituição de ensino superior, regulamentados nos PPCs, respectivamente.

#### 4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO (2010)

O primeiro Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo, apesar de aprovado em 2010, já vigorava desde 2006. O PPC 2010 contemplava 3.310 horas formativas para formação de bacharel em Gestão em Empreendedorismo, subdividas em: 1.920 horas de Fundamentos Teóricos–Práticos, subdividas nos eixos: Produção e Mercado com 1.040 horas/aula, Desenvolvimento e Território com 640 horas/aula e Mundo do trabalho com 240 horas/aula; 640 horas de Projetos de Aprendizagem e de Interações Culturais e Humanísticas, cada (QUADRO 2); 30 horas de Módulos Optativos; e 80 horas de Atividades Formativas Complementares.

QUADRO 2 – GRADE CURRICULAR DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO – PPC 2010

	FASE I: CONHECER E COMPREENDER				FASE II: COMPREENDER E PROPOR								FASE III: PROPOR E AGIR			
	PRIMEIRO SEMESTRE	CH	SEGUNDO SEMESTRE	CH	TERCEIRO SEMESTRE	CH	QUARTO SEMESTRE	CH	QUINTO SEMESTRE	CH	SEXTO SEMESTRE	CH	SÉTIMO SEMESTRE	CH	OITAVO SEMESTRE	CH
<b>Eixo Produção e Mercado</b>	Concepções de Empreendedorismo	80	Empreendedorismo no Brasil e Litoral	40	Economia e Mercado	40	Estratégia Competitiva	40	Política e Conjuntura Econômica	40	Economia Internacional	40				
			Constituição das Empresas no Brasil	40					Gestão Estratégica	40	Elaboração e Análise de Projetos	40				
											Gestão da Comunicação	40	Projeto 2 - Plano de Negócios	120		
			Introdução à Gestão	40	Estruturas de Mercado	40	Gestão de Finanças MPMEs	40	Gestão da Produção	40	Gestão de Marketing	40				
					Introdução à Análise de Investimento	40	Gestão de Pessoas MPMEs	40	Gestão de Serviços	40	Gestão da Inovação	40			Projeto 3 - Projeto de Investimento	120
<b>Eixo Desenvolvimento e Território</b>			Perspectivas de Desenvolvimento	40	Configuração socioeconômica do Território	40	Arranjos Produtivos	40					Projeto 1 - Análise Organizacional	120		
	Reconhecimento do Litoral	80	Metodologias de Diagnóstico Territorial	40	Geoinformação	40	Planejamento Territorial	40	Gestão e Articulação de Atores	40	Novas formas de Geração de Trabalho e Renda	40			Projeto 4 - Organizações Sociais e Comunitárias	120
<b>Eixo Mundo do Trabalho</b>	Introdução a Formação Profissional	80	Significado do Trabalho	40	Processo Histórico do Mundo do Trabalho	40	Transformações no Mundo do Trabalho	40	Desafios Contemporâneos do Mundo do Trabalho	40						
<b>Projetos de Aprendizagem</b>	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80	Projeto de Aprendizagem	80
<b>Interações Culturais e Humanísticas</b>	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80	Interações Culturais e Humanísticas	80

FONTE: PPC (2010).



O eixo Produção e Mercado era composto por 21 módulos de 40 horas cada ou com carga horária múltipla desta. O eixo Território e Desenvolvimento era composto por 11 módulos, dos quais sete eram de 40 horas, um de 80 horas e dois de 120 horas. E, o eixo Mundo do Trabalho por cinco módulos de 40 horas e um de 80 horas (QUADRO 3).

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA NOS EIXOS FTPS, PPC 2010  
(continua)

<b>Eixo: Produção e Mercado</b>			
Módulo	Carga horária		
	Fase I	Fase II	Fase III
Concepções de Empreendedorismo	80		
Constituição das Empresas no Brasil	40		
Economia e Mercado		40	
Elaboração e Análise de Projetos		40	
Empreendedorismo no Brasil e no Litoral	40		
Estratégia Competitiva		40	
Estruturas de Mercado		40	
Gestão da Comunicação		40	
Gestão da Produção		40	
Gestão de Finanças MPMEs		40	
Gestão de Inovação		40	
Gestão de Marketing		40	
Gestão de Pessoas MPMEs		40	
Gestão de Serviços		40	
Gestão Estratégica		40	
Introdução à Análise de Investimento		40	
Introdução à Gestão	40		
Política e Conjuntura Econômica		40	
Projeto 2 - Plano de Negócios			120
Projeto 3 - Projeto de Investimento			120
Relações Econômicas Internacionais		40	
Total de carga horária por fases	200	600	240
<b>Eixo: Desenvolvimento e Território</b>			
Módulo	Carga horária		
	Fase I	Fase II	Fase III
Arranjos Produtivos		40	
Configuração Socioeconômica do Território		40	
Geoinformação		40	
Gestão e Articulação de Atores		40	
Metodologias de Diagnóstico Territorial	40		
Novas Formas de Trabalho e Renda		40	

(conclusão)

<b>Eixo: Desenvolvimento e Território</b>			
Módulo	Carga horária		
	Fase I	Fase II	Fase III
Perspectivas de Desenvolvimento	40		
Planejamento Territorial		40	
Projeto 1 - Análise Organizacional			120
Projeto 4 - Organizações Sociais e Comunitárias			120
Reconhecimento do Litoral	80		
Total de carga horária por fases	160	240	240
<b>Eixo: Mundo do Trabalho</b>			
Módulo	Carga horária		
	Fase I	Fase II	Fase III
Desafios Contemporâneos do Mundo do Trabalho		40	
Introdução à Formação Profissional	80		
Processo Histórico do Mundo do Trabalho		40	
Significado do Trabalho	40		
Transformações no Mundo do Trabalho		40	
Total de carga horária por fases	120	120	

FONTE: A autora (2016).

A carga horária destinada aos Projetos de Aprendizagem era de 640 horas, distribuídas igualmente em oito módulos de 80 horas. O mesmo ocorria com a distribuição da carga horária das atividades de Interações Culturais e Humanísticas. A carga horária era distribuída igualmente nos oito semestres do curso, sendo 160 horas na fase I, 320 horas na fase II e 160 horas na fase III.

A carga horária em Módulos Optativos compreendia 30 horas e era ofertada pelo Curso através dos módulos: Língua Brasileira de Sinais – Libras (30h), Processos de Comunicação (30h) e Economia e Desenvolvimento (30h).

As 80 horas de Atividades Formativas Complementares, conforme o PPC, derivavam de participações em outras atividades acadêmicas como: cursos, palestras, eventos, projetos de pesquisa e/ou extensão e oficinas, realizados na UFPR ou fora dela e requeridos de validação pelo estudante mediante comprovação (QUADRO 4).

QUADRO 4 – ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES –PPC 2010

<b>Tipo-Natureza (Resolução 70-04 CEPE – Art. 4º)</b>	<b>Carga Horária Máxima Revalidável</b>	<b>Equivalência em Horas</b>
Disciplina ou Módulos Eletivos	60 ou 4 créditos (de 15 h/a cada)	60
Estágio não Obrigatório	100	100
Monitoria	100	100
Atividade de Pesquisa – Iniciação Científica	100	100
Atividade de Extensão	100	100
EaD – Ensino a Distância	30	30
Atividades de Representação Acadêmica	30	30
Atividades Culturais Não Vinculadas Ao ICH	30	30
Eventos (Seminários, Congressos, etc.) - como Participante (Ouvinte)	60	60
PET – Programa Especial de Treinamento	100	100
Projetos Ligados à Ações em Educação Pública do Litoral do Paraná (não vinculados ao Projeto de Aprendizagem)	60	60
Oficinas Didáticas Complementares	100	100
Programa de Voluntariado (Res. 76/09 CEPE)	30	30
Programas e Projetos Institucionais	30	30
Empresa Júnior	30	30
Apresentação de Trabalhos em Eventos	Até 5 Trabalhos	Cada Trabalho = 15
Publicação de Artigos Científicos em Revista Indexada	Até 5 Artigos	Cada Artigo = 60
Participação em Cursos (como Ouvinte)	60	30
Publicação em Periódicos Não Indexados	Até 5 Publicações	20
Cursos de Línguas Estrangeiras	60	60
Relatório - Diagnóstico organizacional	Até 2 Relatórios	Cada relatório = 40

FONTE: PPC (2010).

No PPC 2010, o desenvolvimento é parte da denominação de um dos três eixos de formação específica do Curso (Desenvolvimento e Território), contemplando uma carga horária de formação de 640 distribuídas de maneira equilibrada nas três fases dos quatro anos de Curso. O termo território, que acompanha o termo desenvolvimento, define o propósito do desenvolvimento a ser transmitido como conhecimento teórico-prático de formação profissional aos estudantes. Este desenho parece estar para atender ao fim pelo qual o Curso foi criado, ao desenvolvimento regional, entendendo que território e região façam referência a espaços físicos.

A autonomia, segundo o PPC 2010, derivada do diálogo dos três espaços de aprendizagem, puxados pelo PA, quando observada pela carga horária e nomenclatura é possível afirmar que há uma distribuição dos espaços

de aprendizagem nas fases temporais do Curso, o que permitiria a elaboração da proposta de um projeto de intervenção/ação do estudante na comunidade, para o exercício profissional, construído a partir do diálogo dos conhecimentos científicos (FTP) e saberes (ICH), e entre outros membros da comunidade interna e externa (professores, estudantes, membros da comunidade).

Os espaços de Módulos Optativos e Atividades Formativas Complementares garantem liberdades de escolha para a formação individual, embora não promovam autonomia, como a que pode ser desenvolvida a partir do PA.

#### 4.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2015 E PLANO DE ADAPTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Curso de 2015, em vigor, apresenta carga horária total de formação reduzida em 310 horas, em relação ao PPC de 2010, e justificou-se a partir de uma proposta de reformulação do Curso, apresentada pelo Núcleo Docente Estruturante, com vistas a cumprir o mínimo da carga horária exigida pelas diretrizes nacionais concernentes à Área de Administração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A redução das horas de formação contempladas no PPC 2015 em relação ao PPC 2010 ocorreu nos espaços de aprendizagem: Projetos de Aprendizagem e Interações Culturais e Humanísticas. Enquanto que a carga horária de formação nos Módulos Optativos e nas Atividades Formativas Complementares foi ampliada. Nos Fundamentos Teórico-Práticos um eixo teve a carga horária ampliada, enquanto que os demais tiveram a carga horária reduzida. Além da redução e ampliação da carga horária, a reformulação do Curso contou com: alterações nas cargas horárias nos espaços de aprendizagem e nos eixos, junções, extinções e não-obrigatoriedade de módulos no eixo de Fundamentos Teórico-Práticos. Essa reformulação implicou numa alteração quantitativa e qualitativa na formação dos estudantes de Gestão e Empreendedorismo.

As avaliações do Núcleo Docente Estruturante do Curso que justificaram a substituição do PPC do Curso foram realizadas em 2012, 2013 e 2014 (PPC, 2015). Qualitativamente, os argumentos que justificaram as

mudanças foram: ao foco do Curso, que não deveria ficar limitado ao estudo de micro e pequenas empresas; aos eixos específicos Desenvolvimento Territorial e Mundo do Trabalho, que deveriam ser mantidos; aos ementários das ICHs, que deveriam contemplar a formação do aluno, ampliando o diálogo interdisciplinar; aos eixos, que deveriam ter maior integração; ao Módulo de Libras, que deveria ser mantido como Módulo Optativo; à questão étnico-racial, que deveria ser trabalhada nos módulos de Processo Histórico do Mundo do Trabalho e Gestão de Pessoas; às questões concernentes à história e à cultura afro-brasileira, que deveriam ser trabalhadas nas ICHs; à educação ambiental, que deveria ser trabalhada em módulo específico de Gestão Ambiental Empresarial, a ser criado; às ferramentas de Ensino a Distância (EaD), que deveriam ser incorporadas ao espaço curricular Fundamentos Teóricos-Práticos; e aos Projetos de Aprendizagem, que passariam a ser:

[...] articulados por semestre guiados por temáticas/problemas que dialog[asse]m com os conteúdos do semestre e que os mesmos dev[eria]m apresentar complexidade crescente trabalhando habilidades relevantes na formação do perfil profissional, tais como trabalho em equipe, capacidade de solução de problemas, gestão de conflitos, perfil de liderança, dentre outros aspectos (PPC, 2015, p.11).

O PPC 2015 passou a contemplar 3.000 horas de atividades curriculares, subdividas em: 1.720 horas de Fundamentos Teóricos-Práticos, 480 horas de Projetos de Aprendizagem e de Interações Culturais e Humanísticas, cada, 150 horas de Módulos Optativos (QUADRO 5) e 165 horas de Atividades Formativas Complementares.

QUADRO 5 – GRADE CURRICULAR DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO – PPC 2015

	FASE I: CONHECER E COMPREENDER				FASE II: COMPREENDER E PROPOR								FASE III: PROPOR E AGIR			
	PRIMEIRO SEMESTRE	CH	SEGUNDO SEMESTRE	CH	TERCEIRO SEMESTRE	CH	QUARTO SEMESTRE	CH	QUINTO SEMESTRE	CH	SEXTO SEMESTRE	CH	SÉTIMO SEMESTRE	CH	OITAVO SEMESTRE	CH
<b>Eixo Produção e Mercado</b>													Gestão Ambiental e Empresarial	75	OPTATIVA	75
	Concepções de Empreendedorismo	60	Empreendedorismo no Brasil e Litoral Paranaense	60			Gestão da Produção	75	Gestão Estratégica	75	Introdução à Finanças	75	Gestão de Finanças	60	Organização Espacial de Empresas	60
	Introdução à Gestão	60	Economia e Mercado	60	Socioeconomia	60	Gestão de Pessoas	75	Pesquisa de Mercado	75	Gestão de Marketing e Comunicação	75	Projeto 1: Diagnóstico	180	Projeto 2: Consultoria	180
<b>Eixo Desenvolvimento e Território</b>	Perspectivas de Desenvolvimento	60			Configuração Socioeconômica do Território	60			Planejamento Territorial	60	Desenvolvimento Territorial	60				
<b>Eixo Mundo do Trabalho</b>			Processo Histórico do Mundo do Trabalho	60	Desafios Contemporâneos do Mundo do Trabalho	60	Assessoria e Intervenções em Organizações	60							OPTATIVA	75
<b>Projetos de Aprendizagem</b>	Projeto de Aprendizagem 1	60	Projeto de Aprendizagem 2	60	Projeto de Aprendizagem 3	60	Projeto de Aprendizagem 4	60	Projeto de Aprendizagem 5	60	Projeto de Aprendizagem 6	60	Projeto de Aprendizagem 7: Diagnóstico	60	Projeto de Aprendizagem 8: Consultoria	60
<b>Interações Culturais e Humanísticas</b>	Interações Culturais e Humanísticas 1	60	Interações Culturais e Humanísticas 2	60	Interações Culturais e Humanísticas 3	60	Interações Culturais e Humanísticas 4	60	Interações Culturais e Humanísticas 5	60	Interações Culturais e Humanísticas 6	60	Interações Culturais e Humanísticas 7	60	Interações Culturais e Humanísticas 8	60

FONTE: PPC (2015).

As 1.725 horas dos Fundamentos Teóricos-Práticos estão distribuídas em: 1.305 horas no eixo de Produção e Mercado, 240 horas no eixo de Desenvolvimento e Território e 180 horas no eixo de Mundo do Trabalho. Ou seja, as modificações na carga horária entre os eixos de FTPs redesenham o Curso: o eixo Produção e Mercado tem um aumento de 265 horas, o eixo Desenvolvimento e Território tem uma redução de 400 horas e o eixo Mundo do Trabalho tem uma redução de 60 horas.

O aumento da carga horária no eixo Produção e Mercado veio acompanhado de alterações dos módulos que o compõe: quatro módulos foram excluídos; um passou a ser Optativo; dois tiveram a carga horária ampliada; um teve a carga horária reduzida; 13 foram condensados, cada dois em um, com redução da carga horária, sendo que um somou-se a um do eixo de Desenvolvimento e Território; e seis novos foram criados, sendo que um foi derivado da junção de dois que eram do eixo de Desenvolvimento e Território (QUADRO 6).

QUADRO 6 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO PRODUÇÃO E MERCADO

(continua)

Módulo: 2010	Carga horária	Módulo: 2015	Carga horária		
			Fase I	Fase II	Fase III
Sem adaptação		Gestão Ambiental e Empresarial			75
Concepções de Empreendedorismo	80	Concepções de Empreendedorismo	60		
Reconhecimento do Litoral	80	Empreendedorismo no Brasil e litoral paranaense	60		
Empreendedorismo no Brasil e no Litoral	40				
Gestão da Produção	40	Gestão da Produção		75	
Gestão de Serviços	40				
Política e Conjuntura Econômica	40	Gestão Estratégica		75	
Gestão Estratégica	40				
Introdução à Análise de Investimento	40	Introdução à Finanças		75	
Gestão de Finanças MPMEs	40				
Sem adaptação		Gestão de Finanças			60
Sem adaptação		Organização Espacial de empresas			60
Introdução à Gestão	40	Introdução à Gestão	60		
Economia e Mercado	40	Economia e Mercado	60		
Estruturas de Mercado	40				
Sem adaptação		Socioeconomia		60	

(conclusão)

Módulo: 2010	Carga horária	Módulo: 2015	Carga horária		
			Fase I	Fase II	Fase III
Gestão de Pessoas MPMEs	40	Gestão de Pessoas		75	
Sem adaptação		Pesquisa de Mercado		75	
Gestão da Comunicação	40	Gestão de Marketing e Comunicação		75	
Gestão de Marketing	40				
Projeto 1 - Análise Organizacional	120	Projeto 1 – Diagnóstico			180
Projeto 4 -Organizações Sociais e Comunitárias	120				
Plano de Negócios	120	Projeto 2 – Consultoria			180
Projeto de Investimento	120				
Total de carga horária por fases			240	510	555
Módulos que viraram optativos					
Constituição das Empresas no Brasil	40	Constituição das Empresas no Brasil		30	
Módulos que foram excluídos					
Estratégia Competitiva	40	Excluído - sem adaptação			
Relações Econômicas Internacionais	40	Excluído - sem adaptação			
Elaboração e Análise de Projetos	40	Excluído - sem adaptação			
Gestão de Inovação	40	Excluído - sem adaptação			

FONTE: Modificada de PORTARIA nº065-2015 – PROGRAD/UFPR (2015).

No eixo Desenvolvimento e Território, que teve sua carga horária reduzida, também ocorreram alterações na composição dos seus módulos. O eixo, que no PPC 2010 era composto por 11 módulos, com a adaptação passou a ser composto por quatro módulos. A carga horária deste eixo foi parcialmente alocada aos outros dois eixos e também transferida para Módulos Optativos. No eixo, um dos módulos que era de 80 horas passou a integrar o eixo de Produção e Mercado, com carga horária de 60 horas; um dos módulos de 40 horas passou a se somar com um módulo do eixo Mundo do Trabalho de 40 horas, resultando num módulo de 60 horas, incorporado no eixo Mundo do Trabalho; outros dois módulos, de 120 horas, cada, deixaram de existir para a carga horária dar origem a um novo módulo no eixo de Produção e Mercado; o módulo de Geoinformação passou a contabilizar horas de formação dos Módulos Optativos; os seis módulos restantes foram condensados de



dois em dois, formando três, com redução das cargas horárias<sup>13</sup> de 80 para 60 horas. E um novo módulo denominado de Planejamento Territorial, com 60 horas, foi criado<sup>14</sup> (QUADRO 7).

QUADRO 7 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Módulo: 2010	Carga horária	Módulo: 2015	Carga horária		
			Fase I	Fase II	Fase III
Perspectivas de Desenvolvimento	40	Perspectivas de Desenvolvimento	60		
Metodologias de Diagnóstico Territorial	40				
Configuração Socioeconômica do Território	40	Configuração Socioeconômica do Território		60	
Gestão e Articulação de Atores	40				
Sem adaptação		Planejamento Territorial		60	
Arranjos Produtivos	40	Arranjos Produtivos		60	
Planejamento Territorial	40				
Reconhecimento do Litoral	80	Adaptado ao eixo Produção e Mercado em 60 horas			
Projeto 1 - Análise Organizacional	120	Adaptados ao eixo Produção e Mercado em 180 horas			
Projeto 4 -Organizações Sociais e Comunitárias	120				
Total de carga horária por fases			60	180	
Módulos que viraram optativos					
Geoinformação	40	Geoinformação	75		

FONTE: Modificada de PORTARIA nº065-2015 – PROGRAD/UFPR (2015).

As alterações no eixo Mundo do Trabalho, que era composto por cinco módulos, não foram diferentes, porém ocorreram com menor intensidade. O eixo passa a contemplar três módulos de 60 horas cada, a partir de quatro de 40 horas cada. Este ajuste decorreu da exclusão de módulos; da unificação de dois; da soma de um do eixo Desenvolvimento e Território, permanecendo no eixo; e da criação de um novo módulo (QUADRO 8).

<sup>13</sup> De maneira a evitar confusão nas nomenclaturas, destaca-se que: os módulos Planejamento Territorial e Arranjos Produtivos do PPC (2010) se somam para compor o módulo Arranjos Produtivos do PPC (2015). E que o novo módulo criado tem o nome de Planejamento Territorial.

<sup>14</sup> Destaca-se que no PPC anterior havia um módulo de 40 horas com esta denominação.

QUADRO 8 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – EIXO MUNDO DO TRABALHO

Módulo: 2010	Carga Horária	Módulo: 2015	Carga horária		
			Fase I	Fase II	Fase III
Processo Histórico do Mundo do Trabalho	40	Processo Histórico do Mundo do Trabalho	60		
Transformações no Mundo do Trabalho	40				
Desafios Contemporâneos do Mundo do Trabalho	40	Desafios Contemporâneos do Mundo do Trabalho		60	
Novas Formas de Geração de Trabalho e Renda	40				
Sem adaptação		Assessoria e Intervenção em Organizações		60	
Total de carga horária por fases			60	120	
<b>Módulos que foram excluídos</b>					
Introdução à Formação Profissional	80	Excluído – sem adaptação			
Significado do Trabalho	40	Excluído – sem adaptação			

FONTE: Modificada de PORTARIA nº065-2015 – PROGRAD/UFPR (2015).

A partir do Plano de Adaptação, a carga horária de formação através de Módulos Optativos foi ampliada de 30 para 150 horas. Entre os módulos optativos do PPP 2010, somente Língua Brasileira de Sinais - Libras não foi excluído; outros módulos passam a fazer parte da grade de oferta de optativas, entre eles, dois módulos que eram obrigatórios do espaço curricular Fundamentos Teórico-Práticos e outros três foram criados (QUADRO 9).

QUADRO 9 – PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR – MÓDULOS OPTATIVOS

Módulo: 2010	Carga horária:	Módulo: 2015	Carga horária:
Língua Brasileira de Sinais - Libras - 30h	30	Língua Brasileira de Sinais – Libras	30
Constituição das Empresas no Brasil	40	Constituição de empresas no Brasil	30
Geoinformação	40	Geoinformação	75
Sem adaptação		Gestão da Qualidade	75
Sem adaptação		Outras formas de organização e gestão do trabalho	75
Sem adaptação		Mudança Organizacional	45
<b>Módulos que foram excluídos:</b>			
Processos de Comunicação	40	Excluído - sem adaptação	
Economia e Desenvolvimento	40	Excluído - sem adaptação	

FONTE: Modificada de PORTARIA nº065-2015 – PROGRAD/UFPR (2015).

No espaço de aprendizagem FTPs, o eixo de Desenvolvimento e Território foi o que registrou maior impacto em termos de redução de horas. Os eixos Projetos de Aprendizagem e Interações Culturais e Humanísticas, que no PPC 2010 eram compostos por 640 horas, cada, da formação acadêmica, passam a compor 480 horas, distribuídas em oito módulos de 60 horas, cada. A carga horária a ser comprovada em Atividades Formativas Complementares, que no PPC 2010 era 80 horas, passa a ser 165 horas, mantendo os mesmos critérios de validação.

A redução da carga horária no eixo Desenvolvimento e Território leva a concluir que um dos propósitos a que se justificou a criação do Curso, que era de desenvolver a região, é reduzido, menor é o tempo de dedicação à compreensão do desenvolvimento e do território.

A recondução do espaço de aprendizagem PA, que deixa de ser pautada nos problemas levantados pelo estudante de sua realidade social, para agora promover temáticas/problemas guiados pelos conteúdos FTPs, retira parte da essência do PA como indutor do processo da autonomia a ser desenvolvido pelo estudante como co-responsável na construção do conhecimento.

As liberdades do estudante na escolha de sua formação, através de Módulos Optativos e Atividades Formativas Complementares, são ampliadas, a partir do aumento da carga horária destes espaços de aprendizagem, porém, os conteúdos dos Módulos ofertados como Optativos são delimitados pelo Núcleo Estruturante do Curso, o que não possibilita ampliar a autonomia do estudante. As liberdades na escolha nos espaços ICHs e PAs, que poderiam ampliar a autonomia dos estudantes, sofrem redução de carga horária.

Enquanto o processo de liberdade de escolha do leque de conhecimentos transmitidos aumenta na formação do Gestor e Empreendedor, a autonomia do sujeito é reduzida com o plano de Adaptação Curricular do Curso de Gestão e Empreendedorismo.

## 5 OS DESENVOLVIMENTOS E A AUTONOMIA: MECANISMOS DE IMPLANTAÇÃO

Essa parte da pesquisa se propõe a descrever os resultados da investigação do desenvolvimento regional, proposto como finalidade do Curso de Gestão e Empreendedorismo, a partir da identificação dos desenvolvimentos propostos à aprendizagem presentes nas ementas e nas bibliografias básicas e complementares das denominadas Fichas dos Planos de Ensino, dos Módulos dos três eixos dos Fundamentos Teóricos – Práticos, contemplados nos PPCs do Curso 2010 e 2015. A autonomia do estudante, por ser protagonizada pelo PA, como enunciada no PPP do Setor, foi investigada através das Fichas dos Planos de Ensino dos PAs, também contempladas nos PPCs do Curso.

Na sequência das descrições, rápidas análises devem indicar os desenvolvimentos e as referências bibliográficas a serem contempladas como referência teórica por serem estas norteadoras dos conhecimentos apropriados pelos estudantes de Gestão e Empreendedorismo. Já para autonomia, são os métodos de autonomia levantados no PPP do setor que norteiam as análises.

### 5.1 OS DESENVOLVIMENTOS NOS PLANOS DE ENSINO

Nesse momento são apresentados os desenvolvimentos propostos à aprendizagem, nos Planos de Ensino do PPC 2010 e do PPC 2015, uma vez que, com o Plano de Adaptação, mudanças ocorreram no Curso.

#### 5.1.1 Os Desenvolvimentos nos Planos de Ensino do PPC 2010

No eixo Produção e Mercado, o termo desenvolvimento é contemplado em quatro dos 21 módulos: Concepções de Empreendedorismo; Empreendedorismo no Brasil e no Litoral; Gestão de Pessoas MPMEs e Gestão da Produção (QUADRO 10).

O **desenvolvimento humano**, voltado ao homem, é parte da ementa do módulo “Gestão de Pessoas MPMEs” e bibliografia básica dos módulos: Concepções de Empreendedorismo e Empreendedorismo no Brasil e no Litoral,

através da obra “Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte”, de Ignacy Sachs (2003).

O **desenvolvimento sustentável**, o **desenvolvimento econômico** e o **desenvolvimento regional**, voltados para o espaço, e a **teoria do desenvolvimento**, que conceitua o desenvolvimento, são apresentados em três dos quatro módulos deste eixo.

O **desenvolvimento sustentável** é apresentado em parte da ementa do módulo: Gestão da Produção e integra a bibliografia básica no módulo de Gestão de Pessoas MPMEs. O **desenvolvimento econômico** acompanha parte da ementa do módulo: Gestão da Produção.

O **desenvolvimento regional** e a **teoria do desenvolvimento** integram a bibliografia complementar do módulo Empreendedorismo no Brasil e no Litoral. O primeiro no título do periódico “Redes: A Revista do Desenvolvimento Regional” e o segundo na obra: “Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento”, de Ignacy Sachs (2007).

No PPC 2010, o termo desenvolvimento foi observado com maior recorrência no eixo Desenvolvimento e Território, um espaço de aprendizado criado com o objetivo de contribuir para a formação voltada ao desenvolvimento regional, fim específico do Curso de Gestão e Empreendedorismo. Neste, o termo foi observado em sete dos 11 módulos: Perspectivas de Desenvolvimento, Metodologia de Diagnóstico Territorial, Arranjos Produtivos, Planejamento Territorial e Organizacional, Gestão e Articulação de Atores, Novas Formas de Geração de Trabalho e Renda e Organizações Sociais e Comunitárias. Nestes, o termo desenvolvimento foi adjetivado (QUADRO 10).

Os desenvolvimentos adjetivados voltados ao homem foram: o **desenvolvimento humano** e o **desenvolvimento como liberdade**. E os desenvolvimentos voltados ao espaço foram: **desenvolvimento sustentável**, **ecodesenvolvimento**, **desenvolvimento includente**, **desenvolvimento regional**, **desenvolvimento local**, **desenvolvimento local sustentável**, **território e desenvolvimento**, **desenvolvimento local e municipal sustentável**.

O desenvolvimento humano é bibliografia básica dos módulos: Perspectivas de Desenvolvimento e Novas Formas de Geração de Trabalho e Renda, através da obra “Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o

futuro dos empreendedores de pequeno porte”, de Ignacy Sachs (2003). E o desenvolvimento como liberdade é bibliografia básica dos módulos: Perspectivas de Desenvolvimento e Gestão e Articulação de Atores, pela obra “Desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen (2000).

O desenvolvimento sustentável é o termo que aparece com maior recorrência (seis vezes) entre os módulos do eixo. O termo é parte da ementa do módulo: Perspectivas de Desenvolvimento; é citado nas obras das bibliografias básicas dos módulos: Perspectivas de Desenvolvimento, Metodologia de Diagnóstico Territorial e Planejamento Territorial e Organizacional; e nas obras das bibliografias complementares dos módulos: Perspectivas de Desenvolvimento e Planejamento Territorial e Organizacional.

A ementa do módulo: Perspectivas de Desenvolvimento propõe tratar o desenvolvimento sustentável como conceito e suas dimensões, acompanhado do ecodesenvolvimento e suas dimensões e também dos conceitos de desenvolvimento.

Os demais desenvolvimentos voltados ao espaço, presentes nos módulos do eixo Desenvolvimento e Território, integram as bibliografias básicas e/ou complementares. Entre os desenvolvimentos das bibliografias básicas está o local sustentável, através da obra: “Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento” de Buarque (2002).

Em quatro módulos deste eixo o termo desenvolvimento não é citado: Reconhecimento do Litoral, Configuração Socioeconômica do Território, Geoinformação e Análise Setorial. Nestes, o território ganha espaço.

No eixo Mundo do Trabalho, o **desenvolvimento humano** é parte da ementa do módulo Significado do Trabalho, não tendo uma bibliografia básica ou complementar que faça referência ao desenvolvimento (QUADRO 10).

QUADRO 10 – DESENVOLVIMENTOS NOS EIXOS - PPC (2010)

(continua)

Eixo: Produção e Mercado			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Concepções de Empreendedorismo</b>		SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: <b>desenvolvimento humano</b> , trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.	
<b>Empreendedorismo no Brasil e no Litoral</b>		SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: <b>desenvolvimento humano</b> , trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.	SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia: <b>teoria e prática do desenvolvimento</b> [Org. Vieira, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.  Redes: A Revista do <b>Desenvolvimento Regional</b> . Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. 1996 – Portal de periódicos da CAPES. 2007-presente.
<b>Gestão de Pessoas MPMEs</b>	“Liderança e Gestão de Pessoas a partir do pensamento complexo e da racionalidade substantiva para o desempenho das Organizações e <b>desenvolvimento humano</b> ” (PPC, 2010, p.83)	MARIOTTI, H. Pensamento complexo: suas aplicações a liderança a aprendizagem e ao <b>desenvolvimento sustentável</b> . São Paulo: Atlas, 2007.	
<b>Gestão da Produção</b>	“Gestão da produção na perspectiva do <b>desenvolvimento sustentável</b> ; recursos naturais e <b>desenvolvimento econômico</b> [...]”. (PPC, 2010, p.93).		

(continuação)

Eixo: Desenvolvimento e Território			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Perspectivas de Desenvolvimento	“Conceitos de <b>Desenvolvimento x crescimento. Ecodesenvolvimento e suas dimensões. Desenvolvimento sustentável e suas dimensões[...]</b> ”. (PPP, 2010, p.66).	<p>SACHS, I. Caminhos para o <b>desenvolvimento sustentável</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p> <p>SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: <b>desenvolvimento humano</b>, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.</p> <p>SEN, A. K. <b>Desenvolvimento como liberdade</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia: <b>teoria e prática do desenvolvimento</b> [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.</p>	<p>SACHS, I. <b>Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.</p> <p>VEIGA, J. E. da. <b>Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI</b>. Garamond, 2005.</p> <p>Redes: A Revista do <b>Desenvolvimento Regional</b>. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 1996- Portal de periódicos da CAPES. 2007-presente.</p>
Metodologia de Diagnóstico Territorial		SACHS, I. Caminhos para o <b>desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2000.	
Arranjos Produtivos			CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e <b>desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana</b> . São Paulo: Atlas, 2001.



(continuação)

Eixo: Desenvolvimento e Território			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Planejamento Territorial e Organizacional		<p>BUARQUE, S. C. Construindo o <b>desenvolvimento local sustentável</b>: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.</p> <p>SACHS, I. Caminhos para o <b>desenvolvimento sustentável</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p>	<p>BRANDÃO, C. <b>Território &amp; desenvolvimento</b>: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.</p> <p>VEIGA, J. E. da. <b>Desenvolvimento sustentável</b>: o desafio do século XXI. Garamond, 2005.</p>
Gestão e Articulação de Atores		<p>BUARQUE, S. C. Construindo o <b>desenvolvimento local sustentável</b>: metodologia de planejamento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.</p> <p>MIOR, L. C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de <b>desenvolvimento rural</b>. Chapecó: Argos, 2005.</p> <p>SEN, A. K. <b>Desenvolvimento como liberdade</b>. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.</p>	<p>BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do <b>desenvolvimento local e municipal sustentável</b>. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.</p> <p>Redes: A Revista do <b>Desenvolvimento Regional</b>. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. 1996 – Portal de periódicos da CAPES. 2007-presente.</p>
Novas Formas de Geração de Trabalho e Renda		<p>SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: <b>desenvolvimento humano</b>, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.</p>	
Organizações Sociais e Comunitárias		<p>BUARQUE, S. C. Construindo o <b>desenvolvimento local sustentável</b>: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.</p>	

(conclusão)

Eixo: Mundo do Trabalho			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Significado do Trabalho</b>	“Relação entre trabalho e <b>desenvolvimento humano</b> ”. (PPC, 2010, p.69).		

FONTE: Adaptada de PPC (2010).

No espaço de aprendizagem FTPs, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano são citados de modo recorrente, em especial, no título das obras contidas nas bibliografias. Entre os autores mais citados na bibliografia básica e complementar destes desenvolvimentos está Ignacy Sachs. As obras referenciadas do autor, voltadas para o espaço, que tratam do desenvolvimento sustentável, são: Caminhos para o desenvolvimento sustentável (2000); Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento (2007); e Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado (2004). E a obra, voltada para o homem, que trata o desenvolvimento humano é: Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte (2003).

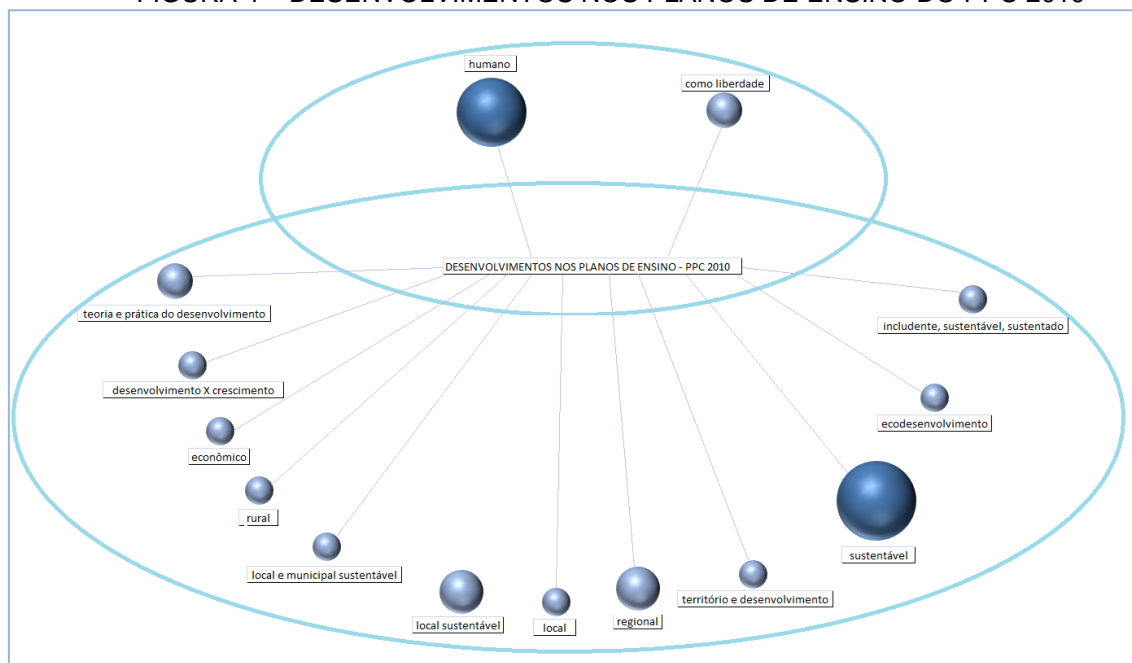
Para responder ao fim a que o Curso de Gestão e Empreendedorismo foi criado: promover o desenvolvimento da região, o eixo Desenvolvimento e Território proporciona conteúdos específicos ao desenvolvimento voltados ao espaço, amparados em bibliografias básicas e complementares em diversos módulos. O desenvolvimento do espaço é trabalhado a partir da concepção de desenvolvimento e ampliação desse conceito para desenvolvimento sustentável (presente no PPP do Setor), para desenvolvimento includente e para os demais desenvolvimentos voltados ao espaço: local, local sustentável, local e municipal sustentável, território e regional. O eixo ainda aborda o desenvolvimento voltado para o homem, presente no Projeto Político Pedagógico do Setor.

O Curso de Gestão e Empreendedorismo aborda o desenvolvimento nos três eixos de FTPs do curso, ampliando o escopo de pensar o desenvolvimento para além da região, objetivo do Curso, promove conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento humano, princípio geral e missão do Setor.

Os Planos de Ensino, que servem de orientação ao professor do conteúdo a ser proporcionado ao estudante, e as bibliografias, que dão sustentação aos conhecimentos materializados para serem transferidos, contemplam o desenvolvimento regional, o desenvolvimento sustentável e humano, também presentes no Projeto Político Pedagógico do Setor e do Curso. Ou seja, os Planos de Ensino dos módulos do Curso estão em sintonia com a finalidade do Curso e também do Setor Litoral.

Nos Planos de Ensino dos módulos dos FTPs do PPC 2010, o termo desenvolvimento foi localizado 32 vezes. Nestes, além do desenvolvimento voltado ao espaço, o desenvolvimento voltado ao homem tem espaço nas ementas e referências bibliográficas, confluindo com a missão do Setor, mas são os desenvolvimentos voltados ao espaço que aparecem sob diversas configurações, corroborando não só com os princípios gerais da implantação do Setor no Litoral paranaense, mas se propondo à discussão teórica e prática na formação do estudante do Curso de Gestão e Empreendedorismo. O desenvolvimento sustentável, até então sem nenhuma pista a que sustentabilidade faz referência, ganha indícios pelas dimensões e bibliografia de Sachs (FIGURA 4).

FIGURA 4 – DESENVOLVIMENTOS NOS PLANOS DE ENSINO DO PPC 2010



FONTE: A autora (2017).

### 5.1.2 Os Desenvolvimentos nos Planos de Ensino do PPC 2015

No PPC 2015, os eixos dos FTPs do Curso permaneceram os mesmos, apesar das alterações de cargas horárias, junção e extinção de módulos, entre outras alterações, justificadas pelo NDE. Mesmo com as alterações, o eixo Desenvolvimento e Território continuou a concentrar a maior carga horária com conteúdos relacionados ao desenvolvimento.

O eixo Produção e Mercado, que recebeu incorporações da carga horária dos outros dois eixos, pelo Plano de Adaptação, dá espaço ao diálogo do desenvolvimento em quatro dos 16 módulos: Gestão Ambiental e Empresarial; Empreendedorismo no Brasil e litoral paranaense; Projeto 1 – Diagnóstico; e Projeto 2 Consultoria (QUADRO 11).

O **desenvolvimento humano** é mantido na bibliografia básica do módulo Empreendedorismo no Brasil e no Litoral Paranaense, antes denominado Empreendedorismo no Brasil e no Litoral.

Dos desenvolvimentos voltados ao espaço, o **desenvolvimento sustentável** é mantido, outros dois ganham espaço: o **desenvolvimento territorial** e o **desenvolvimento local**, enquanto os outros três desaparecem: o desenvolvimento econômico, o regional e a teoria do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável passa a fazer parte da ementa de um dos módulos que foi criado: Gestão Ambiental e Empresarial. Também o desenvolvimento territorial passa a fazer parte da ementa de outro módulo criado: Projeto 1 – Diagnóstico. Já o desenvolvimento local é bibliografia básica do módulo: Projeto 1 – Diagnóstico e de outro módulo criado: Projeto 2 – Consultoria, com a obra “Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana”, de Casarotto e Pires (2001).

O eixo Desenvolvimento e Território, com quatro módulos, tem o termo desenvolvimento observado em três: Perspectivas de Desenvolvimento; Configuração Socioeconômica do Território; Planejamento Territorial; e Arranjos Produtivos (QUADRO 11).

Dos desenvolvimentos voltados ao homem, se mantém o **desenvolvimento como liberdade**, na bibliografia básica do módulo: Perspectivas de Desenvolvimento, com a obra “Desenvolvimento como liberdade”, de Sen (2000).

Dos desenvolvimentos voltados ao espaço neste eixo, permanecem como parte do conteúdo da ementa do módulo Perspectivas de Desenvolvimento: o **desenvolvimento sustentável** e suas dimensões, bem como o **ecodesenvolvimento** e suas dimensões, e o conceito de **desenvolvimento**. Incluindo neste o **desenvolvimento local**.

O **desenvolvimento territorial sustentável** e as **multidimensões do (des)envolvimento** passam a integrar parte do conteúdo do módulo: Configuração Socioeconômica do Território, módulo que antes era voltado somente ao território.

O **desenvolvimento sustentável** também se mantém na bibliografia básica do módulo Perspectivas e do módulo Configurações, ambos com a obra de Sachs: Caminhos para o desenvolvimento sustentável (2000).

O **desenvolvimento local sustentável** se mantém na bibliografia básica do módulo: Configuração Socioeconômica do Território. Assim como o **desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado** se mantém na bibliografia complementar do módulo: Perspectivas de Desenvolvimento. O **desenvolvimento local** se mantém na bibliografia complementar do módulo: Arranjos Produtivos, e, o **território & desenvolvimento** na bibliografia complementar do módulo: Planejamento Territorial, antes denominado Planejamento Territorial e Organizacional; e passa a ser bibliografia complementar do módulo: Arranjos Produtivos.

Desaparecem do eixo as os desenvolvimentos adjetivados: **Regional, teoria e prática do desenvolvimento, desenvolvimento local e municipal sustentável, desenvolvimento rural**.

Com as alterações do Plano de Adaptação o módulo Significado do Trabalho, do eixo Mundo do Trabalho, desaparece e com ele o desenvolvimento humano, que dá lugar ao **desenvolvimento sustentável**, através da obra “Pensamento complexo: suas aplicações a liderança a aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável”, de Mariotti (2007), na bibliografia básica do módulo: Assessoria e Intervenção em Organizações (QUADRO 11).

QUADRO 11 – DESENVOLVIMENTOS NOS EIXOS - PPC (2015)

(continua)

Eixo: Produção e Mercado			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Gestão Ambiental e Empresarial</b>	“O conceito de gestão ambiental e sua evolução nos contextos internacional e nacional; <b>desenvolvimento sustentável</b> [...]”. (PPC, 2015, p. 121).		
<b>Empreendedorismo no Brasil e no Litoral Paranaense</b>		SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: <b>desenvolvimento humano</b> , trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.	
<b>Projeto 1 – Diagnóstico</b>	“Diagnóstico para elaboração do Projeto focado em <b>desenvolvimento territorial</b> [...]”. (PPC, 2015, p.125)	CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e <b>desenvolvimento local</b> : estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.	
<b>Projeto 2 – Consultoria</b>		CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e <b>desenvolvimento local</b> : estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.	

(continuação)

Eixo: Desenvolvimento e Território			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Perspectivas de Desenvolvimento</b>	“Conceitos de <b>Desenvolvimento x crescimento</b> . <b>Ecodesenvolvimento e suas dimensões</b> . <b>Desenvolvimento sustentável e suas dimensões</b> [...]. Políticas públicas para o <b>desenvolvimento local</b> ”. (PPP, 2015, p.65).	SACHS, I. Caminhos para o <b>desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2000.  SEN, A. K. <b>Desenvolvimento como liberdade</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.	SACHS, I. <b>Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
<b>Configuração Socioeconômica do Território</b>	“O estudo do <b>desenvolvimento territorial sustentável</b> está atrelado a (des)cobrir <b>as multidimensões do (des)envolvimento</b> . Na perspectiva das multidimensões proposta por Sachs” (PPC, 2015, p.81).	SACHS, I. Caminhos para o <b>desenvolvimento sustentável</b> . Rio de Janeiro: Garamond, 2000.	
<b>Planejamento Territorial</b>		BUARQUE, S. C. Construindo o <b>desenvolvimento local sustentável</b> : metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.	BRANDÃO, C. <b>Território &amp; desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global</b> . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
<b>Arranjos Produtivos</b>			BRANDÃO, C. <b>Território &amp; desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global</b> . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.  CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e <b>desenvolvimento local: estratégias</b> para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.
Eixo: Mundo do Trabalho			

(conclusão)			
Módulo	Ementa	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Assessoria e Intervenção em Organizações</b>		MARIOTTI, H. Pensamento complexo: suas aplicações a liderança a aprendizagem e ao <b>desenvolvimento sustentável</b> . São Paulo: Atlas, 2007.	

FONTE: Adaptada de PPC (2010).

Mesmo com a alteração do PPC do Curso de Gestão e Empreendedorismo em 2015, no espaço de aprendizagem FTPs, o desenvolvimento sustentável se mantém como o mais citado, conduzindo a formação estudantil aos conhecimentos deste. Com as alterações nos mecanismos de aprendizagem o desenvolvimento humano perde espaço, demonstrando que o projeto de Universidade para formação humana também perde espaço. Por outro lado, o desenvolvimento local/territorial ganha relevância como conteúdo e bibliografias a serem contempladas.

Entre os autores recorrentemente mencionados na bibliografia básica e/ou complementar estão: Ignacy Sachs e Casarotto e Pires. Ignacy Sachs, com uma obra voltada ao homem, “Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte” (2003); e com duas obras voltadas ao espaço: Caminhos para o desenvolvimento sustentável (2000); e Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado (2004). Casarotto e Pires com uma obra voltada ao espaço: “Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana”, de 2001.

O eixo Desenvolvimento e Território continua apoiando o aprendizado ao desenvolvimento da região, embora o termo desenvolvimento regional perca espaço para o desenvolvimento local e territorial. De maneira geral, o eixo dá visibilidade ao local e ao território e também ao desenvolvimento sustentável, contribuindo com os princípios gerais do Setor.

Nos demais eixos, o desenvolvimento sustentável é contemplado, mantendo a harmonia com os princípios gerais do Setor. No eixo Produção e Mercado, o

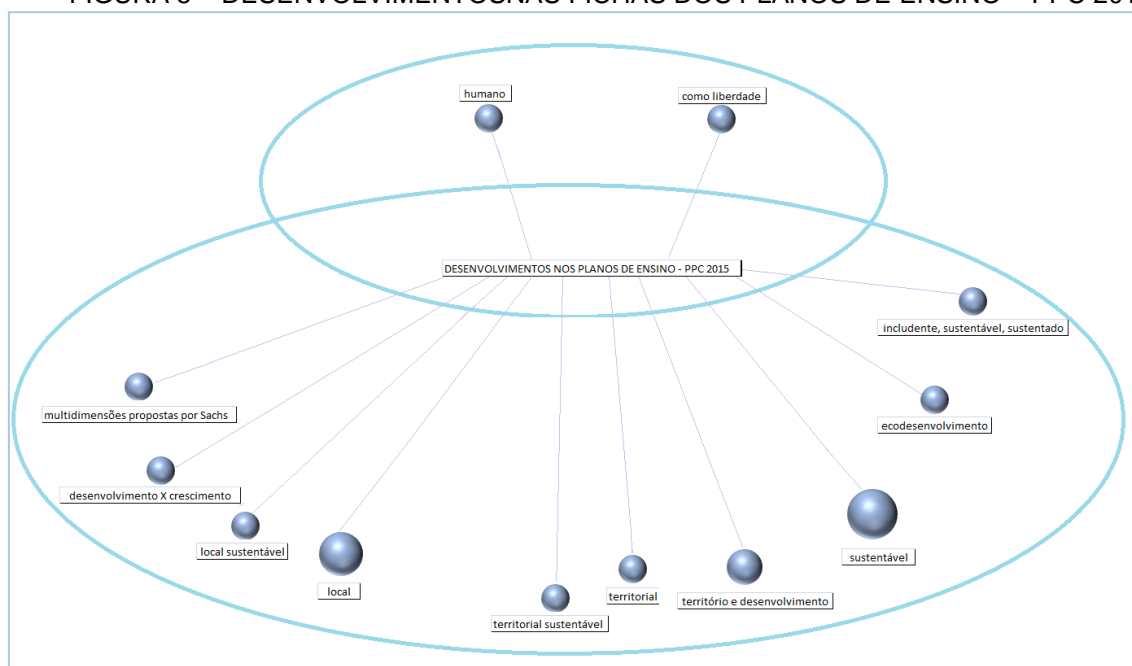


desenvolvimento humano é abordado, de modo que a missão do Setor continua a ser contemplada nos FTPs, neste eixo o desenvolvimento local recebe visibilidade.

Os termos desenvolvimento nos Planos de Ensino do Curso de Gestão e Empreendedorismo, do PPC 2015, foram observados 20 vezes, uma redução de 12 citações, em relação aos do PPP 2010.

Os campos de desenvolvimentos que tem o homem com fim não foram reduzidos, o que reduziu foi a quantidade de vezes que estes foram referenciados. Já nos campos de desenvolvimentos voltados ao espaço, ocorre supressão de expressões, enquanto novas são abordadas. Entre os desenvolvimentos que permaneceram, observou-se uma redução de suas citações, de 12 para 10 vezes, incluindo as novas designações (FIGURA 5).

FIGURA 5 – DESENVOLVIMENTOS NAS FICHAS DOS PLANOS DE ENSINO – PPC 2015



FONTE: A autora (2017).

Com o Plano de Adaptação, os Planos de Ensino tiveram modificações significativas tanto na quantidade, quanto na diversidade das abordagens sobre desenvolvimento (QUADRO 12). Porém, a teoria do desenvolvimento, que abre o espaço para a discussão sobre conceitos de desenvolvimento no Curso, continua a ser recomendada no conteúdo do módulo: Perspectivas de desenvolvimento.

Apesar do termo desenvolvimento regional não estar mais explícito, o desenvolvimento local e territorial, abrem espaço para o diálogo a pensar o desenvolvimento do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira.

Se por um lado o desenvolvimento econômico deixa de ser abordado no eixo Produção e Mercado, o desenvolvimento territorial e sustentável ganha espaço nos conteúdos do eixo.

Apesar do abandono a expressão: desenvolvimento municipal sustentável, a discussão sobre o desenvolvimento local é mantida, possibilitando olhares mais amplos do que os definidos administrativamente, como município.

O desenvolvimento territorial e desenvolvimento territorial sustentável, com o Plano de Adaptação, ganham espaços tanto nos conteúdos como nas bibliografias recomendadas, o que vem a contribuir para levantar as discussões com os estudantes sobre o desenvolvimento do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira.

Desse modo, mesmo com as modificações, os Planos de Ensino direcionam o professor a formação dos estudantes do Curso de Gestão e Empreendedorismo a atender a finalidade do Curso e do Setor Litoral: o desenvolvimento do litoral do Paraná e do Vale do Ribeira.

QUADRO 12 – DESENVOLVIMENTOS ABORDADOS NOS EIXOS PM, DT E MT, NOS PPCS 2010 E 2015

(continua)

DESENVOLVIMENTOS	PPC – 2010				PPC – 2015			
	PM	DT	MT	TOTAL	PM	DT	MT	TOTAL
Desenvolvimento humano	3	2	1	6	1			1
Teoria do Desenvolvimento	1	1		2				0
Desenvolvimento Regional	1	2		3				0
Desenvolvimento Econômico	1			1				0
Desenvolvimento Incluyente		1		1		1		1
Conceito de Desenvolvimento		1		1		1		1
Ecodesenvolvimento		1		1		1		1
Desenvolvimento como Liberdade		2		2		1		1
Desenvolvimento Local		1		1	2	2		4
Desenvolvimento Local Sustentável		3		3		1		1
Território e Desenvolvimento		1		1		2		2
Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável		1		1				0
Desenvolvimento Rural		1		1				0
Desenvolvimento Sustentável		8		8	1	3	1	5
Desenvolvimento Territorial				0	1			1
Desenvolvimento Territorial Sustentável				0		1		1

(conclusão)

DESENVOLVIMENTOS	PPC – 2010				PPC – 2015			
	PM	DT	MT	TOTAL	PM	DT	MT	TOTAL
Multidimensões do (des)envolvimento				0		1		1
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>				<b>20</b>			

FONTE: A autora (2017).

SIGLAS: PM = Produção e Mercado;

DT = Desenvolvimento e Território;

MT = Mundo do Trabalho.

Os campos de abordagens dos desenvolvimentos propostos nos Planos de Ensino dos eixos específicos do Curso do PPC 2015 foram reduzidos quando observados sob o PPP 2010. Alguns desenvolvimentos desaparecem: desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, desenvolvimento municipal e local sustentável, desenvolvimento econômico e teoria do desenvolvimento; outros são menos contemplados: desenvolvimento humano, desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento local sustentável, desenvolvimento sustentável. Reduções derivadas da diminuição dos módulos, com o Plano de Adaptação.

## 5.2 AUTONOMIA NOS PLANOS DE ENSINO DO PROJETO DE APRENDIZAGEM

Nesse momento, a pesquisa se atenta a investigar a autonomia nos Planos de Ensino dos Projetos Aprendizagem dos dois Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de Gestão e Empreendedorismo do Setor Litoral da UFPR. Diferentemente do termo desenvolvimento, a autonomia não é investigada pelo termo, mas sim como método à emancipação dos sujeitos, como desenhado no PPP do Setor Litoral.

O PPP do Setor Litoral propõe o PA como um espaço de aprendizagem que tem o estudante como co-responsável na construção de seu conhecimento. O estudante é estimulado, a partir deste espaço, a buscar nos demais espaços de aprendizagem e no contexto de sua realidade social respostas às inquietações de seu Projeto de Aprendizagem.

De acordo com o PPP (2008), a autonomia do estudante é desenhada para que ocorra, especificamente, através do desenvolvimento de um projeto de aprendizagem, ou seja, uma metodologia que: parte da realidade social do estudante, através do reconhecimento das estruturas sociais que a compõem; dialoga com diferentes áreas do conhecimento científico e saberes, nos espaços de

aprendizagem FTPs e ICHs e comunidade; ocorre a partir da livre investigação/ação do estudante, através da construção de um projeto; e antecipa a vivência do estudante no exercício profissional, estabelecido pelas fases temporais.

Esta metodologia, evidenciada por estes quatro métodos, é investigada nos conteúdos das ementas dos Planos de Ensino dos PAs do Curso de Gestão e Empreendedorismo, por orientarem os professores responsáveis na implementação.

Todos os Planos de Ensino dos PAs do PPC 2010 têm a mesma nomenclatura “PA” e são identificados ao longo do Curso por algarismos romanos, numa sequência de um a oito, contemplando ainda, a carga horária obrigatória. Nos Planos de Ensino dos PAs do PPC 2015 os PAs recebem códigos numéricos após a sigla SL, que significa Setor Litoral, que vão de 60 a 67 (SL 60 a SL 67). Nesta pesquisa eles serão identificados por PA [1] e sucessivos.

#### 5.2.1 Autonomia nos Planos de Ensino do PPC (2010)

O PPC de Gestão e Empreendedorismo de 2010 absorve o proposto no PPP de modo a descrever o PA como um projeto que parte da realidade do estudante e dialoga com os espaços de aprendizagem FTPs e ICH, em que o estudante é estimulado à investigação/ação e encontra apoio nas fases temporais do Curso (I, II e III), vivenciando o exercício profissional ao estabelecer relações com atores sociais.

O estudante é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea [...]. Na proposição do projeto, o aluno antecipa e vivencia de forma autônoma o exercício profissional. O aluno como sujeito co-responsável de seu processo de aprendizagem, aprende a significar um cotidiano balizado por valores locais (PPC, 2010, p.13).

Possibilitar o estudante desenvolver um projeto com base em sua realidade social, primeiro método, está presente no conteúdo da ementa proposto dos Planos de Ensino dos PAs I, II, III e VII (QUADRO 13).

No PA I a realidade social do estudante é considerada em dois momentos: o primeiro no reconhecimento do litoral para a construção do Projeto de

Aprendizagem; e o segundo na trajetória de vida do estudante, dado que esta se deu em estruturas sociais.

No PA II, a realidade social do estudante é considerada quando o contexto do Litoral é questionado no projeto, pois contextualizar um local exige perpassar por estruturas sociais enquanto relevância.

No PA III, a realidade social do estudante é levantada no conteúdo da ementa, quando este descreve “A importância social e relevância do Projeto de Aprendizagem para o desenvolvimento do Litoral” e do “estudante como protagonista da sua história como um problema da história do Projeto” (PPC, 2010, p.80).

E no PA VII, a realidade social do estudante é observada a partir da proposição do “projeto aprendido estar articulado a educação básica pública e com seus diferentes níveis de articulação social.” (PPC, 2010, p.113).

O segundo método a apoiar a autonomia do estudante através do PA decorre do diálogo do Projeto do estudante com os demais espaços de aprendizagem, os quais são construídos a partir de áreas de conhecimento: científica específica (FTP- GE) e diversa (ICH), além de saberes oriundos da comunidade. O diálogo do PA com os demais espaços de aprendizagem, bem como com as demais áreas de conhecimento, está presente no conteúdo da ementa dos PAs I, V e VI (QUADRO 13).

No PA I, esse diálogo é proposto para quando do indicativo da construção de PAs interdisciplinares articulados com os FTPs e ICHs e na interação entre mediador e estudante numa perspectiva dialógica.

No PA V, o projeto desenvolvido pelo estudante é estimulado, a partir do conhecimento já construído, a: delimitar o tema, o que exige novos diálogos com FTPs ou conhecimentos de outras áreas ou outros saberes, ou criar novas interdisciplinaridades.

E no PA VI, o conteúdo da ementa abre espaço para o diálogo do estudante com a comunidade interna e externa: “O Projeto e o diálogo com a comunidade (interna e externa).” (PPC, 2010, p.108).

O terceiro método que sustenta a metodologia à autonomia do sujeito, investigado nos Planos de Ensino dos PAs, foi a liberdade de investigação/ação do

estudante na construção de seus projetos. Esse método está presente nos PAs II, III, IV, V e VI (QUADRO 13).

No PA II, a liberdade de investigação/ação do estudante é observada no conteúdo da ementa, quando dá a direção para conhecer e compreender o objeto, escolhido pelo estudante, mas não define o objeto, bem como o possibilita propor um pré-projeto que abarque seus objetivos e/ou de seus parceiros, quando houver.

No PA III, a livre investigação/ação do estudante é apresentada no conteúdo da ementa, almejando o estudante ser o protagonista de sua história fazendo parte da história do Projeto, e com esta a: “Construção e/ou fortalecimento do processo de autonomia.” (PPC, 2010, p.80).

No PA IV, a livre investigação/ação do estudante é referenciada na indicação dos passos que auxiliam o estudante a elaboração de um plano de trabalho escrito com atividades propositivas ou de ação, estabelecidas em cronograma, possibilitando seu Projeto ser transformado em Projetos de iniciação científica; de extensão; de ensino de novas tecnologias e/ou de conceitos e categorias.

No PA V, a liberdade de investigação do estudante no seu PA é indicada pela possibilidade do estudante indicar o modo como serão apresentadas as conclusões do seu Projeto, mencionando poder ser a transmigração tipológica, monografia, execução de ações sociais, discussão da bibliografia estudada entre outras mais complexas.

E no PA VI a livre investigação/ação do estudante, é ainda mais ampla, por designar ao PA ser uma “unidade na reflexão e ação”. (PPC, 2010, p.108).

O quarto método à autonomia do sujeito, proposto no PPP e identificado como presente nos PAs do Curso de GE foi a possibilidade de vivência profissional, presente nos PAs I e VI (QUADRO 13).

No PA I a antecipação da vivência profissional se dá pela proposição de integração e interação das diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional e do reconhecimento da atuação profissional, dado que este espaço deve permitir ao estudante uma formação que possibilite compreender que sua profissão é parte de um todo.

E no PA VI a antecipação da vivência profissional é proposta no conteúdo da ementa ao convite de pensar o “Projeto de Aprendizagem na formação profissional e do sujeito no mundo do trabalho” (PPC, 2010, p.108).

As bibliografias dos Planos de Ensino não são objetos de análise, mas merecem comentários, já que não se restringem a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (1997). As bibliografias básicas e complementares são diversas e se diferenciam nos Planos de Ensino dos Projetos Aprendizagem ao longo do Curso, de modo que se constata a diversidade de discussão proposta, mas que no momento não fazem parte do objetivo desta pesquisa (QUADRO 13).

A Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, é referenciada nos PAs I e III. Entre os demais autores citados em diferentes Projetos Aprendizagem estão: Edgar Morin, com as obras: Os setes saberes necessários à educação do futuro (2001); A cabeça bem feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento (2001); Saberes globais e saberes locais: O olhar transdisciplinar (2004); Ciência com consciência (2005); Pedro Demo, com a obra: complexidade da aprendizagem: dinâmica não linear do conhecimento (2002); Boaventura Souza Santos, com as obras: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (2001); A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade (2004); e o Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado (2006); e Humberto Maturana, com as obras: Emoções e linguagem na educação e na política (2002); e Cognição, ciência e vida cotidiana (2001). Na listagem, algumas obras no campo da metodologia científica: Antônio Joaquim Severino, com Metodologia do trabalho científico (2002) e Antônio Carlos Gil, com Métodos e técnicas de pesquisa social (2008).

QUADRO 13 – PLANO DE ENSINO DOS PROJETOS APRENDIZAGEM – NO PPC 2010

(continua)

Espaço de Aprendizagem: Projeto de Aprendizagem			
Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem I	Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem		

(continuação)

Espaço de Aprendizagem: Projeto de Aprendizagem			
Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem I	interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica;lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos (PPC, 2010, p.60)	do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.  UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral:	MORIN, E. Os setes Saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO. 2001.  MORIN, E. A cabeça Bem Feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.  MORIN, E. Saberes globais e Saberes locais: O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.  MORIN, E. Ciência com consciência. Ed. revista e modificada pelo autor. 8ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.  SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume 1 - A crítica da Razão indolente: Contra o desperdício da Experiência. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.  SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.  THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2007.  ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed; 1998.



(continuação)

Espaço de Aprendizagem: Projeto de Aprendizagem			
Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem II	<p><b>A construção do objeto do estudo, do Projeto. Objetivos, relevância para o contexto do Litoral e do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Coleta de dados com objetivos de sondagem e de abarcar dados significativos para conhecer e compreender o objeto. Propor um pré-projeto com sistematização acadêmico-científica apresentando os objetivos de todos os parceiros – se houver parcerias multidisciplinares ou interdisciplinares.</b> Cronograma de desenvolvimento do projeto. Previsão da forma de divulgação final (PPC, 2010, p.70).</p>	<p>MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Jacobina E, Tradutor. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2001.</p> <p>MORIN, E, Le Moigne JL. A inteligência da complexidade. Falci LM, Tradutor. São Paulo: Petrópolis; 2000.</p> <p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; 1999.</p> <p>MORIN, E. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez; 2002.</p>	<p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo, Autores Associados;2003.</p> <p>HERNANDEZ, F. A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento e um caleidoscópio. 5 ed. Porto Alegre: Artmed 1998.</p> <p>MATURANA, H. R. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.</p> <p>MATURANA, H. R. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001</p> <p>MORIN E. A ciência com consciência. 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.</p>
Projeto de Aprendizagem III	<p>Saberes necessários para o desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem; conhecimentos e instrumentos na relação com o mediador/plano de Projeto.</p> <p><b>Construção e/ou fortalecimento do processo de autonomia.</b> Processos de acompanhamento e avaliação. <b>A importância social e a relevância do Projeto de Aprendizagem para o desenvolvimento do Litoral. O estudante como protagonista da sua história como um problema da história do Projeto. O Projeto de Aprendizagem e o diálogo com a comunidade (interna e externa).</b> Participação na Mostra de Projetos com apresentação dos resultados parciais do Projeto de Aprendizagem (PPC, 2010, p.80).</p>	<p><b>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.</b> São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; 2006.</p>	<p>ZABALA, A. Enfoque globalizar e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed,2002.</p> <p>Freire, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p>

(continuação)

Espaço de Aprendizagem: Projeto de Aprendizagem			
Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem IV	Coleta de dados. Apuração dos dados e/ou análise descritiva. Movimento entre descrever e explicar. Redação de texto em forma de paper para efeito de reflexão escrita. Novas buscas. <b>Redação de um plano de trabalho para prever atividades e cronograma de desenvolvimento em nível de propor e agir em torno da idéia do Projeto. Oferecer visibilidade ao estudo. Pode também ser transformado em outros Projetos: de iniciação científica; extensão; ensino de novas tecnologias e/ou conceitos e categorias</b> (PPC, 2010, p.89)	SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.  GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008	ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.  BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
Projeto de Aprendizagem V	Aprofundamento da análise interpretativa e crítica com relação ao aprendizado com o Projeto. <b>Novas formulações podendo delimitar o tema ou criar novas interdisciplinaridades. Indicar a forma em que serão expostas as conclusões e próximas etapas. Pode fazer transmigração tipológica no Projeto podendo indicar formas mais complexas de Trabalho de final de curso: monografia; execução de ações sociais; discussão da bibliografia estudada. Apresentação na Mostra de Projetos do Setor Litoral</b> (PPC, 2010, p. 99).	FORQUIN, J. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.  WEIL, P.; D'AMBROSIO, U.R. Rumo a nova transdisciplinaridade: sistemas aberto de conhecimento. 3 Ed. São Paulo: Summos, 1993.	ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.  BARBOSA, S. A.. M. Educação e transdisciplinaridade: crise e reencadamento da aprendizagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.  COSTA, M. L. Educação e libertação na América Latina: ensaio introdutório a aproximação entre a Pedagogia de Paulo Freire e a Pedagógica de Enrique D. Dussel. Campo Grande: CEFIL, 1992.  MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac naify, 2003  STRAUSS, A. Pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed 2008.

(conclusão)

Espaço de Aprendizagem: Projeto de Aprendizagem			
Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
<b>Projeto de Aprendizagem VI</b>	O Projeto de Aprendizagem na formação profissional e do sujeito no mundo do trabalho. <b>O Projeto como unidade na reflexão e ação. O Projeto e o diálogo com a comunidade (interna e externa).</b> A articulação com a Educação Básica Pública. Apresentação pública de Projetos concluídos (PPC, 2010, p.108).	Dussel, E. Filosofia da libertação. São Paulo: Loyola: Ed. Unimep, 1977.  SOUZA, B. S. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006	SOUZA, B. S. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
<b>Projeto de Aprendizagem VII</b>	<b>O Projeto de Aprendizagem e sua articulação com a educação básica pública e com os seus diferentes níveis de articulação social. Nível de divulgação e ação do aprendizado buscando ampliar parcerias e colaboradores.</b> Apresentação na Mostra de Projetos (PPC, 2010, p.113).	SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.  UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Projetos. Curitiba. Editora da UFPR 2007.	
<b>Projeto de Aprendizagem VIII</b>	Edição final em nível de trabalho de final de curso. Apresentação pública de Projetos concluídos (PPC, 2010, p.118).		

FONTE: Adaptada de PPC (2010).

Os métodos para o processo de autonomia do sujeito, definidos na metodologia pedagógica do PPP do Setor e que viabilizariam uma das finalidades de formação do Curso de GE, são contemplados nos diferentes Planos de Ensino dos PAs do PPC de GE de 2010.

O Projeto de Aprendizagem, construído a partir da realidade social do estudante, tem o estudante sendo instigado a partir do reconhecer o seu espaço na construção do seu projeto, respeitando sua trajetória de vida. O estudante, pelos conteúdos descritos nos Planos de Ensino dos PAs, tem a liberdade de definir o seu objeto de pesquisa, evidenciando a relevância deste em sua realidade, o que contempla o local onde vive.

Ao contemplar o reconhecimento do litoral do Paraná, os PAs respondem não só ao processo de autonomia do estudante, mas ao compromisso da Universidade, do Setor e do Curso na promoção do desenvolvimento do litoral do

Paraná, a partir da contextualização e pesquisa sobre o litoral por aqueles que estudam no litoral.

Os PAs do Curso se propunham ampliar o campo da pesquisa da realidade social ao orientar os Projetos à articulação com a educação básica pública do litoral ou com qualquer outro nível de articulação social, estabelecendo parcerias.

O PA como uma possibilidade de articulação entre os conhecimentos específicos do Curso dos FTPs e de outras áreas de conhecimento ou de saberes da comunidade dos ICHs propicia diálogos interdisciplinares, expandindo os espaços de aprendizagem do Curso.

A livre investigação/ação do estudante, orientada por métodos científicos (atividades, cronogramas, pesquisa, extensão, monografia etc.) e mediada pelo professor, promove ferramentas ao estudante para que ele mesmo possa conhecer, compreender, propor ou agir, nas diferentes fases de sua investigação/ação, podendo, inclusive, incluir objetivos de investigação/ação de parceiros envolvidos em seu projeto. O processo de autonomia do estudante se constrói a partir das liberdades orientadas de investigação/ação do mesmo. O estudante deve ser o protagonista de seu Projeto, ou seja, de sua história, podendo ser também o sujeito de seu Projeto. O Projeto individual ou coletivo, instrumento do PA, é uma unidade na reflexão e ação.

A vivência profissional, possibilitada no PAs do Curso pelo estímulo ao diálogo, pelas aproximações com sujeitos de diferentes áreas do conhecimento, pelos saberes do exercício de atividades produtivas e pelo desenvolvimento de cada etapa do projeto do estudante como sujeito no mundo do trabalho, permite pensar o sujeito profissional.

Embora a obra de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia* tenha sido referendada como mentora do processo de autonomia do sujeito, outras obras concernentes à educação e a métodos pedagógicos são referenciadas nos Planos de Ensino dos PAs do Curso.

O espaço de aprendizagem PA do PPC de 2010 apresenta Planos de Ensino concernentes à proposta pedagógica do Setor, ao elencar os métodos como apresentados no PPP.

### 5.2.2 Autonomia nos Planos de Ensino do PPC (2015)

Com o Plano de Adaptação do Curso de Gestão e Empreendedorismo, que resultou na elaboração de outro PPC, os PAs passam a estar articulados por semestre e guiados por temáticas que dialoguem com os demais conhecimentos transmitidos nos FTPs, eixo específico do Curso, e que sejam relevantes à formação profissional:

[...] os Projetos de Aprendizagem passam a ser projetos articulados por semestre, guiados por temáticas/problemas que dialoguem com os conteúdos do semestre que os mesmos devam apresentar complexidade crescente trabalhando habilidades relevantes na formação profissional, tais como trabalho em equipe, capacidade de solução de problemas, gestão de conflitos, perfil de liderança, dentre outros aspectos. (PPC, 2015, p.11)

Nessa nova proposta pedagógica, os PAs do Curso passam a promover habilidades profissionais, nas quais, o estudante no desenvolvimento de seu projeto deixa de considerar a investigação/ação. O espaço/tempo do PA, que durante a vigência do PPC 2010 objetivava a autonomia como um método de formação do sujeito, no PPC 2015 dá lugar ao espaço/tempo de formação para o conhecimento específico de FTP e, conseqüentemente, desvincula-se da realidade social do estudante. Com esta configuração, os Planos de Ensino dos PAs são modificados.

Os Planos de Ensino dos PAs do PPC 2015 possuem conteúdos quase que idênticos, a partir de um texto basilar. O que difere no conteúdo do PA 1 é a expressão: “Introdução ao PA”, a qual é retirada do texto para compor a ementa dos PAs 2, 3, 4, 5 e 6. O PA 7 e o PA 8 mantém o conteúdo dos demais Planos de Ensino, acrescidos ao final a expressão: “Preparação metodológica para finalização da reflexão de PA ao nível de TCC”. O texto basilar é o mesmo do PA I do PPC de 2010.

A investigação procede observando os quatro métodos, elencados a partir da proposta metodologia do PPP nos oito PAs, porém de maneira mais simplificada em decorrência do conteúdo dos PAs serem praticamente os mesmos e o texto basilar ser o mesmo do PA I do PPC 2010.

Como o conteúdo dos PAs dos Planos de Ensino do PPC 2015 é basilar ao PA I de 2010, o projeto do estudante irá considerar o reconhecimento do Litoral e

suas diferentes trajetórias de vida, no sentido de conhecer e compreender (QUADRO 14).

Também está presente, nos oito Planos de Ensino dos PAs, o segundo método à autonomia do sujeito: a construção interdisciplinar do projeto, pela articulação com os demais espaços de aprendizagem, FTPs e ICHs e pela interação dialógica entre mediador e estudante (QUADRO 14).

O terceiro método, que é a livre investigação/ação do estudante, não é mais abordado nos conteúdos dos Planos de Ensino dos PAs.

For fim, a vivência profissional, é prevista nos oito Planos de Ensino dos PAs, através da “Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional.” (PPC, 2015, p.69) e do “Reconhecimento da atuação profissional.” (PPC, 2010, p.69), (QUADRO 18).

As bibliografias básicas e complementares são mais objetivas do que as do PPP de 2010 e não se diferenciam muito nos Planos de Ensino dos Projetos de Aprendizagem ao longo do Curso, de modo que se constata mais objetividade nas discussões propostas, porém, no momento, não fazem parte do objeto desta pesquisa (QUADRO 14).

As bibliografias indicadas como básica nos oito Planos de Ensino dos PAs do Curso se repetem, sendo elas: Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (1996); Complexidade e aprendizagem: dinâmica não linear do conhecimento de Pedro Demo; e Setor Litoral: Feira de Profissões 2008.

As complementares são: A importância do ato de ler: em três artigos que se completam, de Paulo Freire (2015) e Os sete saberes necessários à educação do futuro, de Edgar Morin (2001), No PA 1 duas obras a mais de Paulo Freire são indicadas: Educação e Mudança (2008) e Educação como prática da liberdade (2000).

QUADRO 14 – PLANO DE ENSINO DOS PROJETOS APRENDIZAGEM NO PPC 2015

(continua)

Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem [1]	Introdução ao PA. Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento de atuação	FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção	FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.  FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

(conclusão)

Módulo	Conteúdo	Bibliografia básica	Bibliografia complementar
Projeto de Aprendizagem [1]	<b>profissional.</b> Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. <b>Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinar.</b> Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos. (PPC, 2015, p.69).	<b>(coleção Leitura).</b>  DEMO, P. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.  UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.	
Projeto de Aprendizagem [2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8]	<b>Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento de atuação profissional.</b> Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. <b>Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinar.</b> Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos. [Preparação metodológica para finalização da reflexão de PA ao nível de TCC. – PA 7 e 8].(PPC, 2015, p.79;89;99;109;119;129 e 137).	<b>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).</b>  DEMO, P. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.  UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.	FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 47ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.  MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

FONTE: Adaptada de PPC (2015).

O método de construção do Projeto de Aprendizagem a partir da realidade social do estudante só mantém ao estudante a possibilidade deste conhecer o seu espaço na construção do seu projeto e compreendê-lo a partir da sua trajetória de vida. Mas o estudante não tem mais a liberdade de construir seu objeto de estudo a partir desta realidade, que tenha relevância social nesta realidade e desenvolva o litoral. Também não há espaços para articular seu projeto com qualquer espaço social ou parcerias. O estudante só poderá realizar projetos que estejam atrelados

aos temas discutidos nos FTPs e propostos pelos semestres, ou seja, a cada novo semestre automaticamente o tema do PA é mudado, porque está atrelado.

O dialógico com os FTPs e ICHs e com o mediador permaneceu, mas não existe mais a espaço para diálogos interdisciplinares e externos, ou seja, mantém-se o diálogo com o conhecimento científico de domínio específico, mas perde-se o diálogo com outras áreas de conhecimento.

Perde-se a liberdade de investigação/ação por parte do estudante. Conforme proposto nos conteúdos dos Planos de Ensino dos PAs do PPC 2015 o estudante não dispõe da liberdade de pesquisa/ação à resolução dos problemas específicos do seu projeto de aprendizagem, a resolução dos problemas devem estar conectadas aos conhecimentos específicos dos FTPs do Curso no semestre.

Embora a vivência profissional tenha sido ampliada no PPC 2015 quando o PA é atrelado ao FTPs e, conseqüentemente, às temáticas relacionadas às atividades profissionais, nos Planos de Ensino ela não evidencia mais o estudante como sujeito no mundo do trabalho. Ou seja, a aproximação com as diferentes áreas do conhecimento da atuação profissional e o reconhecimento desta atuação são mantidas nos Planos de Ensino e ampliadas no PPC 2015, mas perde-se, em relação aos Planos do PA do PPC 2010, a concepção de sujeito no espaço de trabalho.

Nas bibliografias, em todos os PAs a obra de Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia é citada. De modo que há possibilidades do mediador realizar as discussões sobre a autonomia, conceito que se perde com esta nova configuração. Outras obras de Freire são citadas, bem como outras obras que discutem educação ou apresentam o PPP do Setor. Embora o número de autores tenha sido reduzido, houve um enriquecimento nas bibliografias, especialmente com as obras de Paulo Freire, que são citadas em todos os módulos, e confluem com a proposta metodológica inicial de Projeto de Aprendizagem. Se as mesmas forem, de fato, utilizadas pelos mediadores, podem resgatar as discussões que foram perdidas com as reformulações dos Planos.

O espaço de aprendizagem PA através do PPC de 2015 reduz a proposta pedagógica do Setor, direcionando os PAs exclusivamente aos FTPs, restringindo os métodos à autonomia do estudante na construção do seu conhecimento.



Os conteúdos dos Planos de Ensino dos PAs do PPC 2010 estruturados como método para a promoção da autonomia do estudante, conforme proposto no PPP do Setor Litoral e finalidade do Curso de Gestão e Empreendedorismo, nos Planos de Ensino, anexos ao PPC 2015, são repetitivos, deixando de dar um direcionamento do método a ser mediado pelo professor num processo de interação dialógica. Com o PPC 2015 a condução do projeto de aprendizagem do estudante é dada pelos professores. São os professores que delineiam o desenvolvimento de um projeto, o que faz com que o projeto não seja mais conduzido pelo estudante, ou ainda, que o estudante não possa mais exercer autonomia no processo de aprendizagem.

O estudante do Curso de Gestão e Empreendedorismo, no contexto em que o Curso ficou desenhado em 2015, não é mais co-responsável de seu aprendizado, não exerce mais sua emancipação, ou ainda, a autonomia do seu conhecimento. O PPC 2015 adequa o Curso para responder a uma área de conhecimento de formação profissional, abandonando o propósito da educação como totalidade, estabelecida anteriormente como finalidade do Curso de GE: a autonomia do sujeito.

Desse modo, esse espaço de aprendizagem deixa de ser o principal articulador da autonomia do sujeito e passa ser um espaço de exercício profissional dos conteúdos específicos do Curso, mas mantendo a nomenclatura Projeto de Aprendizagem. O PA passa a objetivar, exclusivamente, a formação específica do profissional de gestão e empreendedorismo, como qualquer outro módulo do espaço de aprendizagem FTPs.

Resta ainda observar se a autonomia desenhada no PPP do Setor e promovida no Curso, sem que o objetivo deste fosse alterado, corresponde à bibliografia indicada como básica para a construção da metodologia: Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (1997).

## **6 ANÁLISE TEÓRICA DA BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NO CURSO DE GESTÃO E EMPREENDEDORISMO**

Com base no objetivo geral da formação do Curso de GE, os termos desenvolvimento e autonomia foram eleitos. O primeiro, investigado no PPC 2010 e no PPC 2015, em que aparecem várias adjetivações de desenvolvimento nas fichas dos Planos de Ensino, tanto nas ementas quanto nas bibliografias básica e complementar. O segundo, definido no PPP (2008), fazendo referência ao método, com base na obra *Pedagogia da Autonomia* (1997), de Paulo Freire.

### **6.1 DESENVOLVIMENTOS**

Neste momento, ponderando a finalidade do Curso em promover o desenvolvimento da região, passa-se a levar em consideração qual a abordagem dos desenvolvimentos voltados ao espaço que constituem o compromisso de construção de conhecimentos à formação de gestores e empreendedores no Setor Litoral.

Considerando que as ementas dos Planos de Ensino delineiam o escopo dos conhecimentos a serem construídos, os desenvolvimentos a serem abordados são os citados neste espaço. Quando estes estavam acompanhados, na ordem, bibliografia básica ou complementar como referências, estas serviram de referência à compreensão da abordagem transmitida; quando não, as bibliografias foram exploradas nos demais Planos de Ensino dos FTPs. Desse modo, os desenvolvimentos a serem abordados nesta parte da pesquisa são: desenvolvimento sustentável e suas dimensões/multidimensões, desenvolvimento econômico, conceitos de desenvolvimento x crescimento, ecodesenvolvimento e suas dimensões, desenvolvimento territorial, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial sustentável (QUADRO 15).

QUADRO 15 – DESENVOLVIMENTOS NAS EMENTAS DOS PLANOS DE ENSINO DOS PPCs DE 2010 E 2015

PPC – 2010	
Módulo	Ementa
Gestão da Produção	- desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico
Perspectivas de Desenvolvimento	- conceitos de desenvolvimento x crescimento - desenvolvimento sustentável e suas dimensões - ecodesenvolvimento e suas dimensões
PPC – 2015	
Módulo	Ementa
Gestão Ambiental e Empresarial	- desenvolvimento sustentável
Projeto 1 – Diagnóstico	- desenvolvimento territorial
Perspectivas de Desenvolvimento	- conceitos de desenvolvimento x crescimento - desenvolvimento sustentável e suas dimensões - ecodesenvolvimento e suas dimensões - desenvolvimento local
Configuração Socioeconômica do Território	- desenvolvimento territorial sustentável - as multidimensões do (des)envolvimento

FONTE: Adaptada de PPC (2010 e 2015).

#### 6.1.1 Conceitos de desenvolvimento x crescimento e desenvolvimento econômico

Para Sachs (2007), o crescimento econômico não deve ser o que “externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que amplia a desigualdade social e econômica.” (SACHS, 2007, p.178). O crescimento econômico é visto “como expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alcançar os direitos de cidadania para toda a população.” (SACHS, 2000, p. 66), que embora necessário para o desenvolvimento não é condição suficiente para que o desenvolvimento aconteça, pois, mesmo com altas taxas de crescimento é possível que ocorra retrocessos sociais e ambientais. A questão que se levanta não é escolher entre “crescimento e qualidade do ambiente, mas sim em se tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição das modalidades do crescimento e da utilização dos recursos”. (SACHS, 2007, p.97). Essa “tomada de consciência dos problemas ambientais aparece simultaneamente como uma das causas e como um sintoma deste novo estado de espírito.” (SACHS, 2007, p.55).

Sachs (2007) utiliza a concepção dos autores Tinbergen e Huetting<sup>15</sup> (1992 citado por SACHS, 2007) para mostrar que os indicadores econômicos

<sup>15</sup> TINBERGEN, J.; HUETING, R. GNP and market prices: Wrong signals for sustainable economic success that mask environmental destruction. In: GOODLAND et. al. (eds). **Environmentally sustainable economic development: Building on Brundtland**. Paris: Unesco, (1991, pp.51-57 citado por SACHS, 2007).

apresentados à sociedade não consideram o bem-estar humano; de El Serafy<sup>16</sup> (1991 citado por SACHS, 2007) para afirmar que novos sistemas de contabilidade para apresentar os indicadores econômicos precisam ser adotados, que partam de duas linhas de pensamento, uma apresentando os indicadores gerais, outra apresentando de forma separada os indicadores sociais, ambientais e econômicos.

De Founex a Estocolmo, até o Relatório Brundtland, a ênfase tem sido em mais crescimento econômico, com formas, conteúdos e usos sociais completamente modificados, uma orientação no sentido das necessidades das pessoas, da distribuição equitativa de renda e de técnicas de produção adequadas à conservação dos recursos. (SACHS, 2007, p.179).

Deste Relatório, Sachs (2007) relata que houve significativas discussões sobre “crescimento quantitativo” e “desenvolvimento qualitativo”. Entre concordâncias e discordâncias dos autores que apresentam o tema, as concordâncias são: a necessidade em se deter o consumo excessivo, a necessidade de se levar em consideração que os sistemas econômicos dependem dos sistemas ecológicos e a necessidade de se começar a transição rumo ao ecodesenvolvimento.

Para sair da conceituação e partir para a prática, Sachs (2007) levanta a proposta de Alagh<sup>17</sup> (1999 citado por SACHS, 2007) de um planejamento agroclimático “em termos e sistemas agrícolas alternativos, para superar as dificuldades da abordagem do tipo cultura/ região favorecida.” (SACHS, 2007, p.184), outras questões apresentadas por Sachs (2007) para a prática é a promoção de meios de vida sustentáveis com a participação da comunidade local; e a importância de se considerar os problemas urbanos para não sobrecarregar o rural.

Veiga (2005) apresenta de modo didático, que o desenvolvimento pode ser entendido de três formas: como sinônimo de crescimento, como manipulação ideológica, mito ou ilusão e como desenvolvimento real. Veiga (2005) assinala que as duas primeiras correntes costumam usar a expressão “desenvolvimento

---

<sup>16</sup> EL SERAFY, S. Sustainability, income measurement and growth. In: GOODLAND et al. (eds). **Environmentally sustainable economic development: Building on Brundtland**. Paris: Unesco (1991, pp.59-69 citado por SACHS, 2007).

<sup>17</sup> ALAGH, Y. K. **Sustainable development. From concept to action – Techniques for planners**. Paper prepared for the UNCED Secretariat, (1991 citado por SACHS, 2007).

econômico”. Até o século XX, Veiga (2005) afirma que os economistas tratavam desenvolvimento e crescimento como sinônimos e que a ilusão do desenvolvimento ocorre porque há “equivalência entre desenvolvimento e riqueza, reforçando a ideia mais comum entre os economistas convencionais.” (VEIGA, 2005, p.21). Já a terceira corrente, segundo Veiga (2005), é bem definida por Sen e Sachs, a partir de “escolhas e que cada indivíduo revele suas capacidades com esforços individuais e coletivos.” (VEIGA, 2005, p.80). Ou seja, a terceira corrente é bem defendida a partir de Sen, por conta da expansão da liberdade que o autor propõe “como principal fim e o principal meio de desenvolvimento. Consiste na eliminação de tudo o que se limita as escolhas e oportunidades das pessoas.” (VEIGA, 2005, p.34); e a partir de Sachs, por conta do conceito que este autor apresenta de um desenvolvimento que emana dos esforços individuais e coletivos; e também pelas suas análises (de Sachs) sobre o termo de desenvolvimento sendo apresentado como sinônimo de crescimento.

Sachs (2004) relata que os fundamentalistas de mercado consideram o desenvolvimento como um conceito redundante, para eles, o desenvolvimento ocorrerá “como resultado natural do crescimento econômico, graças ao ‘efeito cascata’ (*trickledowneffect*). Não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento.” (SACHS, 2004, p.26). Mas, para Sachs (2004), esse efeito cascata, não ocorre, na verdade o que acontece é a exclusão dos mais pobres. De acordo com Sachs (2004), para se ter o desenvolvimento é necessário pensar em desenvolvimento que proporcione meios de vida viáveis e trabalho decente.

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas. (SACHS, 2004, p.35).

Nesse sentido, Sachs (2004) destaca que avanços conceituais ocorreram desde os anos 70. Por conta da problemática ambiental, houve a “reconceituação do desenvolvimento, em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado desenvolvimento sustentável.” (SACHS, 2004, p.36). Tal desenvolvimento tem como princípio a consideração com as gerações presentes e futuras, “e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade

econômica.” (SACHS, 2004, p.36), promovendo o crescimento econômico, sem impactar negativamente os espaços sociais e ambientais.

Sachs (2004) alerta que a diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como os recursos diferenciados das regiões impede que se organizem estratégias uniformes de desenvolvimento. Para que haja sucesso, é preciso que se responda aos problemas mais urgentes de cada comunidade, conseguindo “superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos.” (SACHS, 2004, p.61).

O sucesso de criação de projetos sustentáveis, de acordo com Sachs (2007), está atrelado às habilidades em se desenvolver estratégias de modo que os mesmos sejam mais produtivos. Essa estratégia de desenvolvimento pode ser aplicada “nos níveis local e regional, nos quais é possível levar em conta tanto a diversidade de recursos disponíveis como as aspirações e necessidades das pessoas”. (SACHS, 2007, p.106).

Segundo Sachs (2000), o objetivo do desenvolvimento:

[...] deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2000, p.53).

Para Sachs (2007), há esperanças de realização de um “desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou codesenvolvimento, uma expressão que foi mais tarde batizada de desenvolvimento sustentável.” (SACHS, 2007, p.174-175).

#### 6.1.2 Desenvolvimento sustentável e suas dimensões/multidimensões

O estabelecimento do aproveitamento racional e ecologicamente sustentável “podem ter um importante papel na promoção de padrões de aproveitamento de recursos sustentáveis.” (SACHS, 2000, p.56) e nas estratégias de desenvolvimento, pois o desenvolvimento é “o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor)” (SACHS, 2000, p.66), que se dá a partir dos

direitos políticos, cívicos e civis; dos direitos sociais, econômicos e culturais; e dos direitos coletivos ao desenvolvimento, à cidade e ao meio ambiente.

“No sentido forte da palavra, o desenvolvimento implica progressos simultâneos nos âmbitos social, ambiental e econômico, ou assim chamadas soluções triplamente ganhadoras.” (SACHS, 2000, p.63). Processos que acabam confluindo para a sustentabilidade, a “partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza”. (SACHS, 2000, p.67).

A sustentabilidade, para Sachs (2000, p. 71-72), é estabelecida a partir das dimensões: “social; cultural; econômica; política; do sistema internacional para manter a paz.” E se dá a partir de oito critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional.

O social, segundo Sachs (2000), é quando há igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais pelos indivíduos, é quando há homogeneidade social, na qual a distribuição de renda é justa e o emprego ou o autônomo é pleno, tendo vida decente.

O cultural está atrelado à possibilidade de projeto nacional que concilia a integralização e endogeneidade dos indivíduos, de modo a manter o equilíbrio entre a tradição e a inovação, no qual os indivíduos conseguem exercer autoconfiança, em relação às suas tradições, e manter a abertura para as inovações do mundo. (SACHS, 2000).

O ecológico se dá a partir da preservação do capital natureza na produção de recursos renováveis; e a partir da limitação do uso dos recursos não-renováveis. (SACHS, 2000).

O ambiental diz respeito à capacidade dos ecossistemas naturais restaurarem suas características ambientais de modo espontâneo. (SACHS, 2000).

O territorial se dá a partir de estratégias que sejam ambientalmente seguras para áreas que são ecologicamente frágeis; se dá a partir da superação das desigualdades regionais e pela melhoria do ambiente urbano, sem deixar de manter as configurações urbanas e rurais balanceadas, no que diz respeito ao investimento público. (SACHS, 2000).

O econômico ocorre a partir do equilíbrio intersetorial, da segurança alimentar, da capacidade de se inserir no comércio internacional e da capacidade de

modernização dos instrumentos de produção, bem como da capacidade de autonomia de pesquisa científica e tecnológica. (SACHS, 2000).

O político nacional se dá a partir de conformidades sociais, como democracia, direitos humanos; e capacidade do Estado “implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores.” (SACHS, 2000, p.87), garantia da paz e cooperação internacional.

E o político internacional se dá a partir da participação nas finanças e nos negócios internacionais, bem como na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, patrimônio mundial da humanidade, e definição de um pacote de co-desenvolvimento, que tenha como princípio a igualdade entre países do Norte e Sul. (SACHS, 2000).

Para Sachs (2007), o desenvolvimento deve ser planejado como uma estratégia, com a participação da população envolvida, que compreende que a realização de meios de vida sustentável, ou seja, o planejamento “deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem participação dos grupos e das comunidades locais.” (SACHS, 2007, p.184), de modo que “cada grupo de países deve concentrar-se em objetivos diferentes, porém sinérgicos.” (SACHS, 2007, p.190).

A partir da concepção de desenvolvimento e de sustentabilidade, Sachs (2000) propõe o desenvolvimento sustentável. De acordo com o autor, o desenvolvimento sustentável é endógeno, auto-suficiente e orientado para as necessidades; acontece em consonância com a natureza e às mudanças institucionais; e é “incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado.” (SACHS, 2000, p.55). Para Sachs (2000), o desenvolvimento sustentável precisa ser endógeno por considerar as necessidades das comunidades, em harmonia com a natureza e a sociedade. Nessa perspectiva, Sachs (2000) argumenta sobre a necessidade de se criar estratégias complementares entre o Norte e o Sul e de se considerar alternativas sustentáveis para comunidades em áreas de natureza conservada para realizar o desenvolvimento sustentável.

De modo que, para que tal desenvolvimento ocorra, “os padrões de consumo em países industrializados não podem ser sustentados a longo prazo e muito menos estendidos ao resto do mundo.” (SACHS, 2007, p.176).



O desenvolvimento sustentável é um desafio planetário. Ele requer estratégias complementares entre o Norte e o Sul. Evidentemente, os padrões de consumo do Norte abastado são insustentáveis. O enverdecimento do Norte implica uma mudança no estilo de vida, lado a lado com a revitalização dos sistemas tecnológicos.

No Sul, a reprodução dos padrões de consumo do Norte em benefício de uma pequena minoria resultou em uma apartação social. Na perspectiva de democratização do desenvolvimento, o paradigma necessita ser completamente mudado. Por princípio, o Sul poderia ter evitado alguns problemas que estamos atravessando no Norte se tivesse pulado etapas em direção à economia de recursos, orientada para os serviços e menos intensamente materializados, em prol do meio ambiente e da elevação do padrão de pobreza. (SACHS, 2000, p.58).

Para Sachs (2000, p 58), o desenvolvimento sustentável, considerando o Norte e o Sul, só será possível, se acontecerem mudanças no Norte “em relação ao efeito demonstrativo dos seus padrões de consumo sobre a população do Sul, maximizados pelos processos de globalização em âmbito cultural”. O Sul, por sua vez, precisaria apropriar-se do desenvolvimento, considerando os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, culturais e o direito coletivo ao meio ambiente. Para tanto, é necessário combinar a economia e a ecologia de cada região.

Sachs (2000, p.72) denomina desenvolvimento sustentável também como ecodesenvolvimento, quando há a “harmonização dos objetivos sociais e ecológicos”. Essa harmonização, segundo o autor, é derivada: da identificação, criação e elaboração de alternativas sustentáveis aos recursos e renda; do envolvimento das pessoas que habitam próximas das áreas protegidas na gestão e nos planos de conservação dessas áreas; e da conscientização da comunidade local sobre o valor e a necessidade de proteção da área.

Assim, o desenvolvimento sustentável, também apresentado como ecodesenvolvimento pelo autor, ocorre a partir de planejamento local, com ampla participação da comunidade na identificação das necessidades e das potencialidades de seus recursos; e ocorre a partir da harmonia entre o social, o ambiental e o econômico, que surge do interior das comunidades envolvidas, em que as pessoas dessas comunidades são partícipes das decisões sobre quais são as necessidades locais, bem como quais são os potenciais recursos. Considerando também que esse desenvolvimento ocorre de modo diferente no Norte e Sul, embora esses devam se complementar. (SACHS, 2000; 2007).

### 6.1.3 Ecodesenvolvimento e suas dimensões

De acordo com Sachs (2000, p. 75), “o ecodesenvolvimento pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos”, e da organização de processos participativos que identifiquem as necessidades, bem como os recursos potenciais e formas de ser aproveitar a biodiversidade como forma de melhorar a vida dos povos. Sachs (2000, p.76), propõe uma “*gestão negociada e contratual dos recursos*, pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável”.

O ecodesenvolvimento requer “o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área.” (SACHS, 2000, p.73). O ecodesenvolvimento é um modo de desenvolvimento que parte dos problemas específicos de cada região.

Quer seja denominado *ecodesenvolvimento* ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida, na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade. (SACHS, 2000, p.54).

De acordo com Sachs (2000), os oito critérios de sustentabilidade (social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional) continuam válidos para as estratégias de desenvolvimento. Nesse contexto, Sachs (2007) avança nas designações das dimensões do ecodesenvolvimento, apresentando-as em cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade social é entendida como uma sociedade mais equitativa em termos de renda:

entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por uma outra lógica de crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade. (SACHS, 2007, p.181).

A sustentabilidade econômica “deve ser viabilizada mediante a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.” (SACHS, 2007, p.181).

A sustentabilidade ecológica pode ser melhorada a partir do uso dos recursos, prezando o mínimo de danos, a partir da limitação de consumo de recursos não-renováveis, substituindo-os, a partir da redução de poluição e de resíduos, a partir da promoção da auto-limitação de consumo de material pelos indivíduos e pelos países ricos, a partir de intensificação de pesquisas para se obter tecnologias de baixo teor de resíduos e a partir da definição de normas adequadas à proteção ambiental. (SACHS, 2007).

A sustentabilidade espacial “deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.” (SACHS, 2007, p.182).

E a sustentabilidade cultural se dá a partir da

[...] procura das raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos de mudança que resguardecam a continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento uma pluralidade de soluções, ajustadas à especificidade de cada contexto sócio-ecológico. (SACHS, 2007, p.183).

Os critérios de dão a partir das dimensões, respeitando as gerações presentes e futuras, preservando a participação da comunidade local no gerenciamento dos recursos e na definição das necessidades. (SACHS, 2007).

#### 6.1.4 Desenvolvimento local e socioeconômico

O desenvolvimento local e socioeconômico, segundo Casarotto e Pires (2001), ocorre a partir das políticas industriais locais, ou seja, políticas sobre um espaço territorial específico, podendo ser microrregional, estadual, ou macrorregional. Essas políticas industriais locais seriam possibilidades de crescimento coletivo de grupos de atores fortemente articulados entre si:

Essa situação pode ser também interpretada como o crescimento “endógeno”, isto é a capacidade de criar condições locais, as regras que permitam a cooperação entre atores com o objetivo do desenvolvimento dos conhecimentos individuais e comuns, para possibilitar um acúmulo de

conhecimentos suficientes para o crescimento coletivo. (CASAROTTO; PIRES, 2001, p.116).

Casarotto e Pires (2001) relatam que as políticas industriais locais surgem de instâncias locais e organizativas e servem para construir redes que solidificam os mecanismos de integração entre atores, possibilitando a evolução de um sistema produtivo pautado no sentimento de pertencimento a um grupo e identificação de bens públicos.

Nesse contexto, dois processos para a elaboração e implementação de políticas industriais locais, voltados ao desenvolvimento local, são apresentados: o processo “de cima” e o processo “de baixo”.

O processo “de cima”, baseado nos meios de integração convergente, alude a “fase constitucional para estabelecer os princípios gerais de aceitação dos caminhos de convergência, estabelecendo também a natureza do modelo decisional a ser adotado para as escolhas coletivas.” (CASAROTTO; PIRES, 2001, p.117).

E o processo “de baixo”, baseado em procedimentos e metodologias de ação generalizáveis, ocorre de modo evolutivo e contínuo, respeitando a integração entre os atores e deles com as regras, sem deteriorar as diferenças de suas capacidades individuais.

As políticas industriais locais só são possíveis se: o Estado for constituído por diversos níveis institucionais que interagem e cooperam; as ações permitirem novas entradas, favorecendo a pesquisa e o desenvolvimento, promovendo a cooperação industrial; e for construída considerando os diversos atores e a descentralização das decisões. (CASAROTTO; PIRES, 2001).

As políticas industriais para promover o desenvolvimento local e socioeconômico dependem, também:

[...] das características encontradas na microrregião, das determinadas necessidades endógenas dos ambientes em estudo de acordo com o grau de interação das redes internas e, ainda, da capacidade de reação do tecido econômico e institucional para as novas condições ambientais. (CASAROTTO; PIRES, 2001, p.133).

Casarotto e Pires (2001) alertam que, os lugares em que as instituições não existem ou não possuem representatividade, não há organizações representativas da sociedade local, sendo necessário, então, “desenvolver as redes relacionais

essenciais e, ainda, promover a efetiva colaboração estratégica e cooperativa”. (CASAROTTO; PIRES, 2001, p.134).

Casarotto e Pires (2001) apresentam a importância das políticas industriais locais para o fortalecimento e crescimento coletivos dos atores envolvidos. Tendo essas políticas industriais locais como resultado das instâncias locais e organizativas, formando, assim, as redes fortificadas pelo sentimento de pertencimento e pelas ações coletivas dos atores e redes de relações que concretizam a integração e evolução entre os atores e do sistema produtivo, a partir do processo “de cima”, o qual estabelece os princípios gerais para a convergência e escolhas coletivas; e a partir do processo “de baixo”, que ocorre de modo gradativo, considerando as escolhas coletivas sem deixar que as capacidades individuais se percam. E tendo a possibilidade de existências dessas políticas a partir de níveis institucionais do Estado que interagem e cooperam; de ações que permitem novas entradas; e de consideração de diversos atores, sem decisões centralizadas. No qual o autor dá como exemplo de um modelo de aplicação prática o *cluster*.

Para Casarotto e Pires (2001, p. 69), *cluster* ou aglomerações produtivas é:

[...] um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O cluster desenvolve-se sobre a vocação regional e pode conter empresas produtoras de produtos finais, verticalizar-se a jusante (serviços) ou a montante (fornecedores), além de incluir associações de suporte privadas ou ligadas ao governo.

Já Buarque (1999) apresenta uma metodologia genérica, porém ampla, para adaptações necessárias, de acordo com as complexidades e individualidades, ao desenvolvimento sustentável local e municipal. Ou seja, Buarque (1999) apresenta três desenvolvimentos: o desenvolvimento local; o desenvolvimento municipal; e o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local é conceituado por Buarque (1999) como um:

[...] *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a

renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p. 9).

Para Buarque (1999), o desenvolvimento local, embora endógeno, está inserido numa realidade mais ampla e complexa, que o influencia de forma positiva ou negativa, e com a qual interage. O desenvolvimento local, segundo o autor, decorre de relações econômicas com o regional e o nacional, que auxiliam na sua reformulação e/ou criação de oportunidades e ameaças.

O desenvolvimento local “está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto.” (BUARQUE, 1999, p.10). Por mais que para a promoção do desenvolvimento local as decisões externas tenham um papel importante na “reestruturação sócio-econômica do local ou do município, o desenvolvimento deste requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.” (BUARQUE, 1999, p. 10). O desenvolvimento local, segundo Buarque (1999, p. 10), é o resultado da vontade dos atores envolvidos, partindo de um “ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização”. Para o autor, o desenvolvimento local pode ser aplicado em diversos espaços “territoriais e aglomerados humanos de pequenas escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões de porte reduzido”. (BUARQUE, 1999, p.10-11).

O desenvolvimento municipal, por sua vez, é “um caso particular de desenvolvimento local, com uma *amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município*.” (BUARQUE, 1999, p. 11).

O município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, através da municipalidade e instância governamental. (BUARQUE, 1999, p.11).

Por conta da reduzida escala territorial, um município possui condições de criar um espaço de intervenções que ocorre a partir das diversas instâncias político-administrativas, funcionando como um “núcleo catalisador das iniciativas e base para o desenvolvimento local”. (BUARQUE, 1999, p.11).

Para Buarque (1999, p. 29) a metodologia de desenvolvimento local e municipal também é uma proposta da sustentabilidade, porque busca “assegurar a permanência e a continuidade, no médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente”.

O desenvolvimento sustentável, apresentado pelo autor, é uma:

[...] resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial; e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento, que tende a limitar as oportunidades das gerações futuras. (BUARQUE, 1999, p.29-30).

A designação de desenvolvimento local sustentável, utilizada pelo autor, refere-se: ao processo de mudança, em que há a ascensão das oportunidades da sociedade, considerando o crescimento e eficiência econômica, a conservação ambiental e a qualidade de vida com equidade social. Três elementos que estão interligados, mas que possuem características e papéis diferentes.

O crescimento e a eficiência econômicos, requisitos importantes para a elevação da qualidade de vida, apresentam condição necessária ao desenvolvimento sustentável, embora não suficiente. (BUARQUE, 1999).

A conservação ambiental é considerada pelo autor como fator decisivo do desenvolvimento sustentável, sem ela “não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.” (BUARQUE, 1999, p.32).

E a qualidade de vida e equidade social são objetivos centrais do desenvolvimento sustentável, assim “orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos”. (BUARQUE, 1999, p.31).

Buarque (1999) considera o desenvolvimento local sustentável um procedimento que acontece a partir do contínuo crescimento da qualidade de vida, baseado “numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente”. (BUARQUE, 1999, p.32).

Buarque (2002) resume desenvolvimento local sustentável como resultado da integração entre:

a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos - , a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente. (BUARQUE, 2002, p. 27).

De acordo com Buarque (2002), a governança pela organização da sociedade, a criação de espaços institucionais de negociação e gestão e a modernização do setor público para a distribuição de ativos sociais são estratégicos para o desenvolvimento local sustentável:

[...] organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e de gestão, agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de distribuição de ativos sociais, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica. As mudanças que ocorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida. (BUARQUE, 2002, p.27).

Buarque (2002) relata que, as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento são resultados de um ambiente político e social favorável e com forte mobilização dos atores sociais.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local sustentável é resultado da integração entre a qualidade de vida da população local com a eficiência da economia e da gestão pública. Integração esta mediada pela governança, pela distribuição de ativos locais e pela organização da sociedade, considerando o social, o econômico e o meio ambiente nessa integração.

#### 6.1.5 Desenvolvimento territorial e sustentável

Antes de conceituar o desenvolvimento a partir do território, Brandão (2007) faz duras críticas à corrente teórica que ele denomina de “literatura localista”, a qual fomenta o desenvolvimento a partir do endógeno e não aborda os conflitos existentes nos espaços, nem a importância da escala global no desenvolvimento dos territórios.



Ora o local se apresenta como “entidade do futuro”, à mercê de uma razão instrumental avassaladora, ora se cai no anacronismo de proclamar o ressurgimento de um agrupamento comunitário e solidário, baseado em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis foram subordinadas pelo consenso cívico e cidadão, em que parece não haver lugar para conflitos. Ora há estrutura sem sujeito, ou sujeito sem estrutura. (BRANDÃO, 2007, p.42-43).

A crítica à literatura localista segue, pois os locais seriam capazes de construir ações de competitividade, baseada em coletividade com alta sinergia, e que os casos bem-sucedidos desse processo deveriam ser replicados em outras regiões. Essa concepção deixa de considerar as abordagens econômicas de estruturas de mercado, que analisam os problemas de acumulação oligopólica, pois “qualquer ‘sistema produtivo’, que se monte em qualquer escala, estará envolvido em um ambiente de articulação oligopólica, sob dominância do capital financeiro.” (BRANDÃO, 2007, p.48), o que demonstraria que os locais seriam incapazes de construir ações de competitividade com sinergia.

Diante dessas e outras reflexões, Brandão (2007) afirma que para se entender as relações entre o desenvolvimento e o território é preciso estudar a natureza das hierarquias, considerando o local e o global; também é preciso considerar o movimento da acumulação de capital; e os reflexos da mundialização na concepção de território que, por momentos parece homogeneizado mundialmente, e por outros parece um local de espaços múltiplos.

À medida que as fronteiras territoriais são redesenhadas (apagadas, segundo alguns), várias hipóteses são levantadas procurando dar resposta à contradição de que, mesmo com o capital universalizado, se acentuam os particularismos localistas. (BRANDÃO, 2007, p.54).

Brandão (2007) também chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento territorial não pode estar balizado, somente em formulação abstratas, devendo considerar a reprodução social específica das regiões e a compreensão do espaço e tempo entrelaçados ao social, ou seja, uma investigação dos “contornos histórico-institucionais concretos em que se processa a execução das leis imanentes e das determinações mais abstratas”. (BRANDÃO, 2007, p.69).

Para se alcançar tais discussões e assim conceber um desenvolvimento ao território, Brandão (2007) propõe a “investigação da dimensão espacial do

desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas.” (BRANDÃO, 2007, p.69), pois através dela é possível compreender como a reprodução social no espaço se manifesta. O autor propõe promover uma análise crítica ao movimento desigual da acumulação de capital nos espaços, permitindo compreender o modo articulado dos processos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia do território.

A homogeneização, de acordo com o autor, não pode ser confundida com a delimitação de regiões, pelo contrário, ela rompe fronteiras territoriais “buscando criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos e universais.” (BRANDÃO, 2007, p.71). Ela é um movimento universalizante do capital. “Esse processo homogeneizador deve ser encarado através do vetor da acumulação capitalista de busca da valorização unificada e da universalização da mercadoria.” (BRANDÃO, 2007, p.73). É nesse contexto que o autor afirma que é preciso ter cuidado com a dimensão espacial do capital, pois a homogeneização não tem nada a ver com nivelação de desigualdades, pelo contrário, o que ocorre é a criação e recriação de estruturas em movimento de heterogeneidades e desiguais.

A homogeneização diz respeito, pois, a esse processo de construção dos *loci* e das regras das lutas concorrenciais, que busca engendrar um espaço unificado de valorização do capital e que define os espaços de mercado nos quais se desenvolverá a “coerção imposta” do processo de integração. (BRANDÃO, 2007, p.75).

A coerção imposta do processo de integração que abrange “a dinâmica coercitiva da *concorrência* como seletividade impositiva que irá operar naqueles espaços e horizontes abertos pela homogeneização” (BRANDÃO, 2007, p.75), cria um campo para o debate teórico da problemática espacial, ao mesmo tempo em que contribui para delimitar as fronteiras das escalas espaciais:

O campo teórico da problemática regional e urbana começa a ganhar contornos concretos a partir desses enlases e engates que a coerção concorrencial impõe a todos os capitais e suas frações. Uma dinâmica produtiva intersetorial e inter-regional se afigura mais nitidamente a partir daí. Esse processo coercitivo contribui para o desenho de fronteiras e a estruturação de escalas. (BRANDÃO, 2007, p.77).

A dinâmica produtiva e espacial do processo de integração acaba proporcionando espaço para a independência dos lugares, ao mesmo tempo em que

torna os espaços conexos. Desse modo, a acumulação de capital integra a economia nacional, sem diminuir as especificidades dos espaços. (BRANDÃO, 2007).

Brandão (2007) chama a atenção para o processo de polarização da acumulação de capital, que ocorre a partir da natureza desigual atrelada ao desenvolvimento capitalista. A polarização apresenta-se como resultado das desigualdades e centralidades distribuídas no espaço se “o processo de integração nos dá uma ideia de enquadramento, o de polarização nos dá de *hierarquia*.” (BRANDÃO, 2007, p.81). De acordo com o autor, estudar os processos de polaridade auxilia entender como as tomadas de decisões, bem como verificar quais são as interdependências existentes entre as atividades e as decisões.

O que deve ser retido da importância do estudo dessa força polarizadora é a existência de uma força de interação entre os nós (centros com autonomia de decisão) em torno dos quais gravitam os espaços “satelitizados”, com baixo poder autônomo e endógeno de decisão. (BRANDÃO, 2007, p.82).

Outro processo que se manifesta e permeia a dimensão espacial do desenvolvimento, necessário de compreensão à redução social no espaço é, de acordo com Brandão, a hegemonia. Para Brandão (2007), é nesse processo que as diversidades regionais se apresentam entrelaçadas. “Assim, o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser portador do novo”. (BRANDÃO, 2007, p.84).

A hegemonia, historicamente, formou blocos, a partir de alianças de classes relacionadas à capacitação política, dando “coesão e unidade a forças heterogêneas, mitigando/contornando suas contradições”. (BRANDÃO, 2007, p.85).

Para entender a dimensão territorial do processo de desenvolvimento Brandão (2007) argumenta ser necessário a discussão da reprodução das classes sociais. Para o autor, os estudos sobre territórios só avançam se discutirem sobre as estruturas de dominação e a reprodução social. Para ele, é necessário “desvendar as causas mais profundas das heterogeneidades estruturais que se manifestam espacialmente na produção da riqueza capitalista.” (BRANDÃO, 2007, p.87).

Analizados os processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia da dimensão territorial do desenvolvimento, o autor prossegue a crítica a

literatura localista, considerando-a reducionista e propositiva de políticas de desenvolvimento monoescalar e associada ao capital social para acessar a redes de fluxos globalizados:

[...] poderia sintetizar dizendo que tais análises têm, de forma subentendida, uma ideia de que estaríamos vivendo em uma comunidade, não em sociedade; que, em decorrência, esse conjunto social não é cindido em classes e interesses políticos complexos [...]; que vivemos processos de destruição das escalas espaciais – apenas ‘o local’ e ‘o global’. Nessa visão, altamente consensuada hoje, só restaria a opção de políticas de desenvolvimento de natureza ‘monoescalar’, isto é, só tendo o local como ponto de partida (e de chegada?), comunitário, solidário, em ambiente de alta sinergia associativa do seu ‘capital social’. A partir dessa escala, poderia acionar-se (e conectar-se) a redes dos fluxos globalizados [balizados pela escala nacional]. (BRANDÃO, 2007, p.183).

Brandão (2007) defende a discussão de que desenvolvimento de um espaço não deve ser utópico a ponto de considerar que o desenvolvimento pode acontecer a partir do local e de seu processo de desenvolvimento endógeno, mas deve considerar o local e o global, os quais relacionam-se entre si e precisam ser mediados por uma escala global. Para tanto, Brandão (2007) defende que é preciso estudar a natureza das hierarquias da acumulação de capital, embasadas na estrutura oligopolista, a partir dos processos de homogeneização, que homogeneiza a economia nacional a partir da acumulação do capital, mas que não delimita as regiões; de integração, que cria os a independência dos lugares, ao mesmo tempo em que mantém os lugares conectados, através do capital; a polarização, que apresenta a hierarquia; e a hegemonia, que conflui os locais com o Estado, a partir da consciência, regulação e administração das possibilidades e limites, seus e dos outros.

Por pressuposto, para que o estudante do Curso de Gestão e Empreendedorismo pudesse contribuir com os fins a que foi criado, desenvolvimento da região, seria necessário conteúdos com abordagens teóricas e práticas, inserção comunitária, modelos entre outros que também promovessem discussões e reflexões sobre esse desenvolvimento, que considera o global, mas de modo que o mesmo esteja atrelado ao local.

A partir das concepções de desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial indicadas nos conteúdos das ementas de módulos dos FTPs dos dois PPCs do Curso,

baseadas em referências bibliográficas básicas e/ou complementares, extraídas dos próprios Planos de Ensino dos módulos ou de outros integrantes ao conjunto de módulos que tratavam de desenvolvimentos, pode-se concluir que estas estão relacionadas ao espaço geográfico: territorial, local, regional e municipal, e ainda concebidas a partir de sustentabilidades: social, ambiental, cultural, política e econômica que se processam em espaços físicos concretos, cumprindo a finalidade do Curso, formando para o desenvolvimento regional, não só a partir de modelos como também a partir de concepções críticas, que por vez se chocam com as literaturas propositivas de modelos, estratégias ou planejamento.

Entre as concepções abordadas estão: a do desenvolvimento local, ampliada ao municipal e ao sustentável, apresentada na forma de modelo aplicado à prática relacional: do local ao global; a do desenvolvimento sustentável, que tem como base as dimensões: social, cultural, econômico, ambiental e político-institucional; a do ecodesenvolvimento, que apresenta além destas a perspectiva ecológica; e a do desenvolvimento territorial, numa visão crítica observando o território no processo de desenvolvimento, trazendo para discussão as relações de poder, que nos espaços do território são ampliadas, decorrentes dos processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia, resultantes do movimento da acumulação de capital.

Os Planos de Ensino do PPC 2010 conseguem apresentar uma discussão que visualiza desde o modo de pensar até as características de acumulação de capital, elementares ao capitalismo, que devem ser consideradas na concepção do desenvolvimento. Há uma preocupação em apresentar os conceitos gerais sobre desenvolvimento até apresentar o desenvolvimento sustentável, bem como a preocupação em se discutir o desenvolvimento para a região de modo ampliado, ou seja, apresentando ao estudante as demais adjetivações de desenvolvimento que confluem com o espaço; e mais, apresentado modelos práticos de desenvolvimento para esse espaço.

Os Planos de Ensino do PPC 2015 conseguem manter uma discussão que visualiza desde o modo de pensar até as características de acumulação de capital, importantes para a concepção do desenvolvimento. Mas se reduz a discussão sobre os conceitos de desenvolvimento, bem como das adjetivações de desenvolvimento voltadas ao espaço. Ampliam-se as discussões a partir dos conteúdos das ementas

exclusivamente sobre os modelos de aplicação prática de desenvolvimentos para o espaço, especificando-o a partir do desenvolvimento local.

## 6.2 AUTONOMIA

Considerando que o propósito desta parte da pesquisa é verificar como a autonomia do estudante é concebida por Paulo Freire (1997), busca-se, especificamente, observar nesta, os métodos implícitos no PA e na metodologia do PPP do Setor Litoral que conduziriam a autonomia do estudante. A proposição de um espaço de aprendizagem em que o estudante seja protagonista de seu conhecimento, metodologia, se configurava no PPP, tendo o Projeto Aprendizagem (PA) como o principal articulador. Neste, o estudante é incentivado a elaborar um projeto a partir de sua realidade social (1º método); tendo o estudante espaços curriculares interdisciplinares para buscar conhecimentos científicos de domínio específico (FTPs) ou de outras áreas de conhecimento e/ou com saberes da comunidade (ICH), (2º método); sendo o estudante livre para investigação/ação, com mediação de um professor, conduzidos pelas fases temporais a definir atividades e cronogramas, sejam elas de pesquisa, ensino, extensão, trabalho de conclusão de curso, monografia, entre outras (3º método); antecipando a vivência profissional pelo diálogo com demais conhecimentos e o mundo do trabalho (4º método).

Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia* (1997), apresenta uma visão de educação crítica, trabalhando a autonomia do estudante a partir da forma de mediar o processo de ensino-aprendizagem do educador, ou seja, a partir de uma metodologia. Esta metodologia poderia ser entendida no PPP, tendo o espaço PA como principal articulador, em que o educador promove quatro métodos a partir de uma metodologia para construção da autonomia do sujeito.

Na sequência, busca-se identificar os métodos eleitos no PA como processos a autonomia do estudante.

O método que orienta a construção do conhecimento a partir da realidade do estudante (1º método) é apresentado por Paulo Freire (1997) quando este considera que o educador precisa aprender a considerar os saberes do estudante construídos na prática comunitária, discutindo a razão de alguns deles:

[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. (FREIRE, 1997, p.16).

De acordo com Freire (1997, p. 16), há “‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”, devendo estes ser associados. O PA é justamente um espaço educacional previsto para que o estudante dialogue seus saberes de vida, aos conteúdos que se ensina nos FTPs.

Para Freire (1997, p. 16), é possível estabelecer nos espaços curriculares “uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 1997, p.16). A relação esperada entre os espaços educacionais e os saberes dos estudantes está atrelada ao reconhecimento e assunção do estudante de sua identidade cultural.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a "outredade" do "não eu", ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa (FREIRE, 1997, p.23-24).

Paulo Freire (1997) lamenta que o que há de informal na experiência do estudante seja desconsiderado nos espaços educacionais, e considera que as experiências nas questões de cunho histórico, político, cultural e social, que confluem na identidade cultural do indivíduo precisam ser respeitadas nos espaços educacionais. “A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado.” (FREIRE, 1997, p.24).

É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado.

Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino, lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber. Creio que uma das razões que explicam este caso em torno do que ocorre no espaço-tempo da escola, que não seja a atividade ensinante, vem sendo uma compreensão estreita do que é educação e do que é aprender. (FREIRE, 1997, p.25).

De acordo com Freire (1997), os espaços informais estão carregados de significações que proporcionam a experiência e o fortalecimento da identidade cultural e, conseqüentemente, a aprendizagem.

Se tivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. (FREIRE, 1997, p.25).

Para Freire (1997) não é possível ensinar o estudante, se as condições às quais ele vem existindo não são consideradas, se os conhecimentos a partir da experiência deles não são reconhecidos. Nesse contexto, Freire (1997, p. 77) apresenta a importância em se respeitar a leitura de mundo que o estudante possui:

Respeitar a leitura de mundo [...]. É a maneira correta que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de entender o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorizada faz achados cada vez mais exatos. (FREIRE, 1997, p.77).

Para Freire (1997, p. 77), quando nos espaços educacionais há o respeito à leitura de mundo do estudante é porque esses espaços reconhecem “a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade”.

A leitura de mundo pelo estudante é de grande importância no processo que promove a autonomia do estudante, pois ela “revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho



individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo” (FREIRE, 1997, p.77).

Na leitura de mundo de Freire (1997), é preciso considerar o ecológico, o social e o econômico em que o estudante, o educador e os espaços educacionais estão inseridos.

O segundo método, que integra o PA para a promoção da autonomia do sujeito, no qual o estudante busca fundamentar seu projeto no diálogo dos espaços de aprendizagem do Setor: FTP, que se fundamenta em conhecimentos científicos de domínio específico, e o ICH, que interage outras áreas de conhecimento científico e saberes, é apresentada em Freire (1997) quando este revela a importância do diálogo, primeiramente, com o educador.

O PPP do Setor Litoral, quando propõe o PA é a figura do educador despidendo-se da concepção de que a estrutura de construção de conhecimento deve ser totalmente disciplinar, pois o PA é um espaço de aprendizagem em que o estudante tem a liberdade para buscar seus conhecimentos.

Despir-se de sua estrutura e considerar o estudante como sujeito capaz de dialogar só é possível quando o “educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele”. (FREIRE, 1997, p.71), conduzindo para o terceiro método que integra o PA.

O terceiro método para a autonomia do sujeito no espaço PA é decorrente da liberdade investigação/ação do estudante, a partir do diálogo do estudante e professor. Para Freire (1997), o estudante precisa perceber a disponibilidade de diálogo com seu educador. De modo que, o educador consiga apresentar ao estudante que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1997, p.12); que ensinar é um constante aprendizado, e que surge social e historicamente:

[...] mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível - depois, preciso - trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. (FREIRE, 1997, p.12)

A partir dessa concepção de ensinar amplia-se aos espaços de saberes, contribuindo também com a aplicação do segundo método.

Para Freire (1997), deveria ser prática dos educadores o diálogo com os estudantes, de modo a se reconhecerem como sujeitos inacabados e a instigarem os estudantes a praticarem o diálogo como forma de aprendizagem. Um sujeito inacabado consegue entender a importância dos espaços de diálogos de troca de saberes e mais, sente a necessidade de fazer parte desses espaços. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.” (FREIRE, 1997, p. 86).

Para Freire (1997), a fala do educador deve motivar, estimular e desafiar o estudante, de modo que este tenha vontade e liberdade de ouvir (de modo silencioso e não silenciado), de responder e de falar.

Essa fala quebra o silêncio, ao que Freire (1997) apresenta como ser esse o modo silencioso, o qual é importante para o diálogo, porque há vontade e liberdade de ouvir. Nesse processo, o estudante se vê como sujeito e não como objeto, logo, a fala que escuta movimenta-se em seu pensamento, tornando-se linguagem. Mas quando o estudante é silenciado, então já não se vê como sujeito, já não tem a liberdade de ouvir, ele é silenciado e o diálogo não é estabelecido, somente a fala do educador é mantida, como transferência de conhecimento.

Para Freire (1997, p. 74), ensinar não é transferir conteúdos e aprender não é memorizar conteúdos transferidos por um educador:

Ensinar e aprender tem que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar. Isso não tem nada que ver com a transferência de conteúdo.

Ensinar é apoiar o estudante para que ele tenha condições de vencer suas dificuldades, de modo que ele compreenda o objeto de sua curiosidade e seja estimulado a continuar sua busca permanente pelo conhecimento. (FREIRE, 1997).

A liberdade de investigação do estudante é apresentada por Freire (1997) na curiosidade do estudante, como limite de não invadir ou expor a privacidade do outro.

O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que sua curiosidade como sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício. Limites eticamente assumidos por ele. Minha curiosidade não tem o direito de invadir a privacidade do outro e expô-lo aos demais. (FREIRE, 1997 p.51-52).

A liberdade é mediada pela participação do educador no processo de tomada de decisão do estudante, implica em apresentar ao estudante possíveis resultados de suas decisões, a partir daquilo que faz parte de sua vivência como educador, mas sem que o educador decida pelo estudante, pois a liberdade de escolha é do estudante (FREIRE, 1997).

A autonomia de Freire (1997) se funda na responsabilidade que o estudante vai assumindo, nas liberdades que começam a se solidificar, em detrimentos às dependências. Tal processo ocorre porque o estudante que pode exercer sua curiosidade e percebe que também pode indagar, duvidar e criticar.

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas [...]. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1997, p.67).

A mediação do professor orientador se funda em Freire (1997), na atitude do educador buscar estimular, de maneira dialógica, o estudante a refletir de forma crítica sobre suas perguntas.

A dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. (FREIRE, 1997, p.52).

Para Freire (1997), é o exercício da curiosidade que vai despertar a imaginação, a capacidade de comparar, de descrever, a capacidade de aprender.

De modo que os espaços educacionais precisam promover espaços que vão além de conteúdos programáticos, que, de maneira dialógica, auxiliem o estudante no exercício de sua curiosidade, consequentemente, sua autonomia.

Não há para mim, na diferença e na "distância" entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica (FREIRE, 1997, p.17).

Esta curiosidade ocorre em espaços educacionais que estimulam o estudante aprender a partir da sua prática, embora suas liberdades sejam por vezes limitadas, essas limitações são as que o estudante assume, ou que não invadem a privacidade do outro (FREIRE, 1997).

Para Freire (1997), é o exercício da curiosidade do estudante que provocará a imaginação, a capacidade de comparar e buscar compreender o objeto de sua curiosidade.

A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de "tomar distância" do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, de "cercar" o objeto ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar, de perguntar. (FREIRE, 1997, p.52).

Nessa busca permanente pelo conhecimento, partindo de sujeitos curiosos, Freire (1997) escreve que a educabilidade está na capacidade de aprender, que vai além da adaptação, transborda para a capacidade de "transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a" (FREIRE, 1997, p.41).

Assim, a apreensão da sua realidade, conduz o estudante à capacidade de transformá-la. De modo que o aprender é entendido como "construir, reconstruir, constatar para mudar" (FREIRE, 1997, p.41). A educação é apresentada como forma de intervenção no mundo em que o estudante percebe essa possibilidade de intervenção:

É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o

de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. (FREIRE, 1997, p.46)

Nesse contexto, o estudante não só pesquisa para Freire (1996), ele apreende sua realidade a ponto de propor transformá-la. O “papel fundamental é contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador.” (FREIRE, 1997, p.42). De modo que a educação seja uma forma de intervenção no mundo, que ocorra pela liberdade que o estudante tem de poder exercer. De acordo com Freire (1997), essa liberdade possibilita o decidir e é “decidindo que se aprende a decidir. Não posso aprender a ser eu mesmo se não decido nunca” (FREIRE, 1997, p.66).

A “autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas.” (FREIRE, 1997, p.67).

A autonomia, enquanto amadurecimento todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1997, p.67).

Freire (1997, p. 78) orienta que, os espaços educacionais precisam “mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado” que o educando vai assumindo o papel de sujeito na produção de seu conhecimento e nas transformações do objeto estudado.

O educador, nesse contexto, exerce “como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. (FREIRE, 1997, p.21).

O quarto método, vivência profissional, não é observado na obra de Freire (1996), até porque o autor não tem a educação como um processo para a formação profissional, tem para a promoção da autonomia do sujeito.

O PA, proposto no PPP como espaço para o exercício da autonomia, se funda na realidade social do estudante e nas suas liberdades de indagar, duvidar e criticar suas curiosidades, pois teve as liberdades de buscar os fundamentos nos

espaços curriculares interdisciplinares e de domínios específicos ao Curso, bem com em outras áreas com saberes da comunidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de seguir como professora, no meu caso, esteve atrelada à minha trajetória de vida. Durante o Curso de Gestão e Empreendedorismo, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, percebi que este se propunha a uma formação diferenciada da realizada no Curso de Letras Português e Respectivas Literaturas, da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, por conta dos espaços pedagógicos livres do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral.

Nas Interações Culturais e Humanísticas, os estudantes de diferentes cursos e também a comunidade se reuniam no horário que seria de aula para tocar música, fazer teatro, ou discutir sobre a educação. No Projeto de Aprendizagem, todas as sextas-feiras eram dedicadas para se realizar um projeto, tendo um mediador (professor) para conversar sobre esse processo de realização. E nos Fundamentos Teóricos Práticos, que parecia disciplinar como no outro curso, se estudava desenvolvimento humano, sustentável e territorial. Tudo me levava a crer que estava tendo uma formação diferenciada, até que chegou o momento do Trabalho de Conclusão de Curso, que não era um trabalho, mas quatro e em nenhum deles eu encontrei espaço para escrever sobre o que tinha aprendido sobre desenvolvimento nos três primeiros anos. Por que nós estávamos estudando desenvolvimento? De onde vinham as ideias dos desenvolvimentos aprendidos e que não podíamos utilizar no exercício da prática profissional? Como eu os tinha aprendido? Teria sido pelas liberdades de elaborar, redigir e dialogar com o meu mediador? Minha mudança para Matinhos e meu olhar sobre o local como meu espaço teria procedido deste aprendizado? Minha coragem de entrar na sala de aula teria sido decorrente de que eu havia aprendido a aprender, assim poderia ensinar a aprender?

Buscando respostas para minhas angústias, em especial a preocupação com as mudanças de rumo do Curso, após o Plano de Adaptação, que vivenciei exatamente no último momento de minha formação, encontrei no mestrado espaço para respondê-las, porque este trata de desenvolvimentos e entre eles o humano, o qual eu acredito que tenha sido o principal desenvolvimento experimentado por muitos estudantes, durante a trajetória no Curso de GE, assim como ocorreu comigo.

Entre escutar um ou outro professor do Curso em entrevistas e ler as respostas de egressos que retornassem os questionários, resolvi, junto com minha orientadora, buscar respostas em documentos que estruturam o Curso em seu formato, bem como procurar: como os desenvolvimentos e a autonomia apareciam nos documentos que norteavam os professores; quais e em quem se baseavam os desenvolvimentos e autonomia propostos à aprendizagem. Buscamos os documentos em ordem cronológica para entendê-los, procuramos descrever em rápidas análises o já havíamos concluído. Não era possível deixar todas as considerações para este espaço, as idas e vindas dificultariam a leitura, assim, resolvemos que cada parte terminaria em si, considerando o que vinha antes. Aqui só resta fazer um resumo das partes.

O desenvolvimento regional, proposto no Curso de Gestão e Empreendedorismo, teve sua origem lá no PNE de 2001, que tinha como objetivo o desenvolvimento da região. A partir do Programa de Expansão I, além do desenvolvimento regional, novas adjetivações de desenvolvimento surgiram: o humano, o social e o sustentável. Mais adjetivações de desenvolvimento foram abordadas no PPP até a criação do Curso de Gestão e Empreendedorismo. Muitos desenvolvimentos se mantiveram atrelados à região, ao sustentável e, por vezes, ao humano.

O Curso é criado fazendo jus à instalação do Setor Litoral da UFPR, no Litoral do Paraná, visando apoiar a promoção do desenvolvimento da região, vinculado ao desenvolvimento ambiental e socioeconômico de uma região complexa e também ao desenvolvimento humano, missão da UFPR, de acordo com o PDI 2002-2006. Nesse contexto, o Curso cria um eixo específico nos Fundamentos Teórico-Práticos para o campo do desenvolvimento e do território. Quando o Curso foi criado (2006) a diversidade de referências bibliográficas demonstrava preocupações em discutir a concepção de desenvolvimento, de desenvolvimento humano e de desenvolvimento sustentável (também apresentado como ecodesenvolvimento), a partir de suas dimensões, bem como do desenvolvimento do território, ampliado ao local, ao municipal e ao regional.

Com o Plano de Adaptação, em 2015 o Curso reduz a carga horária dos espaços pedagógicos para ampliar os espaços extra-curriculares de livre opção dos estudantes, o que não significa autonomia, dado que esta exige um método, e sim



um processo a aprender pelo exercício da liberdade controlada. Foram reduzidos os campos e as concepções de desenvolvimento a serem tratados e com eles as bibliografias que os fundamentava no Curso. Permaneceram o desenvolvimento sustentável e suas dimensões e o desenvolvimento do território com bibliografias voltadas aos modelos de desenvolvimento ou à crítica e à construção dos territórios.

Embora as reduções tenham sido significativas, tanto de carga horária como dos campos de discussão do desenvolvimento territorial, o eixo, os conteúdos e as bibliografias continuam a ser promovidos no Curso de Gestão e Empreendedorismo, ou seja, ele não se desvinculou totalmente de um de seus fins de criação. Preocupamos as concepções, já que parte destes desenvolvimentos passa a ser tema do eixo Produção e Mercado, o que pode conduzir a redução deste ao crescimento econômico, há muito já superado na literatura e também estava no Curso.

As liberdades e a autonomia do estudante no desenvolvimento do seu Projeto de Aprendizagem foram reduzidas, pois o objeto da pesquisa parte das temáticas trabalhadas ao longo do Curso, nos Fundamentos Teóricos-Práticos, e não da escolha do estudante. Antes de apresentar como este processo se deu, é melhor recapitular as principais conclusões das partes.

No início da pesquisa, a concepção de autonomia, presente nos documentos exógenos ao Setor Litoral, estava voltada às questões financeiras, de gestão e pedagógica de uma instituição de ensino superior. No PPP, essa concepção é ampliada tanto para a tomada de decisão universitária, com a participação de todos os membros da comunidade, quanto para a metodologia a ser trabalhada, a partir de espaços de aprendizagem diferenciados, criando espaços interdisciplinares, como as Interações Culturais e Humanísticas; de realização de projetos, tendo o professor como mediador, como os Projetos de Aprendizagem; e disciplinares aos conhecimentos específicos à formação profissional, como os Fundamentos Teóricos-Práticos. Um Projeto com metodologias ou espaços diferentes para a aprendizagem.

A autonomia, concebida no PPP do Setor Litoral, com base em Paulo Freire, tinha o PA como seu principal articulador, em que sua efetivação estava baseada em quatro métodos: 1) os projetos deveriam ser elaborados partir do estudante e de sua realidade social; 2) o estudante dialogaria nos FTPs, espaços para buscar conhecimentos científicos de domínio específico, nas ICHs, espaços com outras áreas do conhecimento, e em outros saberes, para fundamentar seu projeto; 3) com

um professor mediador, o estudante teria liberdade de investigação/ação na condução de seu projeto para uma pesquisa, extensão, ensino, TCC, monografia entre outros, baseado em atividades e cronograma; 4) com um objetivo, com os conhecimentos disponíveis e com liberdade, o estudante também teria espaço para antecipar sua vivência profissional.

A referência utilizada no PPP à autonomia foi Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia* (1997), a qual nossa pesquisa conclui que embasa especificamente os três primeiros métodos do PA para a autonomia, o quarto seria decorrente do objetivo de uma universidade.

O Curso de Gestão e Empreendedorismo, quando criado, tinha a autonomia do estudante baseada nos quatro métodos que fundamentam o PA, mas com o Plano de Adaptação transforma este espaço de aprendizagem em uma extensão dos Fundamentos Teóricos – Práticos, a fim de ampliar a vivência profissional do estudante, ou seja, faz-se do PA o espaço para a prática dos conteúdos trabalhados no FTPs, divergindo da proposta emancipatória do PPP. Embora o PA tivesse a vivência profissional como um de seus métodos, era este resultado dos outros três, e não o fim em si mesmo. O PA perde a sua configuração principal, sua principal finalidade, a autonomia do estudante.

Outro argumento que faz observar que a autonomia deixa de ser uma finalidade do Curso de GE, é o de deixar de respeitar as fases temporais previstas na metodologia do PA: o conhecer e compreender, compreender e propor, propor e agir, que fomentavam a autonomia a partir da educação como totalidade, com o Plano de Adaptação esse espaço se restringe a conhecer e compreender.

Por mais que as pesquisas documentais tenham limite, são estes que orientam as ações daqueles que atuam nas instituições, certamente esta pesquisa pode ser ampliada através do acompanhamento das concepções de desenvolvimento transmitidas em sala pelos educadores, bem como do uso dos espaços à autonomia do estudante, mas para isso é necessário o tempo de um novo curso ou seu desenvolvimento num programa de doutorado.

## REFERÊNCIAS

ALAGH, Y. K. citado por SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIIO, N. P. X. citado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo (PPC 2010)**. Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2010. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-e-empreendedorismo/>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BRANDÃO, C. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL - MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 set. 2016.

BRASIL. **Decreto de 20 de outubro de 2003**: Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira. Brasília: Diário Oficial da União – Seção 1, 2003, p. 3. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-norma-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

EL SERAFY, S. citado por SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.

ESTADES, N. P. citado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e**

**Empreendedorismo (PPC 2010).** Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2010. Disponível em: < <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-e-empreendedorismo/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, F. S.; HEBAL, D.H. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da Universidade Federal do Paraíba. In: **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL.** Florianópolis: UFSC, v.8, n.1, p.45-67, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n1p45>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

RAYNAUT, C. et al. citado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo (PPC 2010).** Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2010. Disponível em: < <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-e-empreendedorismo/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Social pelo Trabalho:** Desenvolvimento humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

\_\_\_\_\_. **Rumo a ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. citado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico (PPP).** Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2008. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/10/PPC-Gestao-Empreendedorismo-2015-2.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

TINBERGEN, J.; HUETING, R. GNP citado por SACHS, I. **Rumo a ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento [Org. VIEIRA, P. V.]. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD). **Portaria Nº 065/2015 – Plano de Adaptação Curricular**. Curitiba: UFPR, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2008. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/10/PPC-Gestao-Empreendedorismo-2015-2.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo (PPC 2010)**. Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2010. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-e-empreendedorismo/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) – SETOR LITORAL. Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão e Empreendedorismo (PPC 2015). Matinhos: UFPR – Setor Litoral, 2015. **Material de análise da dissertação do mestrado** [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <[sandrasimm@ufpr.br](mailto:sandrasimm@ufpr.br)>. 3 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2002-2006**. Curitiba: UFPR. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpr.br/portal/pdi/PDI%20UFPR%202002-2006.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Garamond, 2005.